



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**POR ENTRE AS MEMÓRIAS DE UMA INSTITUIÇÃO:
O ARQUIVO E AS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS DO ATHENEU
SERGIPENSE (1870-1926)**

SAYONARA RODRIGUES DO NASCIMENTO SANTANA

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2012**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**POR ENTRE AS MEMÓRIAS DE UMA INSTITUIÇÃO:
O ARQUIVO E AS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS DO ATHENEU
SERGIPENSE (1870-1926)**

SAYONARA RODRIGUES DO NASCIMENTO SANTANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação, sob a orientação da Profª. Drª. Eva Maria Siqueira Alves. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2012**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S232p Santana, Sayonara Rodrigues do Nascimento
Por entre as memórias de uma instituição: o arquivo e as práticas administrativas do Atheneu Sergipense (1870-1926) / Sayonara Rodrigues do Nascimento Santana ; orientadora Eva Maria Siqueira Alves. – São Cristóvão, 2012.
145 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2012.

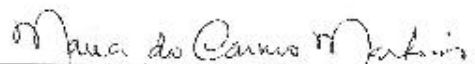
1. Educação – Sergipe – História. 2. Arquivos – Atheneu Sergipense. 3. Atheneu Sergipense – Documentos e relatórios. I. Alves, Eva Maria Siqueira, orient. II. Título.

CDU 37:930.253(813.7)(091)

"POR ENTRE AS MEMÓRIAS DE UMA INSTITUIÇÃO: O ARQUIVO E AS
PRÁTICAS ESCOLARES DO ATHENEU SERGIPENSE (1870-1920)."

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM
15 DE MARÇO DE 2012


PROF.^a DR.^a EVA MARIA SIQUEIRA ALVES


PROF.^a DR.^a MARIA DO CARMO MARTINS


PROF. DR. ITAMAR FREITAS

SUPLENTE

A minha mãe, Maria dos Prazeres, pelo amor e dedicação
de sempre. A ti, mainha, o meu amor eterno.

Ao meu amor, Rafael, alegria de minha vida.

Aos meus irmãos amados, Henio e Solange.

A minha sobrinha, Hellen Louise, fonte de esperança para
mim.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é, antes de tudo, um ato de lembrança. Lembrança que ficou na memória, guardada, não esquecida. Assim como em um arquivo escolar estão as lembranças de uma instituição de ensino, em nossa mente também há um arquivo humano, composto por tudo aquilo que a seletividade da nossa memória se propôs a não esquecer. Lembrança x Esquecimento, eis uma questão central para a vida de todos nós.

Sendo assim, vou adentrar nos meandros da minha memória para fazer jus a todos aqueles que contribuíram para esta pesquisa, como um ato de lembrança que está na memória, mas também do amor que se encontra em meu coração.

Começando, reporto-me a uma passagem bíblica, professada por Paulo, que diz:

O amor é paciente, é benfazejo; não é invejoso, não é presunçoso nem se incha de orgulho; não faz nada de vergonhoso, não é interesseiro, não se encoleriza, não leva em conta o mal sofrido; não se alegra com a injustiça, mas fica alegre com a verdade. Ele desculpa tudo, crê tudo, espera tudo, suporta tudo (1Co 13, 4-7).

Cursar um mestrado é um ato de amor. Mesmo que no processo de seleção não nos apercebamos, a vontade que nos faz buscá-lo é movida por um amor que, mesmo que esteja escondido, certamente brotará ao longo do seu desenvolvimento, alimentado por uma esperança forte de que tudo dará certo e que, ao final, todas as dores serão superadas e uma grande alegria tomará todos os espaços.

Nesse sentido, quero, primeiramente, agradecer a Deus, razão da minha existência. Se tem uma coisa em que eu mais fortemente acreditei é o fato de que Deus esteve comigo em todos os momentos do curso, dando-me a força e a fé necessárias para continuar, nunca desesperar. A Jesus seja dada toda honra, glória, louvor e adoração, porque o trabalho foi meu, mas a vitória é Dele.

Agradeço aos meus pais, Luiz Nascimento e Maria dos Prazeres Nascimento, por terem sido instrumentos de Deus para que eu viesse ao mundo. À minha mãe, em particular, obrigada pelo amor, dedicação, apoio e orações!

Aos meus irmãos, Henio e Solange, por acreditarem no meu potencial, sempre me acolhendo com muito amor, em todos os momentos desta jornada.

Ao meu amado Rafael, companheiro inseparável e fiel em todo o processo de composição da dissertação. Obrigada pelo apoio, pela paciência, pelo carinho e pelo amor de sempre. Eu te amo muito. Você é um presente que Deus me deu.

Aos meus sogros, Eliezer e Maria do Carmo, e aos meus cunhados, Roberto e Rosemeire e Paulo, pelo incentivo e acolhimento.

À minha orientadora, Eva Maria, pela confiança no meu potencial, pelo acolhimento no grupo de pesquisa, pela orientação sempre objetiva e “certeira”, pelo amor de mãe, que sei que tem por cada orientando seu, corrigindo-nos, defendendo-nos e acalentando-nos. Obrigada por acreditar que eu daria certo!

Ao professor Itamar Freitas, pelo carinho de sempre, por ter me apresentado a professora Eva e solicitado que ela me orientasse. Obrigada pelas orientações da qualificação, que me fizeram repensar muitas coisas importantes no meu trabalho.

À professora Janaina Cardoso, pelas sugestões cuidadosas na qualificação, pelo carinho e atenção de sempre.

À professora Margarida Felgueiras pelo esclarecimento em relação ao meu objeto, sugerindo que buscasse a história da documentação do Atheneu Sergipense, na condução da pesquisa.

Às minhas eternas amigas Isabela, Rita e Paula, que mesmo na distância estiveram torcendo por mim. Amo muito vocês!

Aos amigos do grupo de pesquisa: Andrea, Daniele, Helena, João Paulo, Miriam, Patrícia, Simone e Suely, pelo apoio de sempre.

Muito obrigada, em especial, a João Paulo, Simone e Roseluzia pelas sugestões na dissertação e pelo consolo nas horas de angústia. Amo muito vocês.

Aos amigos do IHGSE: Aline, Alessandra, Angela, Fernanda, Gustavo, Ibarê, Lenalda, Nayara, Rivas, Samuel e Terezinha, pelo carinho de sempre.

Aos amigos do mestrado em Educação, em especial Alessandra, Ana, Andrea, Adenilson, Claudice, Cleber, Daniele, Eliane, Gilvan, Isabela, Jobeane, Katia, Marcio, Rogério, Sara e Silvania.

Aos professores do mestrado em Educação pelos momentos de conhecimento e afeto ao longo do curso, em especial, Eva Maria, Josefa Eliana, Edmilson, Ana Teixeira e Sonia Meire.

À professora Anamaria, pelo carinho de sempre e pela orientação na disciplina Cultura e Práticas Escolares, auxiliando-me no meu objeto de pesquisa.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa, com concessão de bolsa de estudos, de abril de 2010 a março de 2012.

Aos funcionários da Biblioteca Pública Epifânio Dória pela atenção e auxílio com as fontes de pesquisa.

Aos funcionários do NPGED pela atenção de sempre.

MUITO OBRIGADA!

RESUMO

A presente pesquisa propôs-se a analisar as mudanças e permanências na organização e conservação do arquivo escolar do Atheneu Sergipense e sua relação com as práticas administrativas no período de 1870 a 1926. Para tanto, utilizamos os pressupostos teóricos de Antonio Viñao Frago (1995; 2002; 2008), no que se refere ao conceito de cultura escolar, com ênfase na cultura material escolar, e em Roger Chartier (1990), particularmente o conceito de representações. Buscamos também alguns pressupostos e concepções da teoria arquivística, principalmente Heloisa L. Bellotto (2004), Ana Maria de Camargo e Heloisa L. Bellotto (1996) e Theodore R. Schellemborg (2006). À luz desse referencial, analisamos as Atas da Congregação, as Correspondências Expedidas e os Relatórios do Atheneu Sergipense, bem como a legislação educacional do período. À guisa de conclusão, verificamos que a história do arquivo do Atheneu Sergipense tem uma forte ligação com os espaços que abrigaram a instituição ao longo dos anos, bem como com as práticas administrativas, desenvolvidas por seus funcionários.

Palavras-chave: Atheneu Sergipense. Arquivo escolar. Práticas administrativas. Memória. História.

ABSTRACT

This research has been proposed to analyze the changes and continuity in the organization and conservation of school archive from Atheneu Sergipense and their relationship to the administration practices from 1870 to 1926. Therefore, we use the theoretical assumptions of Antonio Viñao Frago (1995; 2002; 2008), as regards about the concept of school culture, with emphasis on culture, school supplies, and Roger Chartier (1990), particularly the concept of representations. We have searched also some assumptions and concepts of archival theory, mainly Heloisa L. Bellotto (2004), Ana Maria de Camargo and Heloisa L. Bellotto (1996) and Theodore R. Schellemborg (2006). And about of that concerning, we have analyzed the minutes of the Congregation, the mails which were dispatched and reports from Atheneu Sergipense, as well as the legislation educational in this period. Finally, we noted that the history of archive from Atheneu Sergipense has a is conected with the spaces that sheltered the institution over the years, as well as administrative practices, developed by your employees.

Keywords: Atheneu Sergipense. School archive. Administration practices. Memory. History.

LISTA DE SIGLAS

APES: Arquivo Público do Estado de Sergipe

BPED: Biblioteca Pública Epifânio Dória

CEMAS: Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense

FAPITEC/SE: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe

GPDEHEA: Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem

CME/FEUSP: Centro de Educação e Memória da Faculdade de Educação da USP.

CME/UNICAMP: Centro de Educação e Memória da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
ARQUIVE-SE: REPRESENTAÇÕES SOBRE ARQUIVO DO ATHENEU SERGIPENSE.....	16
1.1. O arquivo do Liceu de Sergipe e os primórdios da organização arquivística no ensino secundário sergipano.....	17
1.2. O arquivo do Atheneu Sergipense: representações em sua documentação	21
CAPÍTULO II	
O QUADRO ADMINISTRATIVO DO ATHENEU SERGIPENSE E SUA DOCUMENTAÇÃO: UMA RELAÇÃO MUITO PRÓXIMA	32
2.1. Quem arquivava os documentos? O quadro burocrático e o arquivo do Atheneu Sergipense (1870-1926)	32
CAPÍTULO III	
REMINISCÊNCIAS DE UMA MEMÓRIA: OS RELATÓRIOS E AS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS DO ATHENEU SERGIPENSE	58
3.1. As práticas de organização de acervos documentais das instituições de ensino: preservação e disponibilização de fontes	58
3.2. Reminiscências em foco: as práticas administrativas do Atheneu Sergipense nos seus relatórios.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
FONTES.....	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
ANEXO: CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE.....	98

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: CAPA E CONTRACAPA DO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIAS
EXPEDIDAS DO LICEU DE SERGIPE (1848-1851).....20

IMAGEM 2: TRÊS PRIMEIRAS PÁGINAS DO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIAS
EXPEDIDAS DO ATHENEU SERGIPENSE (1898-1916).....65

LISTA DE TABELA

TABELA 1: PRINCIPAIS ASSUNTOS DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE (1901-1926).....	100
--	-----

INTRODUÇÃO

Adentrar o universo documental de uma instituição é uma tarefa árdua. Essa afirmação, um pouco pessimista, tem extrema ligação com a maneira pela qual os documentos escritos são tratados pelos homens que dirigem ou fazem parte de um espaço, no qual sua funcionalidade administrativa tem no papel o seu principal suporte.

As instituições de ensino que o digam, pois elas produziram e produzem uma grande quantidade de documentos indispensáveis às suas práticas cotidianas. Porém, após serem usados, esses papéis, outrora tão importantes, já não recebem a mesma atenção e cuidado, sendo, por vezes, jogados em uma sala escura e insalubre, ou mesmo descartados.

Como podemos imaginar que um documento, que há bem pouco tempo representou algo tão importante, agora já não tem a mesma utilidade de antes? Por que passada a funcionalidade administrativa, os documentos das instituições de ensino são relegados, sem receber o devido tratamento?

Partindo dessa reflexão, é que delimitamos o objeto de nossa pesquisa, qual seja: O arquivo e as práticas administrativas do Atheneu Sergipense (1870-1926). Assim sendo, especificamos os processos que culminaram com a sua definição.

O nosso encontro com o objeto se deu de maneira inesperada, pois tínhamos uma intenção ao entrarmos no mestrado¹, a qual no decorrer das atividades desenvolvidas principalmente pelo Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem² no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense- CEMAS³, foi sendo substituída pela motivação de pesquisar a história do arquivo do Atheneu Sergipense, pois entramos em contato com os relatórios produzidos pelos seus diretores, nos quais existem descrições mais precisas sobre a organização e funcionamento do arquivo ao longo dos anos, bem como as ações e decisões em relação à organização da instituição.

¹ A nossa pretensão inicial era trabalhar com a história da disciplina escolar História no Atheneu Sergipense, na década de 1930.

² O grupo é liderado pela Prof^a Dr^a Eva Maria Siqueira Alves, do Departamento de Educação/UFS.

³ O arquivo histórico da instituição encontra-se no CEMAS, criado em 2005, com o objetivo de preservar e disponibilizar a documentação produzida e acumulada pelo Atheneu Sergipense, ao longo dos seus mais 140 anos de existência. Assim sendo, após um longo processo de limpeza e catalogação, foi organizado um Guia de Fontes, que contém documentos de 1848 a 1950. A documentação das décadas subsequentes encontra-se na sala do Arquivo Corrente do Atheneu Sergipense, separada por assunto, mas que ainda precisa receber o tratamento documental específico, ou seja, a limpeza, o empacotamento, o armazenamento em caixas e a catalogação. A coordenação do projeto é exercida pela professora Eva Maria Siqueira Alves, com financiamento da FAPITEC/SE.

Dessa forma, buscamos nos aprofundar na leitura desses documentos e de outros como os Livros de Correspondências Expedidas e as Atas da Congregação. A nossa pretensão, a priori, era abranger o período no qual encontramos mais referências ao arquivo, ou seja, a partir da primeira década do século XX. No entanto, verificamos que o retorno às primeiras iniciativas de organização dos papéis produzidos pelo Atheneu Sergipense e pelo ensino secundário sergipano nos dariam melhores fundamentos para a análise da conjuntura burocrática, que conduziu a formação do arquivo do Atheneu Sergipense.

Partindo dessa premissa, voltamos no tempo e encontramos no Livro de Correspondências Expedidas do Liceu de Sergipe (1848-1851), presente no acervo do CEMAS, as primeiras referências ao arquivo do ensino secundário sergipano, bem como no Livro de Atas da Congregação (1871-1916)⁴ os indícios sobre o processo de arquivamento da documentação no Atheneu Sergipense.

A partir dessas três fontes definimos o marco inicial do nosso objeto, delimitado em 1870, ano em que o Atheneu Sergipense foi criado, através do Regulamento da Instrução Pública nº 24, de 24 de outubro, sendo este documento o primeiro a tratar da história da instituição.

Diante da importância do Atheneu Sergipense, instituição que ao longo dos anos formou gerações de intelectuais, sendo a tentativa vitoriosa de implantação do ensino secundário em Sergipe⁵, juntamente com a valorização dos vestígios por ele produzidos, é que propomos desenvolver esta pesquisa, visando contribuir para o processo de conhecimento, preservação e disponibilização da documentação por ele produzida ao longo dos anos.

O marco final da nossa pesquisa foi delimitado a partir da mudança da sede do Atheneu Sergipense, em 1926, para o prédio localizado a avenida Ivo do Prado⁶, primeiro local construído especificamente para abrigar a instituição, havendo, conseqüentemente, grande expectativa dos agentes escolares em relação à nova sede. Além disso, o arquivo da instituição passou a contar

⁴ A congregação era composta dos lentes do Atheneu Sergipense, os quais, durante as suas reuniões, discutiam diversos assuntos referentes à instituição, como o abono das faltas dos alunos, pontos de seleção de concurso para professores, dentre outros. Para mais informações, consultar a tese de doutorado de Eva Maria Siqueira Alves (ALVES, 2005).

⁵ Citamos as tentativas fracassadas do Liceu de São Cristóvão, criado em 1833, extinto em 1835 e voltando a funcionar, novamente, em 1847, extinto em 1855; e o Liceu Sergipense, em Aracaju, criado em 1862 e extinto em 1864 (NUNES, 1984).

⁶ Após funcionar por 24 anos nesse local, o Atheneu Sergipense mudou para sua sede atual, em 1950, localizada na praça Graco Cardoso. Já o prédio da Av. Ivo do Prado foi recentemente reformado e se tornou o Museu da Gente Sergipana.

com uma organização e conservação⁷ mais específica, com um local apropriado para abrigá-lo, fato não ocorrido anteriormente, diante da situação material vivida pela instituição. Terceiro, a partir desse ano, novas práticas, principalmente administrativas, foram ensejadas na instituição, devido à melhoria das condições materiais de funcionamento da sede.

Delimitamos dessa maneira, porque a relação entre o arquivo do Atheneu Sergipense e os espaços que abrigaram a instituição é muito próxima; ou seja, havia um condicionamento entre ambos, sendo que o local que abrigou o Atheneu Sergipense influenciou sobremaneira a organização e conservação da documentação.

Nesse sentido, especificamos que, a partir do levantamento realizado, trabalhamos com as seguintes fontes: Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, Livros de Correspondências Expedidas e, principalmente, os Relatórios da instituição.

Outros vestígios utilizados foram os Regulamentos e Relatórios da Instrução Pública e, no geral, a legislação educacional que regeu os destinos da instrução secundária em nosso estado no período. Nesse sentido, voltamos o nosso olhar para os elementos ligados diretamente às práticas administrativas enfatizadas nesses documentos, como a organização burocrática.

A partir desse *corpus* documental, preservado, atualmente, no CEMAS e na Biblioteca Pública Epifânio Dória- BPED, é que desenvolvemos esta pesquisa, visando responder a algumas problemáticas em consonância com o nosso objeto de estudo.

Inserido nesse contexto, definimos o objetivo geral desta pesquisa, qual seja: analisar as mudanças e/ou permanências na organização e conservação do arquivo do Atheneu Sergipense, bem como sua relação com as práticas administrativas entre os anos de 1870 e 1926.

Outro objetivo foi compreender as representações construídas pelos diretores do Atheneu Sergipense do período, em relação ao arquivo da instituição. Como eles descreveram a situação vivida pelo acervo arquivístico? Quais os espaços ocupados pelo arquivo ao longo dos anos?

Pretendemos, igualmente, identificar as determinações do Governo em relação à organização burocrática e às práticas do corpo administrativo do Atheneu Sergipense. Diante disso, investigamos: Quais as determinações do Governo em relação à documentação administrativa produzida no Atheneu Sergipense? Como era tratada a documentação produzida no Atheneu Sergipense, a partir deste referencial? Quem eram os funcionários responsáveis pelo arquivo da instituição?

⁷ “Conjunto de procedimentos e medidas destinadas a assegurar a proteção física dos arquivos contra agentes de deterioração” (CAMARGO E BELLOTTO, 1996, p.18).

Por fim, descrevemos e analisamos as práticas administrativas ensejadas pelos gestores da instituição, presentes nos relatórios dos diretores do Atheneu Sergipense. Para tanto, interessamo-nos em saber: Quais os principais fatos descritos pelos diretores em seus relatórios? Qual a linguagem utilizada pelos diretores nos relatórios? Como os diretores viam e pensavam sobre a documentação produzida pela instituição?

A partir do estabelecimento desses objetivos e problemáticas, passamos a tratar especificamente sobre o nosso referencial teórico e metodológico, que nos auxiliou na interpretação das fontes, bem como na organização da pesquisa, visando à síntese histórica que apresentamos.

Analisamos o nosso objeto à luz de algumas concepções teóricas presentes em autores da história e história da educação, com ênfase no viés cultural bem como nos preceitos da teoria arquivística. Além destes, buscamos apropriar-nos das concepções vigentes nas pesquisas em arquivos escolares.

Iniciamos definindo o termo arquivo, a partir de algumas concepções presentes no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005); no Dicionário de Terminologia Arquivística de Camargo e Bellotto (1996); em Bellotto (2004) e em Shellemberg (2006).

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, arquivo é definido da seguinte maneira:

1. Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. 2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos. 3. Instalações onde funcionam arquivos. 4. Móvel destinado à guarda de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.27).

Nesse sentido, Camargo e Bellotto (1996, p.5) entendem arquivo como “Conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas”.

Outra definição está em Schellemborg (2006), para o qual arquivos são:

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente (SCHELLEMBERG, 2006, p.41).

Diante desse quadro, percebemos que arquivo é um conjunto de documentos que podem estar ou não organizados segundo procedimentos específicos. Por outro lado, pode ser um espaço no qual a documentação é armazenada, guardada. Em síntese, para a constituição de um arquivo é necessário termos um conjunto de documentos e, conseqüentemente, um lugar para abrigá-los. Portanto, arquivo é, para esta pesquisa, um conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por uma instituição ao longo de suas atividades.

Assim é que a acepção de Schellemborg (2006) aproxima-se mais da ideia de arquivo permanente ou histórico, sendo esta a noção apresentada por Nora (1991), em relação aos “lugares de memória”, em que trata sobre os lugares que são construídos ou inventados pelos homens para guardar a sua memória. Esta necessidade de manter a memória viva é de interesse dos historiadores e da história. Neste sentido, Nora (1991) afirma que:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais [...] Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco a necessidade de construí-los. Se tivéssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva (NORA, 1991, p.13).

Aqui, há uma concepção mais ampla sobre arquivos, que não se reduz à documentação, mas a um espaço físico especificamente criado para abrigar um conjunto documental e que tem por finalidade principal a pesquisa e a reconstituição do passado, imbuído de um valor não somente material, mas simbólico, ou seja, um lugar guardião da memória.

Identificamos, então, a ideia de preservação, fortemente ligada à constituição dos arquivos; afinal, estes não têm somente objetivos administrativos, mas de permanência, enquanto memória das práticas outrora vividas.

A discussão sobre arquivos escolares insere-se numa conjuntura maior, qual seja, a das interpretações sobre a cultura escolar, em especial a cultura material escolar. Nesta pesquisa centralizamos a nossa análise na documentação produzida pelo Atheneu Sergipense, bem como na sua relação com as práticas administrativas da instituição.

Diante da nossa opção, encontramos no pensamento de Viñao Frago (2002), subsídios para interpretarmos as nossas fontes, particularmente no conceito de cultura escolar, considerando-a na seguinte acepção:

La cultura escolar, así entendida, estaría constituida por un conjunto de teorías, ideas, principios, normas, pautas, rituales, inercias, hábitos y prácticas (formas de hacer e pensar, mentalidades y comportamientos) sedimentados a lo largo del tiempo en forma de tradiciones, regularidades y reglas de juego no puestas en entredicho y compartidas por sus actores, en el seno de las instituciones educativas [...] Sus rasgos característicos serían la continuidad y persistencia en el tiempo, su institucionalización y una relativa autonomía que le permite generar productos específicos como las disciplinas escolares. La cultura escolar sería, en síntesis, algo que permanece y que dura; algo que las sucesivas reformas no logran más que aramar superficialmente, que sobrevive a ellas, y que constituye un sedimento formado a lo largo del tiempo (VIÑAO FRAGO, 2002, p.73-74)⁸.

Essa concepção apresentada por Viñao Frago (2002) coloca-nos diante de uma ampliação da noção de cultura escolar, principalmente a ideia de uma história da escola como “organização e instituição”, com ênfase na história das “ideias e fatos, objetos e práticas, modos de decidir, fazer e pensar”. A ênfase na transformação, tão presente na análise histórica, vem elucidar o processo de análise da cultura escolar.

Nesse sentido, emerge outro foco dentro da cultura escolar, que são as análises da cultura material escolar, sobre a qual Viñao Frago (2008) esclarece:

La cultura escolar no solo se compone de formas de pensar y hacer institucionalizadas, de rituales, ceremonias y modos de presentación social, organización e ordenación ‘intersomáticos’, sino también de ‘elementos extrasomáticos’ de índole material [...] De ahí, en parte, la atención prestada por los historiadores de la educación en las dos

⁸ A cultura escolar, assim entendida, estaria constituída de um conjunto de teorias, ideias, princípios, normas, pautas, rituais, inércias, hábitos e práticas (formas de fazer e pensar, mentalidades e comportamentos) sedimentados ao longo do tempo em forma de tradições, regularidades e regras de jogo não postas por seus autores, no seio das instituições educativas [...] Seus traços característicos seriam de continuidade e permanência no tempo, sua institucionalização e uma relativa autonomia que lhe permite gerar produtos específicos com as disciplinas escolares. A cultura escolar seria, em síntese, algo que permanece e que dura; algo que as sucessivas reformas não conseguem mais que arrumar superficialmente, que sobrevive a elas, e que constitui um sedimento formado ao longo do tempo. (Tradução Livre).

últimas décadas a la llamada historia o cultura material de las instituciones educativas o etnohistoria de las misma (VIÑAO FRAGO, 2008, p.29)⁹.

A materialidade enfatizada pelo autor, presente na cultura material das instituições de ensino, apresenta-se como uma nova possibilidade de ampliação das análises sobre a cultura escolar. Segundo Viñao Frago (2008), ela compõe-se de quatro elementos básicos, a saber: as disposições e usos do espaço e do tempo escolares; os utensílios de aula, como estufas, relógios, retratos, armários, estantes e, principalmente, o mobiliário dos alunos e do professor e a sua disposição no espaço da sala de aula; o material didático, os meios de ensinar do professor e de instrução do aluno, distinguindo os objetos produzidos fora e trazidos para o ambiente escolar (ábacos, mapas, globos, cadernos de caligrafia, aparelhos de física, etc.) e os produzidos dentro da escola, como resultado das suas atividades, como cadernos, diplomas, provas, etc.; e por fim, a produção audiovisual escolar, com destaque para a fotografia, com fotos individuais, de classe de alunos, diretores e professores, álbuns propagandísticos, etc.

Diante desse quadro exposto por Viñao Frago (2008), pensamos juntamente com ele sobre a materialidade presente nos documentos escritos, produzidos com finalidades administrativas e burocráticas no ambiente escolar. Destacamos, então, a importância dessa cultura material gestada no ambiente escolar com funções diversas, mas com o principal objetivo de organizar o ensino.

Partindo desse pressuposto e adentrando no universo das análises sobre a burocracia, recorreremos ao pensamento de Maurício Tragtenberg (2004, p.51) para definirmos burocracia administrativa:

Burocracia administrativa entende-se como uma certa adesão a regras- atividades/meio-, tendo em vista fins determinados. No entanto, a disciplina, definida como adaptação a regulamentos, não é encarada como adaptação a finalidades precisas, mas se constitui num valor básico na estrutura burocrática. Esse deslocamento das finalidades originais que se dá no processo burocrático determina o alto nível de rigidez e incapacidade de ajustamento a situações novas. Daí, a ênfase no formalismo e o exagero no ritualismo burocrático nos estabelecimentos de ensino, no nível administrativo. (TRAGTENBERG, 2004, p.50-51)

⁹ A cultura escolar não só se compõe de formas de pensar e fazer institucionalizadas, de rituais, cerimoniais e modos de representação social, organização e ordenação ‘intersomáticos’, senão também de ‘elementos extrassomáticos’ de índole material [...] Daí, em parte, a atenção prestada pelos historiadores da educação nas últimas décadas a uma chamada história ou cultura material das instituições educativas ou etno-história destas. (Tradução Livre).

Visualizamos as práticas administrativas do Atheneu Sergipense a partir do que nos propõe o autor, na medida em que a estruturação burocrática da instituição necessitou, ao longo dos anos, adaptar-se às regras impostas na legislação, em particular, os Regulamentos da Instrução Pública, não seguindo necessariamente as finalidades do ensino em si, mas adequando-se à estrutura de organização da instituição. No entanto, defendemos a ideia de que, para além da rigidez da burocracia administrativa, o corpo administrativo de uma instituição de ensino, assume características singulares, na medida em que o seu meio ambiente apresenta situações cotidianas específicas que lhe conduzem para práticas que vão além de uma prescrição legal.

Assim sendo, o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma instituição educativa é materialidade que representa uma variedade de práticas ensejadas pelos agentes escolares, sujeitos não somente a um conjunto de normas estabelecidas para o funcionamento da instituição, como também a circunstâncias próprias geradas no seio da cultura escolar. Nesse sentido, para além dos objetos materiais destacados por Viñao Frago (2008), a exemplo do mobiliário, as ações administrativas se apresentam como uma possibilidade de estudo do passado das instituições escolares.

Enfatizamos esse ponto por acreditarmos que o arquivo de uma instituição escolar guarda, em sua materialidade, não somente fontes de pesquisa, mas objetos de estudo. Nesse sentido, esta pesquisa tem por objeto o arquivo do Atheneu Sergipense, dando destaque à sua documentação, como um artefato histórico, produzido em diferentes épocas, segundo diretrizes específicas.

Nessa perspectiva, Souza (2007) ressalta que as pesquisas em cultura material escolar ainda estão em expansão, enfatizando que há a necessidade de ampliação do conhecimento sobre os objetos escolares, considerando a materialidade não simplesmente como fonte de pesquisa:

Dessa maneira, o mundo dos objetos tem entrado em cena nem sempre como foco principal da análise, mas como um componente da interpretação histórica voltada para o estudo das representações e das práticas escolares [...] É nesse contexto que a história da educação encontrou os objetos como fontes e problemas de pesquisa a partir de dois recortes temáticos principais: a história das instituições educativas e a história da leitura e da escrita (SOUZA, 2007, p.170).

Nesse quadro, a autora salienta outro domínio no campo da história da cultura material que tem gerado interesse por parte dos historiadores, que é a preservação do patrimônio histórico escolar e a implementação de arquivos, museus e centros de documentação (SOUZA, 2007).

É precisamente neste ponto que nos detemos com o intuito de mostrar a importância da cultura material escolar no processo de preservação da memória escolar, que, por sua vez, proporciona a construção de um conhecimento histórico mais sólido.

Dessa forma, enfatizamos que a nossa pesquisa seguirá a perspectiva expressada por Souza (2007), já que o nosso objeto concentra-se no arquivo do Atheneu Sergipense e na interpretação e análise do processo histórico concernente a sua organização e conservação, bem como nas práticas escolares, em particular as administrativas, representadas em suas reminiscências.

Na medida em que materiais diversos são produzidos e/ou incorporados no processo de escolarização, produzem novas concepções pedagógicas, práticas, saberes e dimensões simbólicas. Conhecer as apropriações e usos desses materiais pelos agentes escolares e as consequências por eles ensejadas constitui-se num desafio para os historiadores. Souza (2007) mostra um quadro amplo de objetos de estudo que podem ser explorados da seguinte forma:

[...] a materialidade propriamente dita (constituição/caracterização), funções e usos, produção, tecnologia e comercialização, aparecimento, transformação e desaparecimento, saberes pedagógicos constituídos, as políticas educacionais voltadas para a introdução de novos materiais, tecnologias de ensino e suprimento material para as escolas, as representações dos profissionais da educação em relação à importância e uso dos materiais escolares, a relação entre materiais escolares, currículo (disciplinas) e métodos de ensino, a interdependência existente entre diversas tecnologias gerais e aquelas de uso escolar, invariantes tecnomateriais e modelos didáticos historicamente construídos (SOUZA, 2007, p.180-181).

Nesse sentido, analisar as mudanças e as permanências, compreendendo as práticas e as representações dos sujeitos escolares faz-nos refletir sobre o estatuto da memória como um espaço de lembrança, mas de esquecimento e de como os historiadores, em meio às realidades culturais apresentadas nos diversos documentos, posicionam-se na reconstituição do passado.

Partindo dessa premissa, concordamos com Chartier (1990, p.16-17) na compreensão do objetivo da História Cultural, que é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”, ou seja, pensamos o arquivo do Atheneu Sergipense em relação ao processo de formação das culturas e como estas são representadas pelos sujeitos que fazem parte dessa mesma realidade.

Chartier (1990), então, nos apresenta o conceito de representação, com o sentido mais particular e historicamente determinado, ligado à visão de mundo dos sujeitos históricos, sendo condicionadas pelos interesses dos grupos que a forjam.

Contudo, Chartier (1990) salienta a importância de se fazer uma distinção entre a representação e o representado, no sentido de mostrar que a representação de qualquer elemento do passado, através de um fato, de uma pessoa ou de uma instituição, não é a realidade, mas uma forma específica de apresentá-la de acordo com a visão de mundo que se pretende perpetuar ou esquecer.

Aqui, faz-se necessário pensarmos com o autor sobre a diferença entre a representação e a imaginação, pois esta diz de uma realidade que não é; e a representação, pelo menos em tese, tem uma proximidade maior com o real. Daí, Chartier (1990) acrescenta:

A problemática do ‘mundo como representação’, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real (CHARTIER, 1990, p.23-24).

Compreender esse universo, trazido por Chartier (1990) em uma dada realidade pesquisada, perpassa pela ideia de que não apenas devemos interpretar os discursos como eles nos são apresentados, mas buscar compreender a lógica que os originou, assim como a sua área de abrangência e recepção.

Em relação às práticas, Chartier (1990, p.27-28) discorre sobre o seu sentido, caracterizando-as da seguinte forma: “[...] práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação”.

Partindo dessa premissa, na hermenêutica dos documentos escritos, atentamos, em nossa pesquisa, para os processos de sua construção como prática ensejada pelos sujeitos do Atheneu Sergipense, notadamente o corpo administrativo, bem como para as representações neles contidos em relação à realidade, na qual estava inserido o arquivo da instituição. Desta forma, concordamos com Chartier (1990, p.65) quando afirma que: “O real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efetivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade da sua escrita”.

Diante do exposto, podemos então concluir que o processo de reconstituição do passado, de uma maneira geral, acontece através de representações. Na realidade, há uma nova representação, a partir de uma já existente nos documentos.

Nesse sentido, concordamos com Chartier (1990), quando trata sobre esse assunto, inserindo a questão do estatuto epistemológico da história:

A questão com que se defronta a história nos dias de hoje é a da passagem de uma validação do discurso histórico, fundado no controle das operações que estão na sua base – nada menos do que arbitrárias-, a um outro tipo de validação, permitindo encarar como possíveis, prováveis, verossímeis, as relações postuladas pelo historiador entre os vestígios documentais e os fenômenos indiciados por eles ou, noutros termos, as representações manipuláveis hoje em dia e as práticas passadas que elas designam. Formular assim o problema da história como relato verídico é colocar simultaneamente todo um conjunto de questões que dizem respeito tanto à pertinência e à representatividade dos vestígios acessíveis [...], como à maneira de articular a relação entre representações das práticas e práticas de representação (CHARTIER, 1990, p.86).

Essa relação entre as práticas discursivas e as representações de uma dada realidade social bem como sua presença no processo do fazer historiográfico fazem-nos refletir sobre as problemáticas da nossa pesquisa, notadamente a relação entre o arquivo do Atheneu Sergipense e as práticas administrativas, assim como a materialidade de sua documentação, produzida com objetivos específicos, através de representações.

Mas, o que pode se tornar eterno? Que seleções devem ser feitas? Será que, realmente, há a necessidade de lugares de memória? Qual a importância de se preservar a memória das instituições escolares? Esses e muitos outros questionamentos têm instigado os historiadores a buscarem o passado, que ficou relegado aos porões escuros e insalubres das instituições de ensino, materializado em documentos de diversas tipologias e objetos de variadas dimensões. Com isso, a mobilização em prol da organização e disponibilização desses acervos documentais, através dos arquivos escolares, tem se constituído num dos objetivos dos historiadores da educação.

Ora, se há um desinteresse, por exemplo, nos documentos acumulados por uma instituição ao longo de suas atividades, cabe à história a função de mostrar a importância deles, para a definição de parâmetros de identidade necessários à sobrevivência da humanidade.

Nesse sentido, a importância dos arquivos e outros lugares de memória está ainda mais presente na atualidade, na medida em que a memória de grande parte das instituições encontra-se

em situação de abandono, não preservada, como se não fizesse parte do universo no qual foi produzida e utilizada ao longo dos anos de sua existência.

A preocupação maior é com o arquivo corrente, dada a sua importância para a funcionalidade administrativa da instituição. Contudo, os processos que conduzem à organização de um arquivo histórico necessitam de toda uma orientação, com tabelas de temporalidade¹⁰ e outras atividades técnicas de conservação¹¹ e preservação¹² da documentação, as quais demandam empenho e dedicação.

Inclusive, a abordagem arquivística integrada propõe, atualmente, uma visão mais abrangente sobre a documentação dos arquivos. Segundo Bartalo e Moreno (2008):

[...] a gestão documental ou gestão de documentos deve considerar o todo, ou seja, os documentos, nas fases corrente, intermediária e permanente. Entende-se que os documentos, na fase permanente, também são muito importantes, na medida em que vão permitir que as informações possam ser recuperadas (BARTALO E MORENO, 2008, p.80).

Partindo desse pressuposto, a gestão de documentos considera não somente os arquivos correntes como importantes, mas também os arquivos permanentes, valorizando a informação em si e não somente a chamada “primeira fase”¹³. Essa consideração dos arquivos correntes como fundamentais para a administração de uma instituição deixou marcas profundas para os chamados “arquivos permanentes” ou “históricos”, geralmente não valorizados na concepção tradicional.

A história, por sua vez, vem mostrando a importância desses, aliada aos pressupostos da arquivística¹⁴, através da valorização da informação neles contidas, como fonte do passado e símbolos de identidade.

¹⁰ “Instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina prazos para transferência, recolhimento, eliminação e reprodução de documentos” (CAMARGO E BELLOTTO, 1996, p.72).

¹¹ “Conjunto de procedimentos e medidas destinadas a assegurar a proteção física dos arquivos contra agente de deterioração” (CAMARGO E BELLOTTO, 1996, p.18).

¹² “Função arquivística destinada a assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos” (CAMARGO E BELLOTTO, 1996, p.61).

¹³ Na arquivística define-se que o ciclo de vida dos documentos abrange três fases: a corrente, a intermediária e a permanente. A corrente condiz com a produção da documentação que é utilizada no cotidiano das atividades administrativas. Já a fase intermediária refere-se ao início do processo de acúmulo da documentação, quando os papéis já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativa, mas ainda podem ser utilizados pelo produtor. Nessa fase a documentação é submetida às tabelas de temporalidade. Por fim, a fase permanente ou histórica ocorre quando os documentos adquirem o status de permanente, adquirindo valor histórico, sendo conduzidos a um local de preservação definitiva (BELLOTTO, 2004).

¹⁴ “Disciplina - também conhecida como arquivologia - que tem por objeto o conhecimento da natureza dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização” (CAMARGO E BELLOTTO, 1996, p.5).

Os arquivos escolares inserem-se nessa conjuntura, tornando-se objeto de estudo recente no campo da História da Educação. Desse modo, as pesquisas da área têm por objetivos principais: descrever e analisar a documentação neles presente, reconstituindo a sua história; enfatizar a sua importância para a escrita da história escolar; além de buscar a preservação do patrimônio histórico escolar. Esses são os três direcionamentos assumidos pela pesquisa em arquivos escolares.

Em síntese, os arquivos escolares abrigam toda a documentação produzida e/ou acumulada por instituições de ensino, a qual caracteriza o seu funcionamento: correspondências recebidas e expedidas, diários de frequência dos alunos, cadernetas, atas de reuniões, relatórios, cadernos, etc. Essa massa documental, fruto das atividades cotidianas desenvolvidas no ambiente escolar, contém traços marcantes da história das instituições de ensino.

Destacamos, então, que o principal objetivo desse “movimento” em prol da organização e consequente análise da documentação arquivística produzida pelas instituições de ensino é justamente valorizar o patrimônio histórico escolar, incutindo um senso de preservação nos agentes do processo educativo e na sociedade em geral, bem como proporcionando a construção de um saber histórico mais sólido e completo, a partir da disponibilização dos documentos aos pesquisadores.

Não há, no Brasil, um histórico de preservação documental nem nos arquivos públicos, muito menos em relação aos arquivos escolares. A ideia que perpassa o imaginário do senso comum é de que acabada a funcionalidade administrativa do documento, ele se transforma em arquivo morto. Ledo engano. Todo arquivo é vivo. Bacellar (2005) reforça este quadro quando afirma:

Os arquivos brasileiros enfrentam, de forma geral, sérios problemas comuns aos serviços públicos: falta de pessoal, de instalações adequadas e de recursos. Geralmente não prioritários aos olhos governamentais, foram durante muito tempo tratados como instituições de segunda categoria, verdadeiros depósitos de papéis velhos e de funcionários problemáticos. Mesmo na iniciativa privada, ainda hoje, é muito comum denominar-se os serviços de arquivo como “arquivo morto”, como que ignorando a preciosidade de muitos documentos ali esquecidos. Aventurar-se pelos arquivos, portanto, é sempre um desafio de trabalhar em instalações precárias, com documentos mal acondicionados e preservados, e mal organizados (BACELLAR, 2005, p.49).

O autor traça um quadro denunciador da realidade vivida pelos arquivos brasileiros, destacando as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores quando necessitam de documentação. Enfatizamos, então, a importância de preservação da documentação escolar como uma atitude

significativa no processo de organização e disponibilização de fontes para os pesquisadores da História da Educação. Assim, é que as pesquisas em arquivos escolares vêm se firmando nos últimos anos, apresentando bons frutos no processo de interpretação e disponibilizações dos vestígios do passado.

Vidal (2005b) apresenta diretrizes sobre as pesquisas desenvolvidas em arquivos escolares, expondo as principais temáticas abordadas:

Relatos de experiências de organização de acervos institucionais, narrativas sobre as potencialidades da documentação escolar para a percepção da cultura escolar pretérita (e presente), publicação de inventários e guias de arquivo, elaboração de manuais e reprodução de documentos (digitados ou digitalizados) vêm mobilizando investigadores da área, renovando as práticas da pesquisa e suscitando o uso de um novo arsenal teórico-metodológico (VIDAL, 2005b, p.71).

A autora ressalta ainda a preocupação com a preservação dos acervos, e da atenção conferida aos primados da arquivística e da museologia, inserindo as discussões sobre a cultura material e as técnicas de arquivamento. Da mesma forma, enfatiza a importância da participação da comunidade escolar, como algo bastante significativo no processo de preservação do universo educacional da escola (VIDAL, 2005).

Especificamente sobre as pesquisas desenvolvidas no campo, Vidal (2005b) salienta duas abordagens principais:

Ora a ênfase recai sobre a tarefa metódica e minuciosa da organização do acervo, detalhando as ações realizadas e os obstáculos superados. Ora, o interesse volta-se para problematizar as relações entre arquivos, história e história da educação (VIDAL, 2005b, p.72).

Inserimos a nossa pesquisa na segunda perspectiva, na medida em que centralizamos a nossa análise no arquivo do Atheneu Sergipense e nas práticas administrativas, dividindo esta pesquisa em três capítulos.

No primeiro capítulo, “Arquive-se: representações sobre o arquivo do Atheneu Sergipense”, analisamos as representações em relação ao arquivo do Atheneu Sergipense, mostrando as mudanças ocorridas no processo de organização e conservação da sua documentação.

No segundo capítulo, “O quadro administrativo do Atheneu Sergipense e a sua documentação: uma relação muito próxima”, fizemos uma reconstituição histórica do quadro burocrático da instituição, apresentando as prescrições da legislação educacional sobre o tema e

fazendo um contraponto com os documentos produzidos pelo Atheneu Sergipense, a exemplo das Atas da Congregação.

Por fim, no terceiro capítulo, “Reminiscências de uma memória: os relatórios e as práticas administrativas do Atheneu Sergipense”, reconstituímos algumas práticas administrativas, presentes nos relatórios do Atheneu Sergipense, mostrando a importância dessa tipologia documental, como um espaço de inscrição da memória da instituição.

Dessa forma, pretendemos contribuir para o processo de compreensão histórica do ensino secundário sergipano, bem como para a ampliação dos estudos sobre a cultura material escolar, através da reflexão sobre os arquivos escolares, os quais se apresentam como uma opção viável e importante para a reconstituição da cultura escolar.

CAPÍTULO I

ARQUIVE-SE: REPRESENTAÇÕES SOBRE O ARQUIVO DO ATHENEU SERGIPENSE

O Atheneu Sergipense tem significativa importância para a História da Educação sergipana, no que concerne ao processo de organização do ensino secundário, sendo uma das instituições que mais contribuíram para a formação de gerações de sergipanos.

Essa representatividade encontra-se em um conjunto de objetos materiais e simbólicos, dos quais enfatizamos os documentos escritos produzidos pela instituição. Esse acervo documental possui riquezas que denotam as vivências intrínsecas, bem como abre possibilidades de interpretações diversas sobre o seu universo, a partir das representações dos sujeitos escolares, através dos discursos, presentes nas tipologias documentais por ela produzidas. Destacamos, dentre estas, as Correspondências Expedidas, nas quais encontramos os Relatórios do Atheneu Sergipense e as Atas da Congregação.

Esses documentos fazem parte da cultura material escolar do Atheneu Sergipense e foram utilizados como fonte principal neste capítulo, com o objetivo de analisarmos as representações sobre a organização e conservação do arquivo da instituição, sendo estas práticas administrativas ensinadas pelos sujeitos escolares.

Assim reconstituímos historicamente as representações dos sujeitos escolares em relação ao arquivo do Atheneu Sergipense, fazendo uma discussão sobre a sua organização e conservação da sua documentação no período em foco.

Para tanto, refletimos sobre as representações da organização de arquivos, buscando os primórdios do ensino secundário sergipano, a partir dos relatórios e correspondências presentes no Livro de Correspondências do Liceu de Sergipe (1848-1851).

Partimos, em seguida, para o universo memorialístico da documentação produzida pelo Atheneu Sergipense, trazendo as representações em relação ao arquivo da instituição, presentes em sua documentação.

Ressaltamos que o arquivamento é uma prática administrativa que contribuiu para a condução do ensino no Atheneu Sergipense, na medida em que o seu funcionamento dependeu, em inúmeros sentidos, da organização dos documentos que foram produzidos e recebidos ao longo dos anos.

1.1. O arquivo do Liceu de Sergipe e os primórdios da organização arquivística no ensino secundário sergipano

Para pesquisarmos sobre o arquivo de uma instituição precisamos refletir sobre a produção documental, que faz parte de sua memória e é substrato para a sua história. Ao pensar sobre a documentação produzida pelo Atheneu Sergipense, percebemos a importância dos documentos escritos para a existência e funcionalidade dessa instituição.

Além disso, devemos compreender os processos de organização, bem como a constituição de espaços para abrigar essa massa documental. Com isso, a documentação que adquire o status de histórica, abrigada no arquivo permanente, já exerceu suas funções no arquivo administrativo da instituição, sendo que ao longo dos anos foi “perdendo” o seu valor funcional e adquirindo valor histórico. Em síntese, todo arquivo permanente ou histórico já foi um dia arquivo corrente.

Partindo dessa premissa, voltamos aos primórdios da organização do ensino secundário sergipano, mais precisamente ao Liceu de Sergipe, instituição que funcionou no Convento do Carmo, em São Cristóvão, entre os anos de 1847 e 1951, com o objetivo de buscarmos as primeiras iniciativas de organização e conservação de sua documentação.

Não por acaso, no arquivo do Atheneu Sergipense existe um Livro de Correspondências Expedidas (1848-1851) produzido pelo Liceu de Sergipe. Ao analisarmos essa fonte, identificamos, nas correspondências e relatórios dos diretores encaminhados ao Governo provincial, a necessidade da compra de um “arquivo”, como se fosse um armário, um móvel, para armazenamento da documentação por essa instituição.

Observamos, pois, uma representação bem peculiar dos agentes escolares do Liceu de Sergipe, em relação a essa noção de arquivo. Na correspondência de 10 de fevereiro de 1849, enviada ao presidente da Província, o diretor, Pe. José Gonçalves Barroso¹⁵, descreve a situação precária vivida pela instituição, ressaltando a necessidade de um arquivo para atender as necessidades materiais da secretaria. Nessa perspectiva, José G. Barroso relata:

¹⁵ Nascido em Laranjeiras, em 21 de março de 1921 e falecido em 17 de setembro de 1882, concluiu seus estudos no seminário arquiépiscopal da Bahia. Foi secretário, lente de Filosofia e diretor do extinto Liceu de São Cristóvão, além de bibliotecário da Biblioteca Pública Provincial e diretor da imprensa do governo. Na vida religiosa, foi nomeado vigário de São Cristóvão, em 1856. Na vida política, foi eleito vereador da Câmara Municipal de São Cristóvão, sendo eminentemente contra a mudança da capital para Aracaju, contra a qual fez inteligentes e calorosos discursos, todos em vão (GUARANÁ, 2005).

A secretaria precisa de uma escrivaninha de latão, por que ate hoje se tem servido de um tinteiro e [?] de chumbo: - que de certo se não compadece com a dignidade do primeiro estabelecimento litterario da Provincia. Carece mais de um archivo para a boa guarda dos livros, e mais papeis do Lyceu¹⁶ (Correspondência de 10 de fev. de 1849. Livro de Correspondências Expedidas do Liceu de Sergipe, p. 24v e 25. Ref. 481FASS05a)¹⁷.

Após essa primeira solicitação, encontramos outras referências nas correspondências de 10 de fevereiro de 1849, 31 de março de 1849, 30 de janeiro de 1850, 16 de abril de 1850 e 11 de novembro de 1850, dentre as quais destacamos a de 30 de janeiro de 1850, assinada pelo diretor Antonio Nobre de Almeida Castro¹⁸, que, além de relatar a precariedade material do espaço onde funcionava a instituição, denota a preocupação de seu gestor com a boa organização da documentação produzida e acumulada:

A Secretaria do Lyceu altamente reclama, segundo já se tem communicado à Assembleia Provincial, que se lhe manda preparar uma escrivaninha; e a fim de bem poder o Secretario cumprir com o que lhe incumbe pelos Estatutos exige não menos essa Secretaria a compra de um archivo (Correspondência de 30 de jan. de 1850. Livro de Correspondências Expedidas do Liceu de Sergipe, p.63. Ref. 481FASS05a).

Da mesma forma, em relatório encaminhado à Assembleia Provincial após reunião com a Congregação, foi solicitada com maior ênfase a compra de um arquivo, pelo mesmo diretor, que disse: “Torna-se de absoluta necessidade um archivo para a guarda e bom recato do sello, livros e a correspondencia do Lyceu.” (Correspondência de 11 de nov. de 1850. Livro de Correspondências Expedidas do Liceu de Sergipe, p.88v. Ref. 481FASS05a).

A conjuntura até então delineada, leva-nos a refletir sobre o estado em que se encontravam os papéis do Liceu de Sergipe, pois, segundo consta nos relatórios dos diretores, as condições insalubres da instituição prejudicavam o seu funcionamento. Pensamos que, a partir do que nos é apresentado na fonte, havia dificuldades em relação à organização e conservação da documentação, tanto assim o era, que o Liceu de Sergipe parou de funcionar devido à falta de estrutura.

¹⁶ Com o intuito de nos aproximarmos ainda mais da conjuntura presente em nosso limite temporal, optamos por preservar a escrita original dos documentos nas citações diretas.

¹⁷ Optamos por acrescentar à citação dos documentos do Arquivo Histórico do Atheneu Sergipense a notação arquivística, representada pelo código que identifica os documentos no acervo, com os seguintes elementos: nº do pacote + fundo + série + subsérie (esta última somente para as correspondências) = (resultando no código de identificação documental). Seguindo esta premissa, o Livro de Correspondências Expedidas do Liceu de Sergipe (1848-1851), por exemplo, recebeu a seguinte notação: 492 FASS05a.

¹⁸ Nascido em Laranjeiras/Se, no ano de 1822, Antonio Nobre formou-se, em 1848, pela Academia Jurídica de Olinda, exercendo, em seguida, diversos cargos públicos em Sergipe, sendo promotor, professor de História e Geografia e diretor do Liceu de Sergipe, além de eleger-se deputado estadual por seis legislaturas consecutivas. (GUARANÁ, 1925).

Levando-se em consideração o tempo de existência da citada instituição, podemos inferir que a documentação por ela produzida não atingiu grandes dimensões. O fato é que havia uma necessidade premente de armazenamento, até mesmo pelo estado do prédio que o abrigava, possuindo, por exemplo, janelas com vidraças quebradas, que permitiam a entrada de água, provocando inundações. Nunes (2008) relata os problemas vividos pela instituição, quando afirma que:

Não foi tomada qualquer providência para melhorar as condições do prédio onde o Liceu se instalara. Os professores se revezavam ante as poucas salas disponíveis. Os alunos, por falta de espaço, se agrupavam na porta ou nos corredores, provocando balbúrdia. Nem mesmo vidraças existiam nas janelas, o que se tornava grave problema quando chovia (NUNES, 2008, p.78).

Essas dificuldades, aliadas à transferência da capital, de São Cristóvão para Aracaju, foram as principais causas do fechamento da instituição, em 1855, e mostram uma parte do caminho percorrido pelo ensino secundário no seu processo de consolidação em terras sergipanas. Nunes (2008) especifica que:

A mudança da Capital, da vestida cidade de São Cristóvão para o povoado de Santo Antônio do Aracaju em 17 de março de 1855, deu ao Presidente Inácio Joaquim Barbosa a oportunidade de, pela Resolução nº 422, de 22 de abril desse ano, extinguir o Liceu decadente (NUNES, 2008, p.85).

Após a extinção do Liceu de Sergipe, as fragilidades vividas pelo ensino secundário sergipano continuaram. É tanto que os administradores da província muito insistiram na necessidade de centralização das aulas dispersas. Com essa intenção, foi instalado, em 6 de outubro de 1862, o Liceu Sergipense, que não chegou a funcionar, sendo extinto pela resolução nº 713, de 20 de julho de 1864 (NUNES, 2008).

Essas iniciativas de organização dos estudos secundários mostram que há uma relação próxima entre a estruturação do Liceu de Sergipe e do Atheneu Sergipense. Quanto à materialidade do Livro de Correspondências do Liceu de Sergipe, ressaltamos que, apesar de ser o mais antigo da documentação do CEMAS, ainda se encontra em bom estado de conservação, levando-se em consideração que muitos documentos do acervo, posteriores ao período do citado livro, estão em estado de deterioração. Ele é composto de 99 páginas, assinadas pelo diretor José Gonçalves Barroso, responsável pela abertura do livro, em 1848. O período de abrangência

estende-se de 1848 a 1851, e nas suas páginas há o registro da correspondência expedida pela instituição, bem como relatórios ¹⁹.

Imagem I: Capa e contracapa do Livro de Correspondências Expedidas do Liceu de Sergipe (1848-1851).



Fonte: CEMAS (2011), Ref. 481FASS05a.

Nessa perspectiva, destacamos a importante presença desse objeto material para o acervo do arquivo do Atheneu Sergipense, na medida em que o seu conteúdo complementa, em muitos aspectos, o período que antecede a criação dessa instituição.

Assim é que toda a situação descrita foi, em parte, minorada com o Regulamento da Instrução Pública de 24 de outubro de 1870, quando houve a reunião das aulas dispersas no Atheneu Sergipense²⁰. Ressaltamos que com esse regulamento, uma documentação mais específica e centralizada passou a ser produzida sobre o ensino secundário sergipano.

Contudo, ela encontrou dificuldades em ser organizada e conservada. Esta constatação foi possível por meio da análise das atas, das correspondências e dos relatórios da instituição, presentes em seu arquivo histórico atual.

¹⁹ Para mais detalhes sobre o Livro de Correspondências do Liceu de Sergipe, ver Alves (2004).

²⁰ Ressaltamos que até 1881, existiam ainda aulas públicas avulsas de francês e latim nas cidades de Estância e Laranjeiras.

1.2. O arquivo do Atheneu Sergipense: representações em sua documentação

Partindo do Livro de Correspondências do Liceu de Sergipe, que é uma referência para compreendermos não somente a organização dos estudos secundários em Sergipe, mas também da produção de documentos e sua consequente guarda, é que chegamos ao Atheneu Sergipense e à sua documentação. Na realidade, o primeiro documento produzido pela instituição foi a ata de fundação, assinada em 3 fevereiro de 1871, aprovada e arquivada em 30 de março de 1871.

Ao nos debruçarmos sobre as Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, fomos percebendo indícios do processo de organização e conservação do arquivo da instituição, através dos discursos dos diretores e professores durante as suas reuniões.

Com base nisso, a primeira vez que constatamos a intenção de arquivar documentos, denotando a presença de um arquivo e do interesse em guardar a documentação, foi na já citada Ata da 3ª Sessão da Congregação dos Lentes do Atheneu Sergipense, em 30 de março de 1871, sob a presidência do diretor Vigário José Luiz d'Azevedo, através da seguinte descrição, feita por Raphael Archanjo de Moura Mattos, secretário da sessão e primeiro professor de História²¹ do Atheneu Sergipense:

Presentes o mesmo snr. Director e os Senhores Dr. Leopoldo, Sancho Pimentel, Tito Augusto, Moura Mattos, Diniz Valladão, Geminiano Paes, Justiniano, o Sr. Director abriu a sessão. Leo-se a ata da sessão anterior de instalação do Atheneo que se mandou registrar e *archivar*. Passando-se ao expediente foi lido um officio do Exmo. Presidente da Provincia acompanhando o Estatuto que tinha recebido a sua aprovação no qual S. Excia. dava a sua aprovação. Mandou-se *archivar*. (Ata de 30 de março de 1871. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916), p.2, Ref. 481FASS01). [Grifos nossos]

A palavra “archivar” nos diz da intenção e da preocupação da Congregação do Atheneu Sergipense em registrar e guardar a documentação produzida ou recebida pela instituição. Esse primeiro indício revela a necessidade em interiorizar essa prática entre os membros da Congregação, na medida em que era imprescindível para o bom funcionamento das atividades administrativas cotidianas.

A partir dessa primeira referência, pensamos se essa prática realmente foi seguida ao longo dos anos pela administração do Atheneu Sergipense e se houve um cuidado com a documentação por ele produzida, ao tempo em que questionamos se houve uma preocupação específica com a documentação de caráter permanente, histórico.

²¹ Para mais informações sobre a disciplina escolar História no Atheneu Sergipense, ver Alves (2005) e Teles (2009).

Diante dessas indagações, buscamos traçar um histórico do arquivo do Atheneu Sergipense, analisando a relação dos seus administradores com a documentação, no sentido de guardar e cuidar desta, observando as mudanças e permanências que lhes são peculiares.

Retornando ao início do funcionamento do Atheneu Sergipense, verificamos que a prática de registrar em ata a necessidade de arquivar os documentos aos poucos foi diminuindo de frequência, por tornar-se um hábito entre os membros da Congregação do Atheneu Sergipense, notadamente seu secretário, funcionário responsável pelo registro das atas.

Além disso, ao analisarmos as correspondências expedidas, constatamos a presença de referências ao arquivo da instituição, principalmente através dos relatórios, os quais nos auxiliaram na compreensão de sua história.

Contudo, ressaltamos que, entre os anos de 1871 a 1897, o Atheneu Sergipense funcionou no mesmo prédio em que a Diretoria da Instrução Pública, partilhando do mesmo corpo administrativo, a começar pelo diretor.

Partindo desse pressuposto, e observando os Regulamentos da Instrução Pública do mencionado período, averiguamos que o Atheneu Sergipense só veio a possuir um arquivo próprio, abrigando apenas a sua documentação, com o Regulamento de 1897, instituído através do Decreto nº 231, de 9 de julho, que criou a Diretoria da Instrução Primária, separando a administração primária da secundária. A partir daí, o Atheneu Sergipense adquiriu um quadro burocrático próprio, sendo o porteiro-arquivista responsável pela organização e manutenção do acervo arquivístico.

A confirmação dessa separação pode ser encontrada na própria documentação, em seu acervo atual, cujo livro de correspondências mais antigo tem início, justamente, no ano de 1898; ou seja, até essa data, as correspondências, assim como parte da documentação, ficavam registradas nos livros da Diretoria da Instrução Pública, exceto as Atas da Congregação e as matrículas, que por tratarem de assuntos específicos do ensino secundário e estarem diretamente ligadas aos professores e alunos do Atheneu Sergipense, permaneceram desde a fundação até os dias atuais como parte de seu arquivo²². Além disso, consultamos um Livro de Registro de Correspondências da Diretoria da Instrução Pública (1896-1900), presente no acervo do Arquivo Público Estadual de Sergipe -APES, no qual verificamos essa mudança em suas páginas, quando, a partir de abril de 1898, o cabeçalho das correspondências passou a ser escrito como Diretoria da

²² Os primeiros livros de matrícula do Atheneu Sergipense não se encontram em seu acervo atual.

Instrução Primária, em cujo conteúdo encontramos apenas referências à instrução primária, não mais em relação ao Atheneu Sergipense, como ocorria nos anos anteriores.

Outra observação que fazemos é com relação aos relatórios do Atheneu Sergipense, que foram instituídos, com o Regulamento de 1897, sendo que os relatos anteriores sobre a situação vivida pela instituição eram especificados nos relatórios da instrução pública. Partindo desse pressuposto, consultamos estes últimos, no período de 1870 a 1898, e não encontramos nenhuma referência dos diretores em relação ao funcionamento e situação do arquivo da Diretoria.

Diante disso, adentramos no universo das correspondências produzidas pelo Atheneu Sergipense, nas quais observamos a preocupação com a organização e conservação da documentação. Em correspondência enviada ao Secretário Geral do Estado, em 22 de dezembro de 1917, o diretor Aristides da Silveira Fontes²³ expôs as condições precárias vividas pela instituição, sendo que em dois momentos citou a necessidade de um arquivo. Na primeira, ao tratar sobre o espaço do prédio que abrigava a instituição, disse: “nota-se a falta de alguns outros compartimentos para a secção de archivo e sala d’armas” (Correspondência de 22 de dez. de 1917. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1916-1922), p.34. Ref. 981FASS05a).

A segunda referência está no último tópico das necessidades expostas pelo diretor, após se referir à biblioteca. Assim sugere Aristides Fontes:

[...] a mudança da biblioteca para a secretaria, um armário com vidraças e [estante] de livros necessários a esta caza, recolhendo-se o desnecessario a bibliotheca publica e uma nova ordem de armarios no galpão a construir-se para deposito do archivo que ainda não tem lugar (Correspondência de 22 de dezembro de 1917. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1916-1922), p.35 e 35v. Ref. 981FASS05a).

Essa declaração do diretor do Atheneu Sergipense diz muito sobre a situação em que se encontrava a documentação da instituição. Assim sendo, podemos analisar essas afirmações sob duas perspectivas. A primeira, e mais óbvia, é que a sua preocupação era com a documentação em si e com a forma como era acondicionada, sendo que o diretor estava desejoso de um lugar para que ela fosse melhor abrigada e cuidada. O outro olhar é que ele apenas queria a liberação de

²³Nasceu a 26 de março de 1881 em Aracaju. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, foi nomeado, em 1905, lente interino de Geografia do Atheneu Sergipense. Eleito deputado estadual, recebeu dos seus colegas a investidura de 2º secretário da Assembleia Legislativa. Foi reeleito para as legislaturas de 1906-1907 e 1910-1911, na última das quais ocupou o lugar de 1º secretário. Com a reforma do Atheneu Sergipense foi nomeado lente de Mecânica e Astronomia, sendo transferido, em 1911, para a cadeira de Física, Química e Higiene.

espaço, provavelmente na secretaria, para desenvolver as atividades administrativas a contento, vez que estavam sendo prejudicadas, devido à presença dos documentos. Em síntese, o arquivo ainda não tinha um espaço apropriado para ser armazenado.

No caso dos arquivos escolares ocorre a falta de cuidados com a documentação. Sobre essa assertiva, recorremos a Zaia (2010), quando se refere à ideia dos ‘Arquivos Mortos’ tão presentes no ambiente escolar. A autora discorre sobre o destino da documentação produzida e/ou recebida pelas escolas brasileiras e diz que:

Dessa destinação surgem os *Arquivos Mortos* na forma como os encontramos atualmente nas escolas. Devido à necessidade de salas para as sempre crescentes turmas de alunos, ao longo dos anos os documentos e os demais objetos passaram a ser transferidos do espaço definido para eles, em sua origem, para os porões e/ou quartos de materiais de limpeza da escola, sendo amontoados de qualquer modo, sobrecarregando armários, prateleiras, mesas, cadeiras ou sendo mesmo jogados no chão (ZAIA, 2010, p.114). [Grifos da autora]

Acrescentamos, ainda, que é recorrente nas correspondências do Atheneu Sergipense a descrição da situação de precariedade vivida pelo prédio que o abrigava e a relação que mantinha com o arquivo. O diretor, Jucundino de Souza Andrade²⁴, em correspondência datada de 15 de fevereiro de 1921, tratou da falta de estrutura e insalubridade do citado imóvel, principalmente após a ocorrência de chuvas em Aracaju, afirmando:

Renova a minha requisição anteriormente feita a V. S. para os necessarios reparos no tecto deste estabelecimento, visto como actualmente, em consequentes chuvas, as aguas estão penetrando o tecto que se acha afastado em diversos logares, causando estragos nos objectos que se achão no archivo ou deposito (Correspondência de 15 de fevereiro de 1921. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1916-1922), p.137v. Ref. 981 FASS05a).

Notamos, então, as necessidades materiais vividas pelo Atheneu Sergipense e, consequentemente, a situação em que se encontrava o arquivo da instituição, com a documentação sem nenhuma proteção, sendo danificada pela insalubridade do espaço em que se encontrava.

No Livro de Correspondências Expedidas que abrange o marco temporal de 1922 a 1932 identificamos a continuidade, principalmente nos relatórios, das descrições sobre a situação

²⁴ Encontramos informações esparsas sobre Jucundino de Sousa Andrade. Guaraná (1925) insere-o na nota final com os nomes dos intelectuais que tiveram os seus perfis omitidos na obra. Já em Alves (2005) Jucundino é citado na lista do corpo docente do Atheneu Sergipense como professor de Alemão, em 1916.

material precária vivida pelo Atheneu Sergipense. Em todos os documentos há referências a essa conjuntura. No relatório de 1922, em tópico específico, denominado ‘Prédio do Atheneu’, o diretor, Jucundino de Souza Andrade, expressou:

Continua este imóvel cada vez mais exigindo do governo uma remodelação radical, se não uma reconstrução que lhe altere a feição architectonica e as disposições internas, de maneira que elle fique collocado no plano que lhe refere a sua qualidade de mais alto estabellecimento de instrução de nosso Estado. Reitero neste sentido tudo quanto tenho expendido em meus anteriores relatorios (Relatório de 1922. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1922-1932), p.15. Ref. 193FASS05a).

De igual maneira há registros nos relatórios subsequentes, de 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929 e 1930, enviados ao secretário geral do Estado, os quais tratam do estado em que se encontrava o Atheneu Sergipense.

No entanto, surpreendeu-nos, particularmente, a descrição presente no relatório de 1923, assinada pelo então diretor da instituição, Alcebíades Correia Paes²⁵, no tópico “A sede do Ateneu”, no qual diz:

A este respeito, cabe-me informar que são verdadeiramente lastimáveis as condições de nosso instituto oficial de ensino secundário. O edifício do Ateneu não vale o esforço de descrevê-lo. Está abaixo, muito abaixo, da crítica. É acanhadíssimo, não tem estética, está muito estragado, goteja por toda a parte e o seu amadeiramento de há muito vem sendo devorado pelo cupim. As suas portas e janelas cedem, em sua maioria, á menor pressão. A pobreza do material de ensino corre parrelhas com a do prédio (Relatório de 1923. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1922-1932), p.42. Ref. 193FASS05a).

Diante dessas observações, questionamo-nos, então, sobre a situação em que se encontrava o arquivo do Atheneu Sergipense nesse período. Que práticas eram ensejadas pelos seus sujeitos em relação à documentação? Pensamos que, se o prédio não ofereceria condições mínimas para o bom andamento das aulas, além da escassez de materiais básicos, o arquivo passava por dificuldades de acondicionamento, armazenamento, ordenação e organização. Essa inferência confirma-se no mesmo relatório de 1923, quando Alcebíades Correia Paes diz no tópico ‘Arquivo’:

²⁵ Encontramos referências a Alcebíades na tese de Alves (2005), sendo ele médico e professor de Inglês do Atheneu Sergipense. A mesma autora cita o Livro de Visitas do Atheneu Sergipense, no qual são encontradas referências a Alcebíades no registro deixado por João Passos Cabral, que lembra com pesar sobre a figura de Alcebíades, denominando-o de “espírito infatigável”.

Não encontrei em boas condições o arquivo deste estabelecimento. Instalado numa sala horrível e sem a menor segurança, mandei pôr em ordem o seu material, que fiz recolher a dois velhos armários da Secretaria. Presentemente, qualquer documento pedido póde ser encontrado com facilidade (Relatório de 1923. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1921-1932), p.49. Ref. 193FASS05a).

Quando o diretor diz que não encontrou o arquivo em boas condições, apresenta-nos elementos de comprovação para as nossas inferências em relação aos comentários dos outros diretores, os quais não diziam, necessariamente, que tudo estava desorganizado, mas apenas indicavam a necessidade de armários e de um local para abrigar o arquivo da instituição, como vimos, por exemplo, na correspondência de 1917.

A questão está, portanto, na tessitura do problema, tomado de diferentes formas pelos diretores do Atheneu Sergipense. Assim, percebemos que o arquivo não tinha um lugar apropriado para ser armazenado e acondicionado, quando o diretor diz: “Instalado numa sala horrível e sem a menor segurança...”, apresentando, em seguida, uma solução para o problema: “mandei pôr em ordem o seu material, que fiz recolher a dois velhos armários da Secretaria.” Percebemos aqui que o problema foi resolvido, em parte, porque na realidade o diretor apenas encontrou um paliativo para a questão, encontrado em “dois velhos armários”.

Estabelecendo um controle entre o relato de Aristides da Silveira Fontes, na correspondência encaminhada ao Governo em 1917 e o de Alcebiades, em 1923, podemos inferir duas possibilidades em relação ao lugar ocupado pelo arquivo do Atheneu Sergipense. Primeiramente, Aristides trata do arquivo ou depósito, dando a entender que os documentos não estavam armazenados na secretaria. Alcebiades argumentou nessa mesma direção, quando disse que utilizou dois armários velhos da secretaria para abrigar os papéis que se encontravam numa sala horrível.

O discurso dos diretores nos faz inferir, hipoteticamente, que a solução para o problema apresentado em 1917 só foi, relativamente, resolvido em 1923, sem, contudo atender à solicitação de Aristides de construção dos armários, mas através da improvisação de estantes velhas para armazenamento da documentação. De outra parte, inferimos que o arquivo ficava em sala à parte da secretaria, como um depósito improvisado, galpão, para abrigar a documentação. Improvisado, pela própria situação descrita de que não havia organização e conservação, muito menos da documentação.

Como aporte para enfatizarmos ainda mais a difícil situação material do Atheneu Sergipense, citamos as palavras usadas pelo diretor da instituição, Alcebíades Correia Paes, ao tratar dos prédios, velho e novo, do Atheneu Sergipense:

Não vale mais a pena gastar tinta, papel e tempo a falar no pardeeiro que por poucos dias, felizmente, hospeda o nosso gymnasio official. O novo prédio em feliz momento mandado construir, pelo actual Presidente do Estado, de acordo com as indicações fornecidas por esta Directoria, já foi dado por terminado e orna a nossa capital como o seu edificio mais imponente, na opinião unânime do povo (Relatório de 1926. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1921-1932), p143. Ref. 193FASS05a).

Nesse desabafo, constatamos que a administração do Atheneu Sergipense preocupou-se com a situação material vivida pela instituição e o quanto era necessária a construção de um espaço para abrigá-lo, já que desde a fundação o Governo não havia tornado a cabo essa empreitada.

Segundo Nunes, o primeiro prédio que abrigou o Atheneu Sergipense foi “uma casa da Câmara municipal, arruinada e suja” (2008, p.121). Diante da situação, Nunes relata que após algum tempo, sendo desprendidos muitos esforços, tanto do Governo quanto da sociedade, em 3 de dezembro de 1872, foi inaugurado o novo prédio, “o melhor da capital pela sua elegância e solidês” (2008, p.122). Esse imóvel, segundo a autora, estava localizado na atual praça Olímpio Campos. Alves (2005) acrescenta que, por volta de 1899, o Atheneu Sergipense mudou-se para outro prédio localizado na rua de Boquim, no trecho da atual Praça Camerino.

Desde a fundação do Atheneu Sergipense havia essa necessidade. Nos relatórios dos Presidentes Provinciais de 1870 e 1871 encontramos referências à arrecadação de doações para a construção do imóvel que iria abrigar a referida instituição. No de 1871, o então presidente da Província, Francisco José Cardoso Junior, apresentou lista com os nomes dos doadores e os respectivos valores. (Relatório da Instrução Pública, 1871). Contudo, não houve êxito na empreitada por falta de mais donativos, assim relatou o Barão de Propriá, vice-presidente em exercício, em seu relatório endereçado à Assembleia Provincial, em 1872 (Relatório da Instrução Pública, 1872).

Com o passar dos anos a situação do imóvel que abrigava a instituição ficou tão precária, que uma euforia tomou conta da administração, em 1926, com a conclusão do novo prédio. Este traria, em tese, maior segurança e comodidade, contribuindo para uma melhor organização dos

estudos secundários no estado. Mas, será que os problemas do Atheneu Sergipense, em particular do seu arquivo, foram resolvidos após a mudança para o novo prédio?

Trataremos desse assunto posteriormente. Por hora, ressaltamos que a compreensão da história do arquivo do Atheneu Sergipense perpassa pelo processo de compreensão dos espaços ocupados pela instituição.

Assim sendo, ainda no relatório de 1926, acompanhando a descrição do prédio, Alcebíades Correia Paes enfatizou algo bastante salutar para compreendermos a situação vivida pelo arquivo:

As condições do arquivo do Atheneu Pedro II são nem mais nem menos que as expostas em meus relatórios anteriores. É inexcusável o zelo do funcionário a que está confiada esta parte da administração; mas o funcionamento do instituto no prédio que, dentro de dias, vai, felizmente, desocupar, malogra grande parte dos esforços empregados e a água que goteja por toda a parte, sempre que chove, por vezes tem danificado alguns documentos (Relatório de 1926. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1921-1932), p.153. Ref. 193FASS05a).

Aqui, vemos que o discurso ensejado pelo diretor é de que o principal problema era estrutural, pois o funcionário responsável pelo arquivo zelava pela documentação. Mas, que tipo de zelo era esse? Será que, realmente, havia um cuidado por parte dos funcionários ou essa era a imagem construída pelo diretor frente ao governo?

Observamos que os diretores esforçavam-se para mostrar que o problema não estava no corpo administrativo do Atheneu Sergipense, pois este era cumpridor de sua parte. Por outro lado, sabemos que havia a inspeção escolar e, ao menos em teoria, o inspetor visitava o colégio regularmente; portanto, conhecia de perto os problemas enfrentados pela instituição.

Nesse sentido, enfatizamos que, realmente, o descaso do Governo para com o Atheneu Sergipense ficava patente, através dos discursos dos diretores, pois reparos mínimos no prédio não eram feitos, solicitações de materiais básicos para as aulas não eram atendidas, enfim, havia uma grave situação material.

Contudo, esse quadro foi amenizado com a inauguração da nova sede da instituição, em solenidade de 13 de agosto de 1926. Quem relatou o ocorrido foi o novo diretor do Atheneu Sergipense, Leandro Diniz de Faro Dantas²⁶, empossado em 11 de setembro de 1926, no relatório de 1927. Segundo Dantas, o evento contou com as presenças de Mauricio Graccho Cardoso, presidente do Estado; Washington Luís, o presidente eleito do Brasil, que estava de passagem

²⁶ Engenheiro, professor de Francês e Desenho do Atheneu Sergipense (ALVES, 2005).

pelo norte do país; além do diretor do Atheneu Sergipense, à época, Alcebiádes Paes, os membros da Congregação, discentes e funcionários. Ao relatar as especificidades concernentes à organização do mobiliário e demais materiais da instituição, advindos da sede anterior, Leandro Diniz trata especificamente sobre o arquivo:

Archivo. Este departamento tem já melhor mobiliario, defficiente, porém ainda. Está sendo installado como exigia o seu perfeito funccionamiento. Neste serviço, o escriptuario- archivista, a quem esta affecto o referido departamento tem sido auxiliado pelo outro escriptuario e pelo secretario da Repartição (Relatório de 1927. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1921-1932), p.215. Ref. 193FASS05a).

Vislumbramos que, a priori, a nova sede do Atheneu Sergipense contemplou, em parte, as necessidades do arquivo da instituição. Primeiro, o mobiliário do departamento, que apesar de “deficiente” cumpria a sua finalidade. Segundo, estava sendo “instalado” o arquivo, ou seja, este tinha um espaço específico, sendo acondicionado, armazenado e conservado para o seu “perfeito funcionamento”. E terceiro, o escriturário-arquivista, responsável pela documentação, cuidava da sua organização, auxiliado “pelo outro escriturário”, que era o escriturário-bibliotecário, e “pelo secretário da repartição”.

Diante dessas mudanças, buscamos identificar: em que espaço, especificamente, o arquivo passou a funcionar? Analisando os discursos anteriores, inferimos que, possivelmente, o arquivo adquiriu um espaço próprio para o seu funcionamento, porém não podemos afirmar se ele passou a funcionar na secretaria do colégio, por exemplo, já que com a mudança para o novo prédio, pode ser que a secretaria tivesse capacidade suficiente em termos de espaço para abrigar o arquivo. Outra hipótese, é que realmente um espaço foi especificamente reservado para abrigar somente o arquivo da instituição. Essa última hipótese está diretamente relacionada ao atendimento às solicitações dos diretores, que reclamavam a urgência em guardar o arquivo. Contudo, vemos que o diretor ainda reclamava da deficiência do mobiliário, possivelmente armários ou estantes, trazendo-nos a ideia de que o arquivo necessitava de mais cuidados, principalmente em relação ao acondicionamento.

Enfatizamos também a referência, no documento citado, ao funcionário responsável pelo arquivo, o escriturário-arquivista. A presença dele é muito recorrente nas atas e, principalmente, nas correspondências analisadas. Ocorre que ele realizava não somente as atividades que diziam respeito ao arquivo, mas várias outras de cunho administrativo, alternando funções com os

demais funcionários, a exemplo do escriturário-bibliotecário e do secretário, mencionados pelo diretor.

Nos relatórios posteriores ao período desta pesquisa verificamos que o arquivo ainda continuou a passar por pequenas dificuldades, confirmadas pelo discurso do diretor Leandro Diniz de Faro Dantas, em relatório encaminhado ao secretário geral do governo. Assim Leandro Dantas expressa:

Archivo. Está esta secção com os documentos devidamente arrumados, tonando-se aconselhável, porém, a aquisição de, pelo menos, uma estante que com os armários já existentes, irá permitindo o arquivamento de todos os papéis (Relatório de 1928. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1921-1932), p.259. Ref. 193FASS05a).

Nos anos seguintes, ao que nos parece, o arquivo do Atheneu Sergipense continuou sendo organizado a contento, segundo os relatos dos funcionários da secretaria e, principalmente, dos diretores nos relatórios. No relatório de 1930, Leandro Diniz de Faro Dantas, trata com tranquilidade sobre o arquivo do Atheneu: “Archivo. Esta dependência está sob a responsabilidade do escripturario-arquivista Pericles Hora, que a tem em perfeita ordem” (Relatório de 1930. Livro de Correspondências Expedidas (1921-1932), p.339. Ref. 193FASS05a).

Entretanto, com o passar dos anos, as dificuldades materiais, dentre elas a estrutura do prédio que abrigava a instituição, começaram novamente a aparecer. Os discursos ensejados pelos diretores referiam-se, principalmente, ao cupim presente em todo o prédio e que não havia encontrado a solução, solicitando com urgência providências do Governo. Essa realidade está descrita nos relatórios das décadas de 1930 e 1940, inscritos nas correspondências expedidas desse período.

Nessa conjuntura, vemos que os problemas enfrentados pelo ensino secundário sergipano iam além das questões pedagógicas. O fato é que as necessidades materiais do Atheneu Sergipense, muitas vezes, sobrepunham-se e condicionavam as outras atividades desenvolvidas na instituição, inclusive o trabalho com o arquivo. Assim sendo, nem mesmo o arquivo corrente

tinha condições de ser conservado, quanto menos a documentação de caráter histórico, que ao longo dos anos foi perdendo a sua funcionalidade, sendo “encostada”, não preservada²⁷.

No entanto, a presença em muitos dos relatórios de uma seção dedicada ao arquivo mostra o interesse da instituição e dos seus administradores com a guarda dos documentos. Porque poderia ser que eles não se preocupassem com os papéis produzidos e simplesmente ignorassem a sua falta de organização. Havia uma preocupação com o arquivo, isso é fato.

Constatamos, então, que havia um senso de preservação da documentação, no sentido de organizá-la e conservá-la e que para cada momento histórico do ensino secundário sergipano houve uma preocupação com a conservação da documentação produzida, até porque isso era de suma importância para a organização dos estudos desse nível de ensino, que caminhava a passos lentos, no processo de afirmação no contexto educacional local.

Enfatizar, por fim, que os cuidados com a documentação arquivística não eram apenas uma preocupação dos agentes escolares, mas também do Governo, pois a legislações prescreveram, ao longo do período, o tratamento, no geral, a ser dado aos papéis da instituição, assim como os funcionários responsáveis por eles. Com isso, práticas administrativas específicas foram definidas nos regulamentos da instrução, bem como nos Regimentos do Atheneu Sergipense. Contudo, em alguns momentos, as práticas cotidianas tiveram que ser reinventadas pelos sujeitos escolares, diante das situações que se apresentaram no dia a dia, desde a falta de espaço para abrigar a documentação até, possivelmente, a falta de materiais adequados para o seu tratamento.

Nessa perspectiva, expomos no próximo capítulo as questões pertinentes à composição do quadro burocrático do Atheneu Sergipense, presentes na legislação educacional, com ênfase na sua relação com a documentação da instituição e com as práticas administrativas.

²⁷ Segundo Camargo e Belloto: “Preservação é a função arquivística destinada a assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos (1996, p.61).

CAPÍTULO II

O QUADRO ADMINISTRATIVO DO ATHENEU SERGIPENSE E SUA DOCUMENTAÇÃO: UMA RELAÇÃO MUITO PRÓXIMA

Este capítulo tem por objetivo reconstituir a composição do quadro administrativo do Atheneu Sergipense, enfatizando a sua relação com a documentação produzida pela instituição, no período delimitado por esta pesquisa, buscando responder aos seguintes questionamentos: Quais mudanças e/ou permanências ocorreram no quadro administrativo do Atheneu Sergipense no período de 1870 a 1926? Quais as determinações do Governo em relação à documentação educacional produzida pela instituição? Qual(is) funcionário(s) cuidava(m) do arquivo? Como organizava(m) a documentação?

Nessa perspectiva, inicialmente fizemos tessitura de algumas pesquisas que tratam sobre o universo administrativo das instituições de ensino, partindo, em seguida, para a estrutura administrativa do Atheneu Sergipense, bem como sua relação com a documentação produzida.

2.1. Quem arquivava os documentos? O quadro burocrático e o arquivo do Atheneu Sergipense (1870-1926)

A passagem do Império para a República representou um período de intensa movimentação no sentido de fazer da educação um setor próspero para a sociedade brasileira. Ao contrário do que ocorreu no período anterior, os republicanos buscaram implementar uma série de reformas para organizar a instrução pública deficiente em seus níveis de ensino.

Segundo Nagle (1974) o entusiasmo educacional e o otimismo pedagógico, principalmente no final da Primeira república caracterizaram o período. O autor acrescenta: “A crença nos poderes da escolarização difundiu-se amplamente no período, o que se demonstra pela ocorrência de várias iniciativas e reformas, dos Governos Federal e Estaduais, no campo da escolarização” (NAGLE, 1984).

Esse entusiasmo de que trata o autor trouxe consequências diversas para a organização escolar, partindo dos órgãos criados para administrar o setor. Assim sendo, de 1911 a 1925 o órgão responsável pela administração escolar era o Conselho Superior de Ensino, de jurisdição do Ministério da Justiça. (NAGLE, 1984).

Com a instituição do Decreto nº 16.782-A, de 1925, além da reorganização dos vários tipos e níveis de ensino, trouxe mudanças para a administração escolar, com a criação do Conselho Nacional de Ensino e, posteriormente, com o Departamento Nacional do Ensino. De acordo com Nagle (1984, p.163): “Mesmo com atribuições reduzidas, o Departamento e o Conselho significaram, em relação à situação anterior, passo maior no processo de burocratização das questões educacionais”.

Em relação ao ensino secundário, a organização foi realizada seguindo os parâmetros estabelecidos pelas reformas implementadas nacionalmente, gravitando sempre em torno da instituição-modelo, o Colégio Pedro II. Assim, durante a Primeira República, esse nível de ensino foi representado por instituições públicas específicas, geralmente uma em cada estado, servindo principalmente à formação das elites, apresentando, contudo, algumas alterações de natureza técnico-pedagógica, que acompanharam as legislações, e representando a gênese de mudanças mais efetivas que ocorreriam posteriormente.

Em Sergipe, particularmente, o representante do ensino secundário público era o Atheneu Sergipense, criado pelo Regulamento da Instrução Pública nº 24, que definiu a sua estrutura administrativa e pedagógica de funcionamento. À época, o órgão responsável pela instrução no Estado era a Diretoria Geral da Instrução Pública, na pessoa do Diretor Manoel Luis D’Azevedo Araújo, que cuidava tanto do ensino secundário, quanto do ensino primário e normal.

Funcionando no mesmo prédio que o Atheneu Sergipense até 1897, a Diretoria Geral da Instrução Pública era auxiliada pelo Conselho Superior de Instrução Pública, órgão de consulta do Presidente da Província e do Diretor Geral e Tribunal de julgamento dos delitos cometidos pelos professores. Após aquela data, houve a separação da Diretoria Geral do Ensino Público Primário do ensino público secundário. Internamente, a administração do Atheneu Sergipense era conduzida por seu diretor e corpo administrativo.

Nesse cenário, a nossa proposta é adentrar no interior do Atheneu Sergipense para vislumbrar as práticas administrativas, em particular as arquivísticas, desenvolvidas ao longo do período desta pesquisa, pois o estudo do quadro administrativo proporciona uma compreensão mais ampla acerca do interior das instituições de ensino, na medida em que, para além de alunos e professores, passamos a refletir sobre outros sujeitos escolares, imprescindíveis para o funcionamento das escolas.

Assim sendo, o que seria dos professores e dos alunos se não tivessem a quem solicitar documentos e informações diversas? E ainda, o que seria do ensino e da aprendizagem, se não houvesse a organização de todo o material necessário para o controle dos elementos imprescindíveis ao seu desenvolvimento? Estas indagações fazem-nos pensar sobre a importância do quadro burocrático das instituições de ensino e sua relação com a documentação por elas produzida.

Poucas são as pesquisas que buscaram reconstituir o quadro administrativo das instituições de ensino. Dentre estas, destacamos as iniciativas de Silva (2004), Alves (2005a), Stella (2006), Zaia (2010) e Souza (2011), que ao tratarem da história das instituições de ensino e dos arquivos escolares, enfatizaram o papel exercido pelo quadro burocrático no processo de produção e conservação de documentos.

Iniciamos com a abordagem desenvolvida por Silva (2004), que teve por objeto a Escola Normal Carlos Gomes (atualmente Escola Estadual Carlos Gomes), de Campinas, entre os anos de 1949 a 1966. O objetivo da autora foi reconstituir a história da instituição durante a gestão de Wellman Galvão de França Rangel. Para tanto, organizou os papéis que se encontravam no porão da escola e analisou a procedência deles, a exemplo das legislações a que estavam diretamente ligados.

A autora observou que nesse período houve uma maior preocupação com o fazer administrativo, materializado nos diversos regimentos internos e demais documentos produzidos pelo gestor da mencionada instituição, com destaque para o texto ‘Principiologia administrativo-escolar’, obra que definiu princípios da administração e objetivou orientar a prática burocrática dos sujeitos escolares. Em sua análise, Silva (2004) não apresentou maiores detalhes em relação ao corpo administrativo da Escola Normal, centralizando sua argumentação nas ações da gestão de Rangel e suas memórias, em relação às práticas administrativas da instituição.

Entretanto, a pesquisa empreendida por Stella (2006) foi mais específica e analisou os discursos presentes nas correspondências de seis Livros de Registro de Correspondências da Escola Complementar e Grupo Escolar de Itapetininga, de São Paulo, no período de 1905 a 1911. O autor enfatiza o trabalho de registro nos referidos documentos, efetuado pelos amanuenses, detalhando a sua função, prescrita ou não na legislação, bem como mostra sua relação com a direção da instituição.

Já Zaia (2010) ao estudar a escrituração praticada pelas escolas públicas paulistas, entre a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX, aprofundou a discussão sobre o corpo administrativo das escolas paulistas no tópico “A profusão de papéis: quadro funcional”, no qual a autora discutiu sobre os registros dos documentos bem como os funcionários responsáveis por cada tipologia documental.

Uma das observações apontadas pela autora é de que, com o aumento do número de escolas públicas no Estado de São Paulo, houve um consequente aumento do seu funcionalismo, corroborando com um aprofundamento do quadro burocrático, no sentido de divisão das funções. Com isso, Zaia (2010) conclui que:

O controle por meio da burocracia visa impedir as tendências desviantes dos funcionários, pois a compartimentalização do conhecimento, desde a direção até o aluno, permite a proliferação de regras que, ao menor deslize, acabam por gerar penalidades aplicáveis a qualquer um dos personagens escolares (ZAIA, 2010, p.82).

A autora demonstrou como o Governo paulista exerceu o controle das instituições de ensino no período, através de práticas administrativas específicas, como as penalidades aplicadas aos alunos, professores e funcionários, registradas nos diversos livros, destacando os de correspondências e de penalidades.

Quanto ao quadro administrativo do Atheneu Sergipense, enfatizamos as pesquisas desenvolvidas por Alves (2005) e Silva (2011). Alves (2005) enfatizou a importância do quadro administrativo para a história do Atheneu Sergipense, ao afirmar que:

Pode parecer estranho trazer à luz esses sujeitos, obscurecidos alguns por suas posições, mas de fundamental relevância pelas funções desempenhadas e competências a eles atribuídas, para o devido andamento do estabelecimento. São, portanto, partícipes do movimento de organização dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense, exercendo papel importante na função educativa e formadora daquela *casa de educação literária* (ALVES, 2005, p.180). [Grifo da autora].

O foco da análise de Alves (2005), ao tratar sobre o quadro administrativo, foram as práticas de julgamento ensejadas no ambiente escolar. A autora salientou que essa ação denotava ações empreendidas pela administração do Atheneu Sergipense, com objetivo de organização das práticas escolares, incluindo as de ensino, fim último a ser contemplado pelo trabalho de todos. Nessa perspectiva, bedéis cuidavam da chamada dos alunos; porteiros, da segurança e disciplina,

e secretários eram os responsáveis pelo controle da frequência dos funcionários, incluindo os professores (ALVES, 2005).

Já Silva (2011), ao analisar a disciplina de Matemática na referida instituição, durante a reforma de Francisco Campos, apresenta-nos as mudanças ocorridas em sua configuração entre os anos de 1926 e 1936. Segundo a autora, tomando como base a legislação, com a implementação do Curso Complementar, houve uma modificação no quadro administrativo, sendo composto por um diretor, um vice-diretor, um escriturário- arquivista, um escriturário-tesoureiro, um escriturário-bibliotecário, um chefe de disciplina, seis inspetores de alunos, duas inspetoras de alunas, conservador de gabinetes, datilógrafo, porteiro, dois serventes e dois encarregados.

A autora especificou as funções assumidas pelos funcionários, mostrando que com a implementação da Reforma Francisco Campos, o corpo administrativo acompanhou as mudanças no que concerne à realização das suas atividades, mostrando o seu papel relevante para o funcionamento da instituição, principalmente em relação às mudanças ocasionadas pela instituição da lei.

Levando-se em consideração as análises expostas, vemos que a burocracia pedagógica das instituições de ensino tem um papel significativo na construção da cultura escolar e da cultura material escolar, na medida em que as diversas ações administrativas ensejam práticas e representações específicas, inscritas nos diversos objetos materiais presentes nas instituições de ensino.

Dito isso, buscamos, então, compreender a importância do corpo administrativo do Atheneu Sergipense, destacando a relação existente entre ele e a documentação produzida pelo Governo e pela instituição. Zaia (2010, p.190) reforça a nossa argumentação quando diz que: “a escrituração escolar é elemento para a organização e uniformização das escolas, não podendo ser compreendida apenas como produção exclusiva dos agentes escolares, mas também como dispositivo do sistema de ensino”.

Isso porque, o processo de compreensão das práticas administrativas de uma instituição de ensino perpassa pela compreensão das diretrizes presentes na legislação e nas decisões tomadas pela sua direção.

Nesse cenário de discussões foi de nosso interesse reconstituir o quadro burocrático do Atheneu Sergipense, com ênfase na sua relação com o arquivo da instituição, através da legislação educacional, particularmente os Regulamentos da Instrução Pública.

A partir desse quadro, voltamos para os anos iniciais do Atheneu Sergipense, com base no Regulamento da Instrução Pública nº 24, de 1870, que criou essa instituição e definiu os pormenores do funcionamento do ensino na Província de Sergipe.

O Regulamento tem riquezas de detalhes sobre as instruções primária e secundária, apresentando-nos as novas diretrizes da educação, esclarecendo todos os ditames que seriam praticados pelas instituições públicas e privadas. Dentre os temas tratados, enfatizamos aqueles que diretamente tinham relação com o quadro administrativo do Atheneu Sergipense.

Vale destacar que essa instituição, nos primeiros anos de existência, funcionou na mesma casa em que a Diretoria da Instrução Pública, sendo seu corpo administrativo o mesmo deste órgão, composto pelo escriturário, amanuense e porteiro (Regulamento da Instrução Pública, 1870).

Assim é que o artigo 186 do aludido documento, na primeira seção, estabelece as atribuições do escriturário, quais sejam:

§ 1. Redigir toda a correspondencia official, conforme lhe determinar o Director da Instrucção, e fazel-a seguir a seus destinos. § 2. Expedir, conforme lhe fôr determinado pelo mesmo Director, todos os papeis que corram pela Directoria. § 3. Lavar os termos de exames na Directoria, ou quaesquer outros ordenados pelo Director. § 4. Expedir titulos e diplomas a cargo da Directoria. § 5. Assistir aos trabalhos do Conselho Litterario e escrevel-os. § 6. Passar ou mandar passar e subscrever as certidões que forem ordenadas. § 7. Tomar notas do comparecimento diario dos empregados da repartição. § 8. Ter a seu cargo o archivo da Instrucção Publica (Regulamento da Instrução Pública, 1870, p. 29).

Vemos, pois, que o escriturário era responsável pelo arquivo e por grande parte da documentação produzida e recebida. Contudo, não há prescrição de nenhuma documentação específica do Atheneu Sergipense sob a sua incumbência.

Em relação ao amanuense, o artigo 187 especifica as atribuições que lhe eram conferidas, competindo-lhe:

§1 Escrever e registrar quaesquer outros papeis que corram pela Directoria. §2 Escripitar em livro proprio as ordens de receita e despeza, segundo as instrucções e modêlos que lhe forem dados. §3 Receber as quantias que lhe forem designadas para as despesas ordinarias do expediente. §4 Preparar todos os esclarecimentos que devem servir de base aos relatorios do Director da Instrucção, á organização dos mappas e aos outros trabalhos da Directoria. (Regulamento da Instrução Pública, 1870, p. 29).

Nessas definições, destacamos que o escriturário era responsável pelas correspondências, sendo o amanuense seu auxiliar direto, incumbido, inclusive, do registro da contabilidade bem como da organização das informações necessárias para a composição do relatório do Diretor da Instrução.

O porteiro, por sua vez, tinha atribuições importantes na instituição, como as preconizadas no artigo 188, das quais destacamos:

§1 Abrir e fechar a casa em que funcionarem a Directoria de Instrucção e o Atheneu ás horas marcadas; §2 Mandar fazer a limpeza e o asseio da casa, repartição e Aulas do Atheneu; §3 Prover do que fôr mister para o expediente, fazendo para isto ao Director Geral, as requisições necessarias e apresentando mensalmente a conta das despesas com taes objetos, a qual, attestada pelo amanuense e rubricada pelo Director Geral, sera paga pelo Thesoureiro Provincial á requisição do mesmo Director. §4 Entregar a correspondencia que tiver de ser distribuida na Capital. §5 Executar as ordens que lhe forem dadas pelos seus legitimos superiores. §6 Fazer na repartição, ou fora d'ella, o serviço de pedestre que lhe fôr destinado. §7 Fazer a chamada nas Aulas do Atheneu e marcar o ponto dos estudantes (Regulamento da Instrução Pública, 1870, p. 29-30).

Nas funções prescritas para os três funcionários, constatamos que o porteiro era o empregado que tinha uma ligação mais direta com o Atheneu Sergipense, já que abria e fechava o estabelecimento, cuidando da limpeza e fazendo a chamada dos alunos. Além disso, assumia a função de bedel, fazendo o policiamento, assim como prescreve o artigo 165, do Regulamento citado anteriormente.

Constatamos que tais funcionários exerciam atividades complementares, praticadas cotidianamente, e que apesar de o arquivo ser de responsabilidade do escriturário, os outros servidores contribuía, direta ou indiretamente, para a sua organização.

Para além desse corpo administrativo, identificamos no artigo 17, do Estatuto do Atheneu Sergipense de 1871, a existência do secretário da Congregação, que era eleito anualmente, entre os lentes, por voto secreto, e dava suporte às atividades administrativas específicas da instituição. No artigo 18 estão mencionadas as suas atribuições:

1º. Ter ao seu lado a escrituração da Congregação; 2º. Redigir as atas das Sessões e a correspondência respectiva; 3º. Fazer assinar a matricula em livro próprio aos estudantes que se propuserem a frequentar as aulas do estabelecimento, procedendo despacho do Diretor (Estatuto do Atheneu Sergipense, 1871 apud NUNES, 2008, p.306).

Notamos que o secretário do Atheneu Sergipense exercia funções concernentes à documentação produzida pela Congregação e pela instituição, sendo, inclusive, responsável pelo registro da matrícula dos alunos. Em síntese, três eram os documentos que estavam na sua incumbência: atas, correspondências da Congregação e matrículas. No entanto, enfatizamos que somente as atas e as matrículas eram registradas em livros específicos do Atheneu Sergipense, sendo que as correspondências eram copiadas nos Livros de Correspondências da Diretoria da Instrução.

Em relação à conservação desses livros, estava prescrito que deveriam ficar guardados no arquivo da Diretoria de Instrução, conforme o artigo 89 do Regulamento de 1870:

Haverá na repartição da Directoria de Instrucção os seguintes livros: Da matricula do Atheneu. De posse e de juramento dos Empregados. Do registro da Correpondência com o Presidente da Provincia. De registro das demais correspondencias, comprehendidos os Regimentos, instrucções e ordens que forem expedidos pela Directoria. De ponto dos professores do Atheneu. De ponto dos demais empregados. De actas do Atheneu. De actas do conselho Litterario (Regulamento da Instrução Pública, 1870, p.30).

A partir dessa descrição, afirmamos que os documentos, diretamente relacionados ao Atheneu Sergipense, eram de responsabilidade do secretário da Congregação, exceto o Livro de Ponto dos Professores, que ficava sob a responsabilidade da secretaria da Diretoria.

Entretanto, ao longo dos anos, identificamos mudanças na configuração da função de secretário da Congregação do Atheneu Sergipense, que ora era exercida por um professor eleito pela Congregação, ora pelo secretário da Diretoria da Instrução.

Nesse cenário, enfatizamos que no Regulamento da Instrução de 1877, nos artigos de números 88 a 93, que tratam da Congregação, não há a prescrição da eleição de um professor para exercer a função de secretário. Isso pode ser confirmado através da fala do professor Tito Augusto Souto de Andrade²⁸, em sessão na Congregação, no início de 1877:

²⁸ Segundo Alves (2005, p.46): “Tito Augusto Souto de Andrade iniciou suas atividades de magistério como professor de primeiras letras em Laranjeiras. Na mesma cidade, por concurso, lecionou as cadeiras de Filosofia, Geografia e História no Internato lá existente. Suspensas estas aulas, foi transferido para as cadeiras de Francês e Geometria em Aracaju, em 1868.”. Tito Augusto compôs o primeiro quadro de lentes do Atheneu Sergipense, regendo a cadeira de Aritmética, Álgebra e Geometria. Armindo Guaraná não dedicou tópico específico a Tito Augusto, mas fez menção à sua atuação como professor de Francês e Matemática de Filinto Elísio do Nascimento, até 1870 (GUARANÁ, 1925).

O professor Tito pedindo e obtendo a palavra, fez ver que não havendo encontrado no Regulamento em vigor disposição alguma de quem devesse servir como Secretario da Congregação, não devia deixar-se aberta semelhante lacuna; pelo que foi deliberado que continuasse como secretario o secretario da Directoria da Instrucção, sob proposta do Senhor Doutor Director Geral (Ata de 1º de fev. de 1877. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, p.11. Ref. 481FASS01).

O professor Tito Augusto fez notar que não existia mais a necessidade da eleição para secretário, já que esta função estava sendo exercida por um funcionário da Diretoria. Além disso, confirmamos nas atas dos anos anteriores que desde 1875 não ocorria eleição para o aludido cargo. (Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1870-1916), 1875. Ref. 481FASS01).

Nesse momento, o quadro de funcionários do Atheneu Sergipense era, em sua totalidade, o mesmo da Diretoria, estreitando ainda mais a sua relação com o Governo. Destacamos que no Regulamento de 1877 definiu-se o quadro de funcionários da Instrução Pública, consequentemente, do Atheneu Sergipense, com os seus respectivos vencimentos:

O pessoal da secretaria constara de um secretario com o ordenado de 1:200\$000 e 400\$000 de gratificação; de um 1º e um 2º escripturarios com o ordenado de 600\$000 e a gratificação de 400\$000, de um porteiro com o ordenado de 400\$000 e a gratificação de 200\$000 e dois continuos com a gratificação de 600\$000 (Art. 150, Regulamento da Instrução Pública, 1877, p. 32).

Diante da definição do quadro administrativo, constatamos que Severiano Cardoso²⁹, que já vinha assinando as atas da Congregação, como oficial maior da Diretoria, passou a lavrá-las na condição de secretário da Instrução Pública. Além disso, observamos no artigo 151, do Regulamento citado, o registro de que a nomeação do corpo administrativo da Instrução Pública seria de responsabilidade do Governo, excetuando os contínuos, que estariam a cargo do diretor geral. Estes eram responsáveis pelo policiamento do Atheneu Sergipense e pelo controle das faltas dos alunos. De acordo com o artigo 111: “Os continuos deverão lançar diariamente as faltas em uma caderneta que, no fim de cada lição, será rubricada pelo professor e apresentada ao

²⁹ Nascido em Estância, Severiano Cardoso formou-se em Humanidades na sua terra e partiu para a Bahia, em 1855, para trabalhar com imprensa. Regressando a Sergipe, exerceu o cargo de escripturário do Atheneu Sergipense, sendo secretário da Instrução Pública, e em 1874, nomeado oficial maior da mesma secretaria. Após exonerar-se deste cargo, em 1878, assumiu a direção do Colégio “Parthenon Mineiro” no Rio Novo, estado de Minas Gerais. Retornou a Estância em 1880, fundando e dirigindo o Colégio Minerva. Em 1882, foi nomeado para reger a cadeira de Italiano na Escola Normal de Aracaju, e em 1884, as cadeiras de Aritmética e Lógica. Em 1889, foi transferido para o Atheneu Sergipense para reger as cadeiras de Literatura e Lógica. Retornou a Estância em 1900, assumindo as cadeiras de Português, Francês e Aritmética, e depois sendo lente de Matemáticas da Escola Normal, onde encerrou a carreira (GUARANÁ, 1925). Para mais informações sobre Severiano Cardoso, ver Santos (2007).

Director para pôr o-visto” (Regulamento da instrução Pública, 1877, p. 25). Além disso, na falta do professor, eles seriam responsáveis por levar a caderneta para receber o visto do diretor.

Notamos uma mudança de atribuições, sendo que o contínuo, e não mais o porteiro, passou a cuidar da chamada dos alunos. Essa nova função atribuída ao contínuo exigia muita responsabilidade, afinal, a frequência por ele controlada, podia determinar, por exemplo, o desligamento dos discentes do Atheneu Sergipense. Por isso, eles deveriam ter muita atenção, pois as faltas eram julgadas, mensalmente, pelos professores das diversas disciplinas, nas reuniões da Congregação, como válidas ou não, a depender das justificativas apresentadas pelos alunos.

Entretanto, meses depois, por meio da Resolução nº 1079, de 5 de maio do mesmo ano, houve uma reforma no Regulamento de 1877, dando nova redação a alguns artigos, bem como instituindo acréscimos a outros, a exemplo do retorno da eleição para secretário da Congregação.

Diante dessa prerrogativa, a Congregação reuniu-se em 17 de maio desse mesmo ano, com a finalidade de eleger o seu secretário, tendo sido escolhido Bricio Cardoso³⁰, professor de Retórica e Poética (Ata da Congregação de 17 de maio de 1877. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, p.15. Ref. FASS01).

Uma mudança importante em relação à documentação produzida e acumulada pela instituição foi o estabelecimento de uma gratificação a ser paga ao porteiro, pela prestação de serviços no arquivo da Diretoria da Instrução, o que denota que havia necessidade de maiores cuidados com os papéis (Art. 1, §30, Resolução nº 1079, 1877).

Já em 1879, houve um corte significativo no quadro do pessoal administrativo da Diretoria da Instrução Pública, que também atendia ao Atheneu Sergipense, sendo formado por apenas três funcionários: o secretário, o escriturário e o porteiro.

Diante dessa circunstância, o diretor da instrução pública, na época Tito Augusto Souto Andrade, ressaltou em seu relatório de 1879 a necessidade de ampliação do quadro burocrático para o bom andamento das atividades:

³⁰ Nascido em Estância, Brício Maurício de Azevedo Cardoso fez carreira como professor e ingressou no Atheneu Sergipense em 1874, para reger a cadeira de Retórica e Poética. Foi também professor do ensino primário e da Escola Normal. Além de professor, atuou como jornalista, participando da fundação e disseminação de vários jornais, incluindo o *Necydalus*, jornal estudantil do Atheneu Sergipense (GUARANÁ, 1925). Para mais detalhes sobre o exercício da docência de Bricio Cardoso no Atheneu Sergipense, ver Gally (2004) e Santos (2010).

Tal limitado numero de funcionarios mal pode dar vasão ao expediente ordinario. O trabalho está actualmente distribuido por forma que cada um dos empregados se occupa de diversos misteres estranhos a natureza do lugar que occupa; sendo este motivo poderoso para que não haja regularidade no serviço, de que tem resultado graves inconvenientes somente prejudiciaes á causa publica (Relatório da Instrução Pública, 1879, p.15).

Dessa forma, após tal solicitação, o diretor sugeriu um quadro administrativo, composto de secretário, escriturário, amanuense-arquivista, porteiro e contínuo, servindo estes últimos de bedéis no Atheneu Sergipense, enfatizando que o amanuense exerceria a função de arquivista. Nessa situação, confirmamos as dificuldades para organizar a documentação, pois nenhum funcionário estava especificamente centralizado nessa atividade.

Outro regulamento que tentou implementar mudanças no ensino sergipano, mas teve pouco tempo de duração, foi instituído pelo presidente Herculano Marcos Inglez de Souza, em 1881. Possuindo maior riqueza de detalhes em relação às funções e hierarquia do corpo administrativo do Atheneu Sergipense, não constantes das legislações anteriores, esse texto apresentou novidades como o secretário da Diretoria sendo o responsável pelo arquivo, assim como está descrita no art. 11:

§1. Distribuir o serviço pelos empregados. §2. Redigir e preparar o expediente da secretaria. §3. Escrever e mandar escrever, registrar e expedir os titulos, portarias, officios, despachos, relatórios e outros papeis que corram pela secretaria. §4. Escrever e registrar correspondência reservada, e reservadamente archivar-a conjuntamente com os papeis relativos. §12. Abrir, numerar, rubricar e encerrar os livros da secretaria, fiscalizando a sua escripturação. §14. Velar que o Amanuense e mais empregados sejam assíduos e exactos no cumprimento dos seus deveres, communicando ao Director Geral o máo procedimento que tiverem. §16. Cuidar da conservação de toda correspondencia recebida e papeis da Secretaria, fazendo archivar-os devidamente, segundo os annos, logares e objectos á que pertencerem, com os devidos rotulos. 17§ Requisitar do Director Geral, por escripto, o fornecimento de moveis e utensis necessarios ao serviço e uzo da Secretaria (Regulamento da Instrução Pública, 1881, p.4).

Constatamos que o secretário, ao assumir a responsabilidade do serviço da secretaria, podia distribuí-lo da maneira que mais lhe fosse conveniente, tendo o amanuense como seu principal auxiliar, no cuidado com os papéis da repartição.

No parágrafo nº 16, do trecho do Regulamento citado, são destacados alguns critérios da organização arquivística da documentação a serem observados pelo secretário, quais sejam: o ano, o lugar e o objeto. A partir dessa referência, confirmamos algumas de nossas inferências de como a documentação era guardada no arquivo da diretoria. Primeiro, a organização por ano,

sendo que os documentos seguiam uma ordem cronológica. Segundo, inferimos que ‘o lugar’ referia-se ao espaço ocupado por cada tipologia documental no conjunto do acervo, isto é, levando-se em consideração a função exercida pelos documentos dentro do conjunto de papéis. Dessa maneira, como já colocamos, as correspondências deviam ocupar um lugar específico, as atas outro, e assim por diante. Em relação aos ‘objetos’, acreditamos que seriam os respectivos livros de registro dos documentos.

Nessa época, apesar de o Atheneu Sergipense ainda funcionar no mesmo prédio que abrigava a Diretoria de Instrução Pública, o seu corpo administrativo começava a ganhar certa autonomia, pois muitas das funções exercidas pelos funcionários da Diretoria foram transferidas para o pessoal do Atheneu Sergipense.

É tanto que na própria distribuição dos artigos, do Regulamento de 1881, na seção 2, dedicada ao ensino secundário, encontramos a definição, no capítulo 2, artigo 96, das funções atribuídas ao diretor e aos empregados do Atheneu Sergipense, algo que já vinha especificado nos regulamentos de 1878, 1879 e 1880. Primeiramente, definiu-se quem seria o diretor: “O Lyceu³¹ será dirigido por um dos professores, designado pelo Governo e terá por secretario outro dos professores. Toda a correspondencia e communicação com o Governo da provincia se fará por intermedio do Director Geral da instrução publica” (Regulamento da Instrução Pública, 1881, p. 23). Partindo desse pressuposto, a direção da instituição, anteriormente exercida pelo diretor da instrução pública, passou a ser confiada a um professor do Atheneu Sergipense escolhido pelo Governo.

Inclusive, sobre essa prerrogativa, o diretor da Instrução e professor do Atheneu escolhido para o cargo, à época, Antonio Diniz Barreto³², expressou sua insatisfação ao presidente da província afirmando:

³¹ Neste Regulamento ficou definido, no artigo 93, que o Atheneu Sergipense passaria a se chamar Liceu Secundário de Sergipe. Em nosso trabalho adotamos a denominação Atheneu Sergipense por sua predominância em todo o período estudado. Para mais informações sobre as denominações do Atheneu Sergipense ao longo dos anos, ver Alves (2005).

³² Nascido em Capela, em 1821, fez os estudos de Humanidades com exemplar aproveitamento, atraindo-lhe de preferência as belezas da língua de Virgílio. Entrou para o magistério público, sendo nomeado a 22 de abril de 1841 para reger a cadeira de latim de Itabaiana, a qual também lecionou em Laranjeiras e no Atheneu Sergipense e na Escola Normal de Aracaju. No último período do seu professorado foi diretor da instrução pública, nomeado por ato de 27 de julho de 1880. Frequentou a imprensa sob vários pseudônimos, foi poeta de estro finamente satírico (GUARANÁ, 2005).

O facto de ser o mesmo individuo, simultaneamente chefe e subalterno e portanto juiz e parte no julgamento de seus proprios actos; a difficuldade moral da directoria no emprego de meios coercitivos contra collegas de diversa ou mesma cathegoria; a impossibilidade de livre exercicio de acção do director pelo obrigatorio comparecimento do professor á aula: todas essas causas vem redundar em detrimento real do serviço da instrucção, me habilitam a pedir instantemente a V. Exc. que solicite do poder competente o restabelecimento do cargo de director geral da instrucção publica” (Relatório da Instrução Pública, 1880, p.10).

Através da fala do diretor, notamos as dificuldades enfrentadas pelos professores do Atheneu Sergipense ao assumirem a responsabilidade com a Diretoria da Instrução, pois a carga de trabalho era grande, já que a Diretoria cuidava de todo o ensino ministrado na província: o primário, o normal e o secundário. Nesse contexto, o diretor ainda tinha que ministrar as suas aulas, além do constrangimento de ter que julgar os colegas de trabalho, aplicando advertências e punições.

Outra definição do Regulamento de 1881, no artigo 99, foi em relação ao corpo administrativo, no qual identificamos a ampliação das atribuições do cargo de secretário do Atheneu Sergipense, que passou a ser responsável por:

Lavar as actas da congregação dos lentes. Rubricar, encerrar e authenticar todas as copias, certidões, livros e mais papeis do Lyceu. Subscrever os titulos dos bachareis em letras, e expedil-os depois de registrados na Secretaria da Directoria Geral da instrucção publica (Regulamento da Instrução Pública, 1881, p. 24).

O secretário do Atheneu Sergipense continuou sendo um professor eleito pela Congregação, que, além de cuidar das atas, ficou responsável por outros documentos concernentes ao funcionamento da instituição. Contudo, nos artigos seguintes do citado Regulamento, prescreveu-se:

Art.100. Todos os mais serviços do expediente do Lyceu serão feitos pela Secretaria da instrucção publica, inclusive a matricula dos estudantes. Art. 101. O porteiro e continuo da instrucção publica servirão de bedeis no Lyceu secundario, e cumprirão durante o tempo das aulas as ordens que lhe forem dadas pelo Director e secretario do mesmo estabelecimento. Art.102. O serviço de limpeza do Lyceu e provimento de agua correrá por conta do expediente da Secretaria da instrucção publica (Regulamento da Instrução Pública, 1881, p. 24-25).

Nessa descrição, notamos que apesar da constatação de certa autonomia, principalmente em relação à direção, ainda existia uma ligação entre o quadro burocrático do Atheneu

Sergipense e o da Diretoria, havendo dependência do primeiro em relação ao segundo, em aspectos importantes para o seu funcionamento, como a questão da matrícula, antes confiada ao secretário da Congregação, e do policiamento, exercido pelo porteiro e contínuo da Diretoria.

Contudo, por pouco tempo vigoraram essas mudanças, pois em 30 de março de 1882, o presidente interino, José Joaquim Ribeiro Campos, instituiu uma nova Resolução, que desconsiderou o regulamento anterior. Segundo Thetis Nunes (2008, p.158): “A reforma educacional tentada por Inglez de Souza estava além da realidade sergipana. Desafiando uma tradição secular, contrariando interesses, não a suportava a arcaica estrutura social reinante”.

Assim, a Resolução de 1882 revogou o Regulamento anterior, voltando a instrução pública a ser regida pelo Regulamento de 1877, até a instituição de um novo regulamento, que veio em 13 de maio de 1882 e acrescentou pontos ao de 1877, convertendo o Atheneu Sergipense em Escola Normal de Dois Graus, reafirmando o predomínio dos preparatórios e compondo o quadro administrativo com o diretor, o secretário geral, um escriturário, um amanuense, um porteiro e dois bedéis.

Constatamos ainda que desse período até a Proclamação da República, poucas mudanças ocorreram, mesmo após a instituição do Regulamento de 1889, criado pela junta governativa, que retomou muitas ideias presentes nos Regulamentos de 1881 e 1882.

Entretanto, em 1890, Felisbelo Firmo de Oliveira Freire implementou um novo regulamento da Instrução, através do Decreto nº 30, de 15 de março. No capítulo III, Das Instruções: Auxiliares do Ensino, identificamos uma novidade: a instituição de bibliotecas e museus escolares a serem criados em toda cidade, vila e povoado com até 50 alunos.

Em relação ao ensino secundário, houve a extinção das cadeiras de latim e francês, das cidades de Laranjeiras e Estância, conforme especifica o artigo 185, centralizando essas cadeiras no Atheneu Sergipense, e definindo as matérias preparatórias para os cursos superiores da República.

O mesmo Regulamento, no Capítulo VII, “Da Direção do Atheneu”, definiu as funções do diretor do Atheneu Sergipense, as quais voltaram a ser as mesmas da Diretoria da Instrução. Além disso, o art. 243 destaca a realização de eleição para a função de secretário entre os lentes da Congregação.

Assim sendo, no artigo 244, destacamos as atribuições do secretário da Congregação, que continuou a ser um professor eleito para tal finalidade: “1º Convocar em nome da diretoria, os

membros da congregação. 2º Lavrar as actas das sessões dessa corporação; 3º Passar as certidões do que constar do livro das actas e authenticar-as” (Regulamento da Instrução Pública, 1890, p.121-122).

Os artigos seguintes especificaram que as outras atribuições referentes ao Atheneu Sergipense continuariam sob a responsabilidade dos funcionários da secretaria da Diretoria de Instrução, com destaque para a matrícula dos estudantes. Os artigos 146 e 147, por sua vez, preconizaram que o porteiro e o contínuo da Diretoria de Instrução exerceriam também a função de bedel do Atheneu Sergipense.

Em síntese, o corpo administrativo dessa instituição educacional ficou composto do diretor, secretário, porteiro e contínuo da Diretoria da Instrução Pública e pelo secretário da Congregação, sendo este o único funcionário que pertencia somente ao Atheneu Sergipense.

Diante do exposto, e analisando a legislação, acreditamos que o cargo de secretário do Atheneu Sergipense era exercido gratuitamente, pois não havia especificação de gratificação para tal função, dentre os vencimentos dos professores.

Contudo, em relação aos vencimentos dos funcionários da Diretoria da Instrução, numa ordem hierárquica, o secretário continuou percebendo o maior salário, 1.000\$000 réis, seguido pelo escrivão, 800\$000 réis; amanuense, 500\$000 réis; porteiro, 400\$000 réis, e o contínuo, 400\$000 réis. Além do salário, esses funcionários recebiam gratificações específicas em relação à função exercida (Regulamento da Instrução Pública, 1890).

Nos anos subsequentes, 1891 e 1892, poucas modificações ocorreram até a instituição, por José Calasans, do novo Regulamento da Instrução, Decreto nº 45, de 19 de janeiro de 1893, que deu nova organização à instrução pública sergipana. Na Seção II, o documento trata especificamente do ensino secundário, restrito ao Atheneu Sergipense, instituindo o curso de humanidades, que quase não funcionou na prática, pois prevaleceu a procura pelas matérias isoladas, para os exames de preparatórios.

Questões do ensino à parte, o corpo administrativo do Atheneu Sergipense permaneceu o mesmo, continuando seu secretário a ser um professor eleito na Congregação e seu diretor, o mesmo da instrução pública.

Vale destacar que houve aumento de salário para alguns funcionários da Diretoria da Instrução: o amanuense passou a receber 700\$000 réis; o porteiro, 600\$000 réis, e o contínuo, 500\$000 réis. Constatamos que o amanuense e o porteiro tiveram um aumento de duzentos mil

réis em seus vencimentos. O contínuo, que antes recebia o mesmo que o porteiro, teve um aumento de apenas 100\$000 réis. Destacamos ainda o aumento no número de escriturários, de um para dois, permanecendo com o mesmo salário, 800\$000 réis. Acreditamos que essa mudança esteja relacionada ao aumento das atribuições da Diretoria de Instrução, pois, com o passar dos anos, novas escolas foram criadas, colaborando para o aumento dos serviços a serem executados pelo corpo administrativo.

O secretário continuava como chefe da secretaria, distribuindo e fiscalizando as atividades desenvolvidas pelos demais funcionários. Ao escriturário cabia, especificamente, os seguintes registros: da cópia de toda a correspondência com o Governo, das matrículas no Livro de Matrículas do Atheneu Sergipense, da estatística das escolas públicas e particulares, e dos títulos dos professores primários e do Atheneu Sergipense. O amanuense, por sua vez, ficava responsável principalmente pela cópia dos editais para serem publicados na imprensa, bem como registrá-los em livro apropriado (Arts. 4, 5 e 6 do Regulamento da Instrução Pública, 1893).

Nesse quadro, destacamos que houve a definição de um novo cargo: o de porteiro-arquivista, não existente nas outras legislações. Assim sendo, nas funções estabelecidas para ele, presentes no artigo 7, estavam as que eram concernentes às atividades de porteiro, como abrir e fechar a repartição, receber e expedir os papéis endereçados à secretaria, acrescidas das funções definidas no parágrafo 6: “Guardar e zelar todos os papeis e livros do archivo da repartição, sendo responsavel por qualquer extravio que se dér.” (Regulamento da Instrução Pública, 1893, p. 555) e no parágrafo 8: “Conservar-se na porta, d’onde somente se retirará para os serviços do archivo, ou a chamado dos seus superiores, cumprindo quanto por elles lhe fôr determinado” (Regulamento da Instrução Pública, 1893, p. 556).

Partindo dessa premissa, o porteiro assumiu a responsabilidade que era anteriormente do secretário da diretoria, guardando e zelando pelos documentos e livros de registro da repartição, incluindo os do Atheneu Sergipense. A partir disso, podemos afirmar que houve um aumento na demanda de serviços concernentes ao ensino na Província, trazendo como consequência um do processo de burocratização da Diretoria da Instrução Pública. Mas, por que o arquivo foi confiado, justamente, ao porteiro e não a um dos escriturários ou mesmo ao amanuense, seguindo a hierarquia administrativa da Diretoria?

Diante desse questionamento, nosso posicionamento hipotético é que, apesar de a incumbência do arquivo ser do porteiro arquivista, as orientações para o referido trabalho, destacando a organização dos documentos e livros, eram de responsabilidade do secretário.

O contínuo, por sua vez, além de continuar com o serviço de abertura e fiscalização das aulas e chamada dos alunos, auxiliava o porteiro em seus impedimentos e no serviço cotidiano, sendo, conseqüentemente, responsável pelo arquivo da instituição, em alguns momentos.

Nessa perspectiva, no Capítulo VII, mais precisamente no artigo 9, houve a especificação dos livros de registro presentes na diretoria. Os ligados diretamente ao Atheneu Sergipense foram definidos nos parágrafos 9 e 12, quais sejam: os Livros de Registro do Ponto dos Professores e Livros de Exames, Livro de Concursos, Livro de Abertura e Encerramento dos candidatos do Atheneu Sergipense (Regulamento da Instrução Pública, 1893).

Observamos que não há menção ao Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, o que nos faz confirmar que a incumbência de registro e arquivamento deste livro³³ continuava sob a responsabilidade do secretário da Congregação, não constando na lista de livros de registro da Diretoria.

Um fato singular aconteceu com a instituição do Regulamento de 21 de março de 1895, em relação ao qual o presidente Manoel Prisciliano de Oliveira Valadão solicitou parecer dos professores da Congregação do Atheneu Sergipense. Para tanto, a comissão responsável apresentou o documento em reunião de 5 de abril desse mesmo ano. Dentre as sugestões presentes na proposta, destacamos a parte dedicada ao pessoal administrativo do Atheneu Sergipense, referindo-se ao artigo 194, da seguinte forma:

Art. 194. O Atheneu Sergipense terá o seguinte pessoal administrativo: 1º Um Director; 2º Um Secretario; 3º Um 1º official; 4º Dous 2ºs officiaes; 5º Um porteiro archivista; 6º Um contínuo; 7º Um bedel; 8º Um zelador de gabinete de sciencias physicas e naturaes (Ata da Congregação de 6 de abril de 1895. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, p.71v. Ref. 481FASS01).

Entretanto, essa proposta de aumento do número do pessoal administrativo não foi acatada pelo governo, permanecendo o Atheneu Sergipense com um secretário, um contínuo, um bedel e um porteiro arquivista.

³³ O Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense foi o mesmo até o ano de 1916, quando todas as suas 154 folhas foram preenchidas, havendo a abertura de um novo livro. Para mais detalhes, consultar o citado livro, presente no acervo do Arquivo Histórico do Atheneu Sergipense, localizado no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) ou ver o quadro das reuniões da Congregação em Alves (2005).

Somente em 1897, através do Regulamento da Instrução Pública, Decreto nº 231, de 9 de julho, uma mudança significativa foi observada no quadro burocrático do Atheneu Sergipense com a determinação de que o seu diretor seria, a partir de então, nomeado dentre os professores da instituição, por ato do Governo. Além disso, foi criada a Diretoria Geral de Instrução Primária, separando-a do ensino público secundário, ficando cada uma com os respectivos corpos administrativos autônomos (Regulamento da Instrução Pública, 1897).

Assim sendo, foram especificadas as funções de cada um dos funcionários. De acordo com o art. 207, ao secretário incumbia: “I- Auxiliar o director nos trabalhos de fiscalização do estabelecimento; II- Lavrar as actas da congregação, subscrevendo-as e encarregando-se de todo o expediente desta corporação” (Regulamento da Instrução Pública, 1897, p.275).

O diretor assumiu muitas atribuições, específicas do funcionamento do Atheneu Sergipense, como abrir e encerrar diariamente o ponto do pessoal docente e administrativo; rubricar todos os livros de escripturação; apresentar relatório anual sobre o andamento das atividades na instituição, dentre outras (Art. 206, Regulamento da Instrução Pública de 1897).

Ao bedel foi dada a incumbência de abrir as portas das aulas; dar o sinal do início destas, fazer chamada dos estudantes, registrando suas faltas; e cuidar do policiamento da instituição (Art. 208, Regulamento da Instrução Pública, 1897).

Em relação ao porteiro arquivista, o art. 209 prescreveu as mesmas atribuições do empregado de igual categoria da Diretoria Geral. Diante disso, destacamos que, além de cuidar do fechamento e encaminhamento das correspondências, dando-lhes o devido destino, cabia ao porteiro arquivista: “Guardar e emassar por ordem chronologica todos os papeis do archivo sob sua guarda, sendo responsavel por qualquer extravio que se der” (Regulamento da Instrução Pública, 1897, p.275).

Assim, pelo que a legislação prescreveu, o funcionário responsável pela documentação deveria reunir os documentos em um único maço³⁴, conservando-os, possivelmente, de acordo com a sua tipologia documental; ou seja, as correspondências ficariam unidas às correspondências e assim por diante.

³⁴ A palavra maço é definida por Camargo e Bellotto como: “Conjunto de documentos amarrados ou reunidos num mesmo invólucro, formando uma unidade de armazenamento” (1996, p.48).

Contudo, levando-se em consideração o que nos diz Schellemborg (2006), ao afirmar que no processo de classificação³⁵ de documentos públicos existem três principais elementos, quais sejam, a ação a que os documentos se referem, a estrutura do órgão que os produz ou organização institucional, e o assunto dos documentos, pensamos que, hipoteticamente, no caso do Atheneu Sergipense, além da ordenação por data, seguia-se a ordenação por assunto, dadas as especificidades dos diversos livros acumulados pela instituição.

Nessa perspectiva, somente com o Regulamento do Ensino Secundário, Decreto nº 351, de 9 de junho de 1899, é que foi instituída uma mudança fundamental no quadro de funcionários do Atheneu Sergipense, começando pelo secretário da instituição, que não seria mais um lente da Congregação, mas sim um funcionário especificamente contratado para o exercício da função.

É tanto que na Ata da Congregação de 1º de julho de 1899, o professor Francisco Teixeira de Faria³⁶, eleito em março do mesmo ano, para ser o secretário dessa corporação, já não mais assinava a ata. Em vez da sua, encontramos agora a assinatura de Alexandrino José de S. Thiago, funcionário indicado para exercer as atribuições de secretário, conforme o Regulamento (Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1899, p.81. Ref. 481 FASS05).

Nesse sentido, o artigo 112 especifica as atribuições concernentes ao secretário do Atheneu Sergipense, a saber:

I. Redigir, expedir e receber toda a correspondencia official, seguindo a respeito as instrucções do director; II. Fornecer as precisas informações e encaminhar todos os requerimentos á Directoria; III. Servir de Secretario nas Sessões da Congregação sem o direito de discutir ou votar; IV. Assinar os termos de matrícula e passar as certidões que lhe forem pedidas; V. Annunciar os dias em que deve reunir-se a Congregação e fazer todos os annuncios ou editaes que lhe forem ordenados pelo Director; VI. Ter em boa ordem todos os papeis da Secretaria e os livros da Bibliotheca, cuja conservação fica a seu cargo, percebendo por isto a gratificação extraordinária que for marcada pelo Governo; VII. Ter a Secretaria aberta todos os dias uteis das nove ás tres horas da tarde, durante o funcionamento das aulas e trabalhos de exames, podendo ser essa hora prorrogada, se houver necessidade, por affluencia de trabalhos urgentes; VIII. Abrir e encerrar o ponto dos empregados seus subalternos (Regulamento do Ensino Secundário, 1899, p.102).

³⁵ “Sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam distribuir os documentos de um arquivo” (CAMARGO E BELLOTO, 1996, p.16).

³⁶ Nascido em Estância, assumiu a cadeira de Latim e Francês nessa cidade, sendo nela provido vitaliciamente. Posteriormente, foi professor de Matemática da Escola Normal, regendo, em seguida, a cadeira de geometria e trigonometria do Ateneu Sergipense, em que se jubilou em 2 de dezembro de 1915. Em 1918 foi nomeado diretor interino da Instrução Pública do Estado (GUARANÁ, 1925).

Dentre as atribuições especificadas, destacamos as de número I, III e VI, que estão diretamente relacionadas à documentação produzida pelo Atheneu Sergipense e, conseqüentemente, ao seu arquivo. Primeiramente, estava sob a responsabilidade do secretário todas as correspondências oficiais, tanto expedidas quanto recebidas, sendo ele o redator destas. Segundo, o conteúdo descrito no parágrafo III representa um divisor em relação aos regulamentos anteriores, já que o secretário da Congregação seria o mesmo da secretaria do Atheneu Sergipense, não podendo opinar nas discussões. No parágrafo VI, por sua vez, encontramos a confirmação de que o secretário era o responsável pelo arquivo da instituição, recebendo uma gratificação extraordinária para a execução do serviço com os documentos.

Contudo, inquietamo-nos, especificamente, com a definição do cargo de porteiro-arquivista, presente nesse regulamento. Nas descrições anteriormente expostas, geralmente o porteiro-arquivista era o responsável pelo arquivo, porém, nesse caso, não. Assim, dentre as suas atividades, destacamos a função de abrir e fechar o estabelecimento; cuidar do asseio e do mobiliário; receber e registrar os papéis relativos à instrução secundária; encaminhar as correspondências, e cumprir as ordens do secretário (Art. 114, Regulamento do Ensino Secundário, 1899, p.104).

Além desses funcionários, o quadro do Atheneu Sergipense compunha-se de um contínuo, um bedel e um preparador. Ao contínuo cabia o policiamento e demais serviços designados pelo secretário, além de ser o substituto legal do porteiro (Art. 115, Regulamento do Ensino Secundário, 1899). Já os bedéis cuidavam da chamada dos alunos, através de cadernetas mensais, autenticadas pelos lentes, e do policiamento da instituição.

Enfatizamos ainda a inserção do cargo de preparador, instituído para o Atheneu Sergipense, com o intuito de auxiliar os lentes na utilização dos laboratórios de Física, Química e Ciências Naturais. Entretanto, esse quadro funcional não vigorou durante muito tempo, pois mudanças ocorridas na conjuntura política local, que culminaram com a ascensão de Olímpio Campos ao Governo do Estado, modificaram a estrutura vigente.

Com isso, em 11 de agosto de 1900, através do Decreto nº 463, revogou-se o Regulamento do Ensino Secundário de 1899, por não se concretizar a equiparação do Atheneu Sergipense ao Ginásio Nacional, conforme prescrevia a sua redação. Vigoraram, a partir de então, algumas diretrizes do Regulamento de 1897, acrescidas das alterações instituídas em 1900.

Dentre essas, destacamos que no artigo 180, Capítulo II, intitulado ‘Dos Programas do Ensino e do Horário das Aulas’ ficou definido que: “O ensino no Atheneu Sergipense será regulado por programmas, horarios, e compendios, adoptados pela Congregação e approvados pelo Governo” (Decreto nº 463, de 11 de agosto de 1900, p.110). A partir daí, o Atheneu Sergipense não mais seguiu os programas do Ginásio Nacional, até a equiparação de 1905.

Cabe esclarecer que o processo de equiparação das instituições de ensino secundário ao Ginásio Nacional seguia critérios específicos, a respeito dos quais Alves (2005) salienta:

Eram requisitos mínimos para conquistar a equiparação: condições patrimoniais para o seu funcionamento, um número mínimo de alunos e disciplinas obrigatórias ofertadas em séries regulares. O processo de equiparação durava dois anos, exigindo ainda a indicação de um delegado fiscal do Governo Federal junto ao Atheneu Sergipense, para fazer parte das bancas examinadoras (ALVES, 2005, p.192).

Vemos, então, que o processo de equiparação era constituído de uma série de pormenores que deviam ser seguidos pelas instituições de ensino, especificados por Alves (2005):

A equiparação do Atheneu Sergipense atendeu à aspiração da sociedade, sendo motivo de regozijo de tão precioso benefício. Como o Atheneu Sergipense passava por constantes avaliações e fiscalizações, a equiparação poderia ser concedida e retirada, caso a instituição não cumprisse as exigências impostas pela Lei. O Atheneu Sergipense, uma vez equiparado, necessitava reorganizar seu Plano de Estudos “nos moldes do regimento interno do Collegio Pedro II” (ALVES, 2005, p.192).

Assim, o processo de equiparação do Atheneu Sergipense foi almejado pela instituição durante muitos anos, ora concedida, ora não, a depender das condições materiais e de ensino a serem desenvolvidas na instituição.

Esse processo era muito sonhado pelos agentes escolares da instituição, principalmente porque era um caminho que apontava para melhoramentos materiais indispensáveis à administração e ao ensino. Este anseio foi expresso pelos diretores em quase todos os relatórios do Atheneu Sergipense, ora enfatizando a importância da equiparação ora solicitando os benefícios materiais por ela indicados, sob pena da perda da regalia.

Em relação ao primeiro aspecto, os primeiros relatórios enfatizavam, principalmente, que a não equiparação ocasionava a baixa nas matrículas da instituição, sendo ela um caminho importante para o aumento na frequência. Verificamos esse pensamento nos relatórios de 1903, 1908, 1917.

Já nos relatórios de 1909, 1921, 1924, 1926 houve a solicitação dos melhoramentos materiais exigidos pelo aludido processo. Em 1909, Candido Costapinto ressaltou a construção de dois pavilhões para atender à efetivação da equiparação concedida em 1908, porém enfatizou que ainda seriam necessários o envidraçamento do antigo prédio e aumento da biblioteca para que o processo se concretizasse a contento (Relatório de 1909. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1898-1916). Ref. 74 FASS05a).

Na descrição enviada ao Governo em 1921, Alcebiádes Correia Paes tratou da necessidade de reorganização do Regulamento do Atheneu Sergipense nos moldes do regimento interno do Colégio Pedro II, explicando que a precisão era devida à centralização que o Conselho Superior do Ensino vinha imprimindo ao ensino secundário, sob pena de os ginásios equiparados perderem as regalias da equiparação. Sugeriu, então, ao Presidente do Estado que a reforma viesse junto com o novo regulamento da instrução que ainda se encontrava em elaboração (Relatório de 1921. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1922-1932). Ref. 193 FASS05a).

Seguindo esse mesmo pensamento, Alcebiádes Correia Paes, nos relatórios de 1924 e 1926, foi ainda mais enfático e ameaçador ao afirmar que diante das dificuldades materiais vivenciadas pela instituição, a exemplo da falta de materiais básicos para as aulas práticas, bem como material condigno, o processo de equiparação poderia ser “usurpado” (Relatório de 1924 e Relatório de 1926. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1922-1932). Ref. 193 FASS05a).

Nesse processo, a concessão ou não do benefício da equiparação era também uma questão política, já que dependia não somente dos esforços do Atheneu Sergipense, mas também do auxílio do Governo, principalmente material. Contudo, não representou mudanças para o quadro administrativo da instituição. Assim sendo, é que com a anulação do Regulamento de 1899 – que se adequava aos moldes da equiparação –, através do Decreto 463, de 11 de agosto de 1900, e no ano seguinte a instituição do regulamento de 1901, o corpo burocrático do Atheneu Sergipense permaneceu quase o mesmo, sendo composto de: diretor, secretário, amanuense-arquivista, porteiro-contínuo, preparador de gabinetes, além do acréscimo de mais um bedel. O diretor continuou a ser indicado pelo Governo, e o secretário, por sua vez, voltou a ser eleito entre os membros da Congregação.

Essa configuração permaneceu a mesma até 1920, sendo que somente o secretário da Congregação deixou, após o Regulamento de 1902, de ser um professor eleito, voltando a exercer essa função um funcionário contratado. A outra alteração ocorreu em 1916, com a substituição do amanuense-arquivista pelo escriturário-arquivista, permanecendo a orientação de guardar e emendar por ordem cronológica todos os papéis do arquivo sob a sua guarda.

Somente em 1921, a partir do Regulamento instituído pelo decreto nº 721, de 31 de março, é que verificamos uma ampliação no corpo burocrático do Atheneu Sergipense, que passou a ser constituído de: diretor, secretário, escriturário-arquivista, escriturário-bibliotecário, porteiro-contínuo, inspetor de alunos, bedel e dois serventes, um do sexo masculino e outro do sexo feminino.

A mudança encontra-se principalmente na instituição do cargo de escriturário-bibliotecário, ausente nas outras legislações. A sua função era zelar pela biblioteca, mantendo-a organizada e atendendo aos consulentes de maneira ágil (Art. 217, Regulamento da Instrução Pública, 1921).

Nos anos seguintes mais funcionários foram acrescentados ao administrativo da instituição, com destaque para o vice-diretor, cargo criado com o Regulamento de 1925. Ainda nessa legislação, o número de inspetores aumentou de três para quatro e foi contratado mais um servente.

No citado ano, o Governo deu a responsabilidade à Congregação para eleger o vice-diretor, sendo escolhido Leandro Diniz de Faro Dantas. Além deste, houve a indicação do nome do servente, faltando determinar os três novos inspetores, fato que não ocorreu, mas que recebeu ressalva de Alcebíades, no sentido de eles serem contratados imediatamente, principalmente quando da mudança para o novo prédio (Relatório de 1926. Livro de Correspondências Expedidas (1922-1932). Ref. 193 FASS05a).

Em relação ao escriturário-arquivista, no Regulamento de 1926, houve uma redação de texto mais específica, no artigo 230, diferente das anteriores, das quais destacamos, além da guarda do arquivo, a sua fiscalização, não permitindo a entrega de documentos sem a prévia autorização do diretor e exigindo recibo de retirada do documento da parte interessada; ter em seu poder as chaves do arquivo, estando presente, inclusive, no momento do asseio efetuado pelos serventes; e sempre que necessário, solicitar a um destes para auxiliá-lo na organização dos papéis.

Além dessas funções, o escriturário-arquivista substituíu o secretário em seus impedimentos e tinha a incumbência de fazer anualmente, auxiliado pelo porteiro, o inventário dos objetos do Atheneu Sergipense, assim como, em companhia do preparador, fazia o arrolamento do material do gabinete e do laboratório.

Diante desse quadro, vemos que o corpo administrativo do Atheneu Sergipense foi se configurando ao longo dos anos, de acordo com as especificidades das épocas históricas e das necessidades de organização do ensino secundário sergipano. Sua relação com a documentação produzida prescreveu-se nas leis e se reinventou, na medida em que novas situações cotidianas se apresentaram aos sujeitos escolares, influenciando as práticas gerais prescritas em relação às funções do quadro administrativo, assim como às práticas de arquivo.

Em relação a esse último aspecto, percebemos duas fases em relação aos funcionários responsáveis pelo arquivo da instituição: uma que abrange o marco temporal que vai de 1870 a 1898 e outra de 1898 a 1926. Na primeira, quatro funcionários da Diretoria da Instrução Pública foram responsáveis pela organização dos papéis da instituição: o escriturário, o secretário, o amanuense e o porteiro. A partir de 1898, assumiram a função de porteiro-arquivista o amanuense-arquivista e o escriturário-arquivista, funcionários do Atheneu Sergipense.

Apesar de os cargos serem diferenciados, identificamos uma unidade em relação às atribuições referentes ao arquivo, as quais seguiram as mesmas diretrizes gerais, com pequenas alterações no passar dos anos. Um exemplo é em relação ao escriturário-arquivista, que, além de cuidar de grande parte da documentação produzida, ainda assumiu funções que antes cabiam ao secretário, como a fiscalização do arquivo e a responsabilidade de somente permitir a saída de documentos com a autorização do diretor. Acreditamos que o aumento das atribuições esteve relacionado à ampliação das funções desempenhadas na secretaria da instituição.

Muitos foram os documentos utilizados pelo Atheneu Sergipense ao longo dos anos. Através da legislação percebemos uma ampliação significativa das tipologias documentais no período analisado. Até 1897 havia três tipos de documentos especificamente relacionados ao Atheneu Sergipense: Livro de Ata da Congregação, Livro de Ponto dos Professores e Livro de Matrícula. A partir de 1898 novas tipologias foram incorporadas, com destaque para as correspondências, antes unidas às correspondências da Diretoria da Instrução Pública.

Esse processo caracteriza um aprofundamento da burocratização do Atheneu Sergipense, na medida em que, com a autonomia administrativa adquirida com a separação da Diretoria

Geral, a produção documental centralizou-se apenas nas funções exercidas pela instituição, culminando, por exemplo, com a produção de relatórios próprios, não mais vinculados aos relatórios do Diretor Geral da Instrução Pública.

Seguindo essa mesma diretriz, observamos mudanças significativas, ao longo dos anos, na função de secretário da Congregação do Atheneu Sergipense, em relação à qual identificamos três fases. Na primeira, o secretário da Congregação era eleito, anualmente, dentre os lentes, abrangendo os marcos temporais que vão de 1871 a 1875, de 1877 a 1898 e no ano de 1901. Na segunda, o secretário da Diretoria da Instrução Pública exerceu tal cargo no período de 1875 a maio de 1877. Na terceira, de 1902 a 1926, houve a supressão da função específica de secretário da Congregação, sendo instituída a de secretário do Atheneu Sergipense, atividade confiada a um funcionário contratado para tal finalidade, sendo responsável pelas Atas da Congregação, assim como pela orientação dos demais serviços desenvolvidos pela secretaria.

Nessa última fase, visualizamos a influência de um processo maior na organização administrativa das instituições de ensino, aprofundada principalmente na década de 20, que representou um momento de intenso esforço para a estruturação dos órgãos da administração escolar. Em relação à organização do ensino nos estados, várias ações foram tomadas no sentido de melhor organizar os sistemas escolares, com uma estrutura administrativa específica para cada realidade. Segundo Nagle (1984), pela primeira vez serão separadas as atividades técnicas das administrativas, ou seja, os setores propriamente administrativos dos setores técnicos, tendo como uma das principais consequências o estabelecimento do recenseamento escolar, ação implementada primeiramente em São Paulo, com a Reforma Sampaio Dória e que contribuiu para um maior gerenciamento dos sistemas escolares.

Nessa conjuntura, encontramos uma relação muito próxima entre o funcionário responsável pelo arquivo e o secretário do Atheneu Sergipense, quando ainda era unido à Diretoria e após a separação, pois em todo o período analisado o secretário orientou e fiscalizou a entrada e a saída de papéis na instituição.

Ressaltamos também a hierarquia existente entre os agentes administrativos, havendo uma interligação entre os cargos: primeiramente, o diretor como responsável maior do corpo burocrático, seguido do secretário, orientador e fiscalizador de todo o serviço designado aos outros funcionários; e segundo, guardando as especificidades de cada momento histórico, temos após o secretário, o escrivão, o amanuense, o porteiro, o contínuo e os bedéis.

Enfatizamos que esses funcionários exerceram práticas administrativas diversas, materializadas tanto na documentação da Diretoria da Instrução quanto na do Atheneu Sergipense. Nesse cenário, o arquivo do Atheneu Sergipense representa um conjunto de práticas, presentes em suas várias tipologias documentais. Nestas, em especial nos relatórios da instituição, encontramos referências diversas às ações ensejadas pelos agentes escolares, que denotam traços intrínsecos da sua história, mostrando a riqueza presente em sua documentação.

CAPÍTULO III

REMINISCÊNCIAS DE UMA MEMÓRIA: OS RELATÓRIOS E AS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS DO ATHENEU SERGIPENSE

Os arquivos escolares abrigam a documentação produzida e acumulada pelas instituições de ensino e representam um conjunto de práticas ensejadas no ambiente escolar, as quais denotam elementos singulares da sua cultura. A cultura escolar manifesta-se na sua cultura material, ou seja, dos traços das vivências que estão materializados em livros, papéis e outros objetos utilizados ao longo dos anos no desenvolvimento das suas atividades cotidianas.

Tratar sobre o arquivo de uma instituição de ensino é, nesse sentido, perscrutar os meandros das práticas administrativas, na medida em que há uma relação intrínseca entre as representações presentes na documentação e as ações ensejadas pelos sujeitos escolares.

Diante disso, a proposta deste capítulo é analisar algumas práticas administrativas do Atheneu Sergipense e sua relação com a documentação da instituição, a partir das descrições presentes nos relatórios do Atheneu Sergipense, mostrando que a cultura material escolar contém em si mesma aspectos significativos do processo de organização escolar, em particular as práticas administrativas.

3.1. As práticas de organização de acervos documentais das instituições de ensino: preservação e disponibilização de fontes

As pesquisas sobre os arquivos escolares vêm se expandindo nos últimos anos, proporcionando uma ampliação do campo da história da educação, com a descoberta e o tratamento documental de muitas fontes, antes negligenciadas pelos pesquisadores. Cadernetas, boletins, cadernos, livros de registro diversos, dentre outros, passaram a subsidiar as pesquisas na área, direcionando o olhar dos historiadores da educação para o interior da escola, na busca pelas singularidades da cultura escolar.

Pesquisadores brasileiros, a exemplo de Alves (2005); Vidal (2005); Martins (2004); Martins e Corrêa (2008); Neves e Martins (2008); Carvalho (2005); Barletta (2005); Zaia (2005; 2010); Moraes (2005); Souza (2007; 2009); Silva (2005); Vendrameto (2005); Corrêa (2005); e as portuguesas: Mogarro (2005a; 2005b) e Felgueiras (2005) têm se dedicado à organização dos

acervos documentais escolares de suas realidades, com o objetivo de investigar as práticas, tanto administrativas quanto pedagógicas, assim como reconstituir, a partir de sua própria documentação, a história das instituições escolares, fruto da legislação educacional e das vivências cotidianas.

Destacamos, nessa perspectiva, as iniciativas de organização dos Centros de Memória da Educação, como lugares de memória que proporcionam a disponibilização dos acervos arquivístico e museológico, sendo focos irradiadores da cultura escolar das instituições de ensino. Dentre as iniciativas, citamos os casos da organização dos Centros de Memória da Educação das Faculdades de Educação da Universidade de São Paulo (CME/Feusp) e da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (CME/Unicamp), no Brasil, e, em Portugal, a iniciativa de organização da Rede de Museus Escolares de Portalegre.

O CME/Feusp foi criado em 1992, com o objetivo de incentivar a pesquisa, reunindo e disponibilizando documentação da área educacional, bem como divulgando as pesquisas resultantes de sua utilização. Nesse sentido, os pesquisadores têm investigado os arquivos das escolas públicas paulistas, desenvolvendo projetos que resultaram em monografias, dissertações e teses (MORAES; ZAIA; CARVALHO, 2005).

Dentre os frutos do projeto, destacamos a já citada pesquisa empreendida por Zaia (2010), que investigou a escrituração escolar no sistema de ensino paulista, na qual, ao final do texto, a autora apresenta um Guia de Arquivos das Escolas Públicas Paulistas criadas e instaladas entre os anos de 1890 e 1950, como forma de auxiliar pesquisadores interessados em consultar a documentação dos arquivos de 162 instituições escolares públicas paulistas.

De igual maneira, mais recentemente, em 2001, foi criado o CME da Unicamp, com duas finalidades principais: promover debates sobre a memória e espaços institucionais da memória, bem como desenvolver pesquisas sobre instituições educacionais, sendo o centro um interlocutor na organização dos acervos das escolas (MARTINS, 2004).

Como resultado dessa ação, Corrêa (2005) reconstituiu o ensino religioso no Colégio Progresso Campineiro, no período de 1900 a 1937. A autora trabalhou com os vestígios presentes no arquivo da referida instituição, tendo organizado e catalogado esses remanescentes, com o objetivo analisá-los no processo de construção da síntese histórica pretendida.

No cenário português, enfatizamos a Rede de Museus Escolares de Portoalegre, projeto coordenado pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto,

desenvolvido nas escolas com a parceria de outras instituições, fazendo intervenções em seus acervos, organizando-os e disponibilizando-os aos pesquisadores. A coordenação tem também a função de dirigir um Centro de Memória Educativa e Cultural, que tem por finalidade disponibilizar, em banco de dados, as informações referentes à documentação (MOGARRO, 2005b).

Nas três iniciativas apresentadas, destaca-se a participação das comunidades escolares, orientadas pelos profissionais dos Centros de Memória, na condução dos trabalhos, como forma de inculir um senso de preservação do patrimônio cultural escolar.

A iniciativa dos pesquisadores em disponibilizar as fontes consultadas é uma prática significativa que condiz com o processo de constituição dos arquivos escolares e com a utilização de sua documentação, para o fomento às pesquisas na área da História da Educação.

Nossa proposta de pesquisa insere-se nessa perspectiva, na medida em que, a partir da análise apresentada, pretendemos contribuir para a compreensão do processo histórico da organização e conservação do arquivo do Atheneu Sergipense e sua relação com as práticas administrativas, instigando pesquisadores a trabalharem com a documentação dos acervos escolares, no sentido de disponibilizá-los à pesquisa histórica.

Nessa perspectiva, compomos o Catálogo dos Relatórios do Atheneu Sergipense, instrumento de pesquisa que apresenta os pormenores dos principais assuntos abordados pelos diretores do Atheneu Sergipense ao relatarem a situação vivida pela instituição. Nossa pretensão é contribuir para um maior acesso às fontes do arquivo do Atheneu Sergipense, fomentando análises sobre suas práticas.

A escolha dessa fonte não se deu de forma aleatória, mas a partir do reconhecimento dos seus elementos, com ênfase para as descrições de inúmeros fatos decorrentes das práticas administrativas e que mereceram destaque sob o olhar dos diretores da instituição. Assim sendo, propomo-nos a analisar as práticas presentes nesses documentos, reconstituindo assim momentos importantes da história do Atheneu Sergipense.

O acesso aos documentos ocorreu no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS), um lugar de memória criado para abrigar a documentação produzida e acumulada pelo Atheneu Sergipense. A iniciativa partiu do grupo de pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem (DEHEA), da Universidade Federal de Sergipe³⁷.

³⁷ O projeto é coordenado pela Prof^a Eva Maria Siqueira Alves, do Departamento de Educação da UFS.

A citada documentação não foi encontrada em boas condições de uso, tendo que ser tratada e organizada pelo grupo. Alves (2005) descreve seu encontro com os papéis do Atheneu Sergipense da seguinte maneira:

Localizadas as primeiras fontes, e após percorrer os trâmites legais do processo de apresentação da pesquisa e da pesquisadora, adentrei no arquivo do Atheneu Sergipense. Tudo organizado, pastas, cadernetas, documentos em ordem cronológica. Não havia graça, não havia desafio. Informaram de outro local, a famosa “sala da banda”. Era uma sala na parte superior da escola medindo aproximadamente 3mx2m, com estantes de ferro, onde estavam cuidadosamente organizados os instrumentos musicais da banda escolar [...] E os “papéis velhos”, os “documentos sem valor?” Estes estavam jogados, amontoados em um ex-banheiro anexo à sala. Duas estantes de ferro, em estado mais deteriorado que a dos instrumentos musicais, uma quinquilharia de objetos misturados, vassoura, papelão, cartazes de isopor, e a poeira do tempo... (ALVES, 2005, p.17).

Assim é que, após um longo processo de limpeza e catalogação, foi organizado um Guia de Fontes³⁸, que abrange a documentação do Atheneu Sergipense, no período de 1848 a 1950. Somente, em 2009, após receber uma sala específica na instituição, houve a organização intelectual do acervo, com a criação do Fundo³⁹ Atheneu Sergipense (FAS), dividido em dez séries⁴⁰: atas, atestados médicos, boletins, cadernetas, correspondências, exames e concursos, imprensa, livros de ponto, livros de registro e matrículas e transferências, e duas subséries⁴¹: correspondências expedidas e correspondências recebidas, sendo a documentação distribuída em 139 caixas- arquivo.

Para além dessas tipologias, o CEMAS tem por objetivo fazer um levantamento de objetos materiais de ex-diretores, ex-professores e ex-alunos do Atheneu Sergipense, com a finalidade de montar exposições permanentes e temporárias, que venham a contribuir para uma maior compreensão do universo educacional vivido pela instituição.

Dessa forma, destacamos a importância da arquivologia no processo de organização e disponibilização da documentação escolar, através dos arquivos escolares. Nesse cenário, ressaltamos a relação existente entre a arquivologia e a história, no sentido de disponibilização das fontes necessárias à reconstituição do passado. Destacamos, então, que a história teve um

³⁸ “Instrumento de pesquisa que identifica e localiza fundos, grupos ou séries de um ou mais arquivos, relativos a determinado tema” (CAMARGO E BELLOTTO, 1996, p.42).

³⁹ “Unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente, passa a conviver com arquivos de outras” (CAMARGO E BELLOTTO, 1996, p.40).

⁴⁰ “Subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma sequência de documentos relativos a mesma função, atividade, tipo documental ou assunto” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.153).

⁴¹ “Divisão de uma série, eventualmente utilizada em razão de variantes do tipo documental” (CAMARGO E BELLOTTO, 1996, p.72).

papel fundamental no avanço da arquivologia, pois, a partir do século XVI, os documentos escritos, com a ação dos historiadores, assumiram o papel de fonte para a investigação do passado. Assim, a história contribuiu sobremaneira para a valorização dos documentos de arquivo e vice-versa. Santos, Innarelli e Sousa (2009) ainda enfatizam sobre a importância do avanço dos estudos históricos e o acesso aos documentos de arquivo, afirmando que:

O avanço dos estudos históricos a partir do século XV detonou um combate que se estenderia por vários séculos. Os historiadores mostravam-se, cada vez mais, interessados em pesquisar os documentos originais. Esse interesse esbarrava na resistência, cada vez maior, dos possuidores dos arquivos em liberar ao público os documentos que, por muito tempo, fundaram as tradições, os direitos e os privilégios, reais ou usurpados (SANTOS, INNARELLI E SOUSA, 2009, p.99).

Esse processo de luta pelo acesso aos documentos, da parte dos historiadores, provocou a abertura dos arquivos, a partir do século XVIII, avançando durante a Revolução Francesa, através da criação dos Arquivos Nacionais e consolidando-se após a Segunda Guerra Mundial, por meio da valorização da história contemporânea, com estudos voltados para assuntos mais recentes e da história econômica e demográfica, com o desenvolvimento dos métodos quantitativos (SANTOS; INNARELLI; SOUSA, 2009).

Sabemos da “dívida” da história para com os documentos escritos. Assim é que ao longo da história da história, essas fontes exerceram um papel de predomínio na concepção e forma de se reconstituir o passado, e ainda na atualidade são de fundamental importância para a história.

Inserida nessa conjuntura, cada vez mais, a história retoma a sua relação com a arquivologia, aprofundando o processo de desvelamento e desconstrução do passado, com a exegese dos papéis arquivados. Com base nesse referencial, o campo da História da Educação vem se preocupando com a realidade vivida pelas instituições de ensino, a partir de seu interior, buscando na cultura material – não só os documentos escritos, mas também objetos de diversas naturezas – subsídios para o aprofundamento da compreensão das singularidades do ambiente escolar.

Nesse sentido, é que na organização intelectual e prática da documentação produzida pelo Atheneu Sergipense levamos em consideração preceitos básicos da arquivologia, como já relatamos, com a instituição do fundo arquivístico, das séries e subséries, bem como acondicionamos e preservamos a documentação da maneira mais apropriada, de acordo com nossas possibilidades materiais.

Destacamos que a documentação abrigada no CEMAS serve à pesquisa em História da Educação, sendo mais uma possibilidade para aqueles que pretendem estudar o passado, e as práticas escolares vivenciadas pelo Atheneu Sergipense e pelo ensino secundário sergipano.

O fato é que tratar sobre a história do Atheneu Sergipense é remontar, obrigatoriamente, a história da sua documentação, pois uma não existe sem a outra. O Atheneu Sergipense só funcionou durante todos esses anos porque um conjunto de papéis lhe permitiu exercer suas funções, mantendo comunicação com instituições de diversas naturezas, governamentais ou não.

Ele só começou a funcionar porque um regulamento lhe garantiu existência. Da mesma forma, os planos de estudos só foram implementados, porque documentos como atas registraram os pormenores de sua aplicação. As matrículas só foram consumadas, porque houve registro em livros especificamente criados para manter um controle do quantitativo de alunos. Os concursos para professores, por sua vez, só se realizaram porque editais foram abertos e divulgados nas correspondências e na imprensa local.

Percebemos também a relação existente entre as tipologias documentais. Os relatórios, por exemplo, só informavam os fatos decorridos na instituição porque lhes serviam de suporte outros documentos como os Livros de Registro de matrículas, de correspondências, de títulos, de certidões, de assentamento de funcionários, de contratos, dentre outros.

Em síntese, a documentação produzida pelo Atheneu Sergipense contém a memória das vivências da instituição, presente nas representações do seu passado por professores e alunos, mas também por diretores, vice-diretores, secretários, bedéis, porteiros, escriturários-arquivistas, escriturários-bibliotecários, dentre outros, sendo de fundamental importância no processo de reconstituição das práticas educacionais.

3.2. Reminiscências em foco: as práticas administrativas do Atheneu Sergipense nos seus relatórios

O arquivo do Atheneu Sergipense possui uma diversidade documental que representa suas práticas mais intrínsecas, relacionadas com a realidade extrínseca, vivida em cada período histórico por seus sujeitos escolares. Dentre as tipologias que compõem o seu acervo, destacamos os relatórios, como uma das principais fontes que retratam as experiências em relação ao arquivo da instituição e às práticas escolares de uma maneira geral.

Apesar de terem uma visão mais centralizada, sendo o diretor o canal de comunicação entre as práticas cotidianas da instituição e o Governo, pensamos que para além dos cuidados que devemos ter com toda fonte histórica, os relatórios representam um olhar específico do mundo escolar. Esse olhar, pela própria natureza das informações contidas na espécie documental relatório, é bem descritivo, informativo, mas também denunciativo das necessidades e dos anseios daqueles que construíram a história do ensino secundário sergipano.

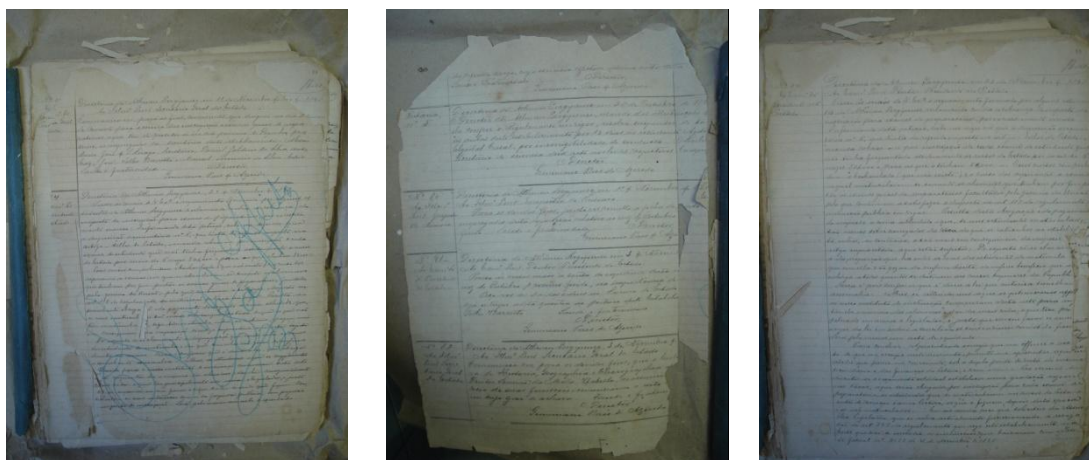
Nesse contexto, Bellotto (2004, p.102) define a espécie documental relatório da seguinte maneira: “Exposição de ocorrências, fatos, despesas, transações ou de atividades realizadas por autoridade com finalidade de prestar conta de seus atos à autoridade superior”.

Os relatórios do Atheneu Sergipense têm esses elementos descritos por Bellotto (2004), acrescidos de sua especificidade tipológica, que lhe conferem singularidade na apresentação dos fatos, necessidades, dados e práticas administrativas indispensáveis ao funcionamento da instituição, além de análises da conjuntura educacional do período, as quais mostram aspectos da cultura vivenciada pelos sujeitos escolares. Destacamos, então, alguns assuntos que foram mais enfatizados, tais como: matrícula, prédio do Atheneu Sergipense, corpo docente, corpo discente, corpo administrativo, exames, biblioteca e arquivo, dentre outros.

Ressaltamos, primeiramente, como já afirmamos, que a produção de documentos do Atheneu Sergipense esteve, até 1897, unida à documentação produzida pela Diretoria da Instrução Pública. A partir dessa data, após as definições ocasionadas pela divisão, houve a determinação, na legislação, do preenchimento de outros documentos necessários ao funcionamento do Atheneu Sergipense, dos quais enfatizamos a composição de um relatório anual pelo diretor e apresentado à Assembleia Legislativa quinze dias antes de sua abertura.

Essa prescrição é confirmada pela própria materialidade da documentação que se encontra no acervo atual do arquivo do Atheneu Sergipense, pois os primeiros relatórios estão no Livro de Correspondências Expedidas que abrange o limite temporal de 1898 a 1916.

Imagem 2: Três primeiras páginas do Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1898-1916).



Fonte: Acervo do CEMAS (2011), Ref. 74 FASS05a.

Nota: As duas primeiras são da página 13 e 13v e a terceira da página 14.

Neste livro constam as primeiras cópias das correspondências expedidas pelo Atheneu Sergipense, já funcionando com autonomia administrativa, em relação à Diretoria da Instrução. Assim sendo, nessas reminiscências estão as cópias de outros documentos que são encaminhados anexos às correspondências, a exemplo de editais, pareceres, atos, relatórios, dentre outros.

Especificamente nos primeiros relatórios, os diretores, além dos elogios ao corpo docente e discente, detêm a sua atenção em dois aspectos principais: a baixa frequência dos alunos e a precariedade do prédio que abrigava a instituição.

A frequência, segundo Baltazar Góes, no relatório de 1901, estava associada aos exames de preparatórios, os quais tiravam a obrigatoriedade da presença dos discentes às aulas. Como consequência, a matrícula que, no início do ano de 1901, foi de 61 alunos, baixou para 31 no mês de agosto.

Contudo, nos relatórios subsequentes, esse diretor apenas apresentou o número de alunos matriculados, sem tratar sobre a evasão das aulas. Acreditamos que essa falta de especificação deveu-se ao receio de represálias da parte do Governo. Até porque no relatório de 1904 Baltazar inicia afirmando:

Causas contrarias, que não podem ser de momento removidas, atenuadas siquer, impedem que a nobilissima instituição do Atheneu Sergipense entre num caminho que o faça progredir tanto quanto devessem desejar os que nutrimos [sic] verdadeiro amor á pátria, a qual tem tudo que esperar dos futuros- si esses tivessem o espirito allumiado por um saber solido, que lhes regule a boa vontade (Relatório de 1904. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1898-1916), p.63v. Ref. 74 FASS05a).

Identificamos, então, nesse trecho, o receio do citado diretor em denunciar os problemas que, porventura, vinham ocorrendo e que prejudicavam o bom funcionamento do Atheneu Sergipense.

Nesse cenário, destacamos a escrita e o discurso nela personificado por Baltazar Góes que, como republicano histórico de Sergipe, foi autor, segundo Ibarê Dantas (2004, p.22), “do ensaio mais expressivo sobre o desenvolvimento do republicanismo em Sergipe”. Dantas está falando de “A República em Sergipe: apontamentos para a história”, obra publicada pela Tipografia do Correio de Sergipe, em 1891.

Baltazar Góes fez parte das origens do movimento republicano provincial, assinando o manifesto republicano de Laranjeiras, em 1888, e compondo o triunvirato provisório escolhido para governar Sergipe, logo após a proclamação do novo regime, em 1889, assim permanecendo até a indicação de Felisbelo Freire para presidente, em dezembro do mesmo ano (DANTAS, 1989; NUNES, 2008).

Baltazar Góes foi nomeado em 10 de maio de 1901 como diretor do Atheneu Sergipense, pelo presidente Josino Menezes, republicano histórico que também participou do movimento de instalação do regime em Sergipe. Nessa conjuntura, em correspondência de 11 de maio de 1901, o diretor enfatiza a sua opção política e o seu desgosto para com a república, expressando - se da seguinte forma:

Eu não sou, sabem-no todos os que me conhecem militante nos partidos sem idéa que deprimem e amesquinham a nossa chara patria, que não pode infelizmente se orgulhar com o bello titulo de Republica – idolo santo de meus sonhos de outr’ora (Livro de Correspondências Expedidas (1898-1916), p.42v, Ref. 74 FASS05a)

Não por acaso, Balthazar fez parte do grupo denominado de “republicanos históricos”, pois sonhou com uma república mais democrática e livre, não concretizada com o passar dos anos. Sobre esta questão, Dantas enfatiza:

Mesmo o pequeno grupo dos pioneiros históricos, vanguarda inicial do movimento, apesar de alguns deles ocuparem posições de destaque no alvorecer da república, cedo se apercebeu da força e do avanço não apenas dos representantes do patronato que se fizeram republicanos depois da Abolição, mas até daqueles que, como políticos, permaneceram fiéis à monarquia até seu último estertor (DANTAS, 1989, p.28).

Assim sendo, identificamos o porquê do discurso ensejado pelo citado diretor do Atheneu Sergipense, nos primeiros anos do século XX, diante do rumo diferenciado tomado pelo movimento republicano por ele sonhado.

Observamos também a utilização de sua eloquência de republicano histórico no relatório de 1903, quando fez uma análise da conjuntura educacional sergipana, dando ênfase ao ensino público como um meio de emancipação e de esclarecimento, inserindo o papel do Atheneu Sergipense. Assim Baltazar se expressa:

[...] para que o Atheneu venha a representar o papel de outrora e, ainda mais, corresponder às exigências da educação de cidadãos republicanos, necessário se lhe torna um programma que obrigue a mocidade a estudar. Uma reforma radical se faz precisa, do ensino publico, a começar do primário, que o Estado semêa a mãos largas, empregando um cem numero de operarios, na sua grande maioria sem a pericia necessaria para essa cultura sublime. A organização externa da escola em Sergipe depende maximamente do levantamento do magistério primario; porquanto é a instrução primaria a unica que pode caber a todas as camadas da sociedade, sendo aliás a condição para que seja efficaz o ensino secundario e superior (Relatório de 1903. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1898-1916), 1903, p.56. Ref. 74 FASS05a).

Verificamos que Balthazar centraliza a análise do ensino sergipano na formação do professor primário, apresentando-o como fundamental para o desenvolvimento da educação no estado, inclusive sendo a base para a prosperidade nos níveis secundário e superior.

Complementa ainda que, feita a reforma no ensino primário e alcançada a equiparação do Atheneu Sergipense ao ginásio nacional, o ensino atingiria um ápice de estabilidade considerável para o seu desenvolvimento.

Contudo, os males relatados por Balthazar Góes perpetuavam-se na educação brasileira desde o Império. Segundo Haidar (2008) o prevalecimento dos exames de preparatórios, burlava qualquer tentativa de afirmação e desenvolvimento do ensino secundário. A autora apresenta o pensamento dos reformistas ao instituírem novas perspectivas de organização, porém sempre prevalecendo o sistema de aulas avulsas, ministradas no externato do citado colégio, as quais tinham alta frequência em detrimento das aulas ministradas no internato, que objetivavam a formação dos alunos no bacharelado, com baixa frequência (HAIDAR, 2008)

Esse sistema foi combatido pela Reforma Benjamim Constant, em 1890, que extinguiu os preparatórios, conferindo aos exames de madureza, aplicados no Pedro II e nos colégios que a ele se equiparassem, o meio para ingressar nas academias. Contudo, segundo Haidar (2008),

[...] adiamentos e concessões fizeram com que os resultados práticos das medidas decretadas não correspondessem às generosas intenções do reformador Benjamim Constant, e os estudos secundários continuaram, por muito tempo na República, a padecer dos mesmos males que o afligiram durante todo o Império. (HAIDAR, 2008, p.149).

Prova disso é que nos relatórios do Atheneu Sergipense dos primeiros anos do século XX ainda prevaleciam as críticas ao ensino secundário brasileiro. Daí a necessidade, expressa por Balthazar Góes e por Candido Costapinto, seu sucessor, de superação dos preparatórios e da confirmação do processo de equiparação do Atheneu Sergipense ao Ginásio Nacional, como meios para o aumento da frequência.

Através dos quantitativos informados pelos diretores da Instrução Pública, até 1897, e dos diretores do Atheneu Sergipense, a partir de 1898, notamos que o número de matrículas no período teve uma oscilação profunda, sendo que o menor se deu no ano de 1917, com apenas 35 alunos, tendo como ápice o ano de 1875, com 402 alunos. Nos demais anos, verificamos que a matrícula gravitou na média entre 50 e 80 alunos. Em quase todos os anos os diretores buscaram explicar o quantitativo no número de matriculados, sempre culpando os preparatórios pelos baixos índices.

Em relação aos anos iniciais de funcionamento da instituição, o diretor da Instrução Pública e do Atheneu Sergipense, Manoel Luiz D'Azevedo Araujo, mostrou no relatório de 1873, que as disparidades entre a matrícula e a frequência do Atheneu Sergipense eram consideráveis, sendo que, nos três primeiros anos de funcionamento, a instituição teve, em 1871, 143 discentes matriculados, mas apenas 112 frequentes; em 1872, de 165, frequentaram 115; e, em 1873, de um total de 197, os assíduos somaram também 115 (Relatório da Instrução Pública, 1873).

Em 1908, Candido Costapinto afirmou que o número baixo de discentes deveu-se à demora no processo de equiparação do Atheneu Sergipense ao Ginásio Nacional, a qual apesar de estar prescrita na lei de 1905, não havia se concretizado na prática, pois necessitava da aprovação do governo federal o que só ocorreu com o decreto nº 7129, de 26 de novembro de 1908. Seguindo o pensamento de Costapinto, confirmamos que o número de alunos aumentou consideravelmente nos anos posteriores à equiparação, atingindo os patamares de 125, em 1910, e 134, em 1911.

Contudo, no ano de 1915, há uma baixa considerável no número de alunos, sendo esta aprofundada no ano de 1917. Aristides da Silveira Fontes, diretor do período, trata com pesar a situação:

Contrista-me deveras a pequena affluencia de alumnos a este estabelecimento de ensino, a qual de certo tempo a esta parte vai se tornando de mais a mais manifesta. As sucessivas reformas e a demora da equiparação do nosso Atheneu ao Gymnasio Nacional tem ao meu ver, muito concorrido para isto (Relatório de 1917. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1916-1922), p.25. Ref. 981 FASS05a).

Mais uma vez vemos que um dos principais motivos atribuídos pelos diretores do Atheneu Sergipense, em relação à baixa frequência, está no processo de equiparação ao Ginásio Nacional. Nunes (2008) relata esse processo em 1918:

A equiparação do Atheneu Sergipense ao Colégio Pedro II, que vinha sendo tentada desde a promulgação da Lei Maximiliano, chegou, afinal, em fevereiro de 1918, seguida de inspeção permanente por ato do Ministro da Justiça de 23 do mês seguinte trazendo, como consequência, o aumento no número de matrícula daquele estabelecimento, atingindo já nesse ano 89⁴² alunos contra 59 do ano anterior. Mas, os exames parcelados continuavam a prejudicar a conclusão do currículo, diminuindo sensivelmente o número de alunos à medida que os anos avançavam. Esses abandonavam o curso desde quando podiam chegar às Academias por um caminho mais rápido (NUNES, 2008, p.238).

Sobre a influência das reformas do ensino secundário, Alcebíades Correia Paes corrobora com Aristides, no relatório de 1923:

É verdadeiramente desanimador o número de alunos que frequentam o Ateneu Sergipense, mal que data de quando entrou em vigor a Lei Orgânica do Ensino, da autoria do então ministro Rivadávia Correia. A reforma Carlos Maximiliano não logrou melhorar a situação, que, para consôlo nosso, não é só sergipana, mas observa-se nos ginásios oficiais da maioria dos Estados (Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1916-1922), p.45. Ref. 981 FASS05a).

O diretor trata de duas reformas instituídas nacionalmente e que tentaram modificar o ensino brasileiro, em particular o secundário, porém não trouxeram grandes transformações, como explicita Nunes (1999):

Em 1915, ante a situação caótica que a Reforma Rivadávia criara, tornou-se necessário impedir sua marcha. Surge a Lei Maximiliano reoficializando o ensino, mais realista, desde que, como achava o seu autor, “a lei é tanto menos imperfeita quanto mais se adapta ao meio para o qual foi promulgada”. Não se [...] caracterizou por inovações, conforme já notou o Prof^o Geraldo Bastos da Silva, mas por ter retirado das reformas anteriores contribuições positivas, entrosando-as para aplicar ao Brasil. De Benjamim, ficou a equiparação dos colégios estaduais; do Código Eptácio Pessoa, o currículo seriado do Pedro II e a equiparação estendida aos colégios particulares; de Rivadávia, o

⁴² Este número apontado por Nunes (2008) não condiz com o índice apresentado por Aristides da Silveira Fontes, no relatório de 1918, de 83 alunos.

exame vestibular; da tradição que vinha do império, os exames preparatórios parcelados (NUNES, 1999, p.91).

A reforma Maximiliano desfez a principal causa da desordem da reforma Rivadávia devido à instituição do ensino livre, trazendo, novamente, o controle do ensino secundário para o Estado. Contudo, a reforma Maximiliano agregou algumas das atitudes das reformas anteriores, como explicitou Nunes, a exemplo dos exames de preparatórios, que continuavam como um ranço do Império, que acabava por boicotar toda e qualquer ação que pretendesse legitimar o ensino secundário brasileiro.

Até que, em 1925, foi instituída a Reforma Rocha Vaz que procurava centralizar a mencionada modalidade de ensino, com estabelecimento da seriação obrigatória de seis anos e da restrição da equiparação ao Pedro II apenas aos colégios públicos, não mais estendendo aos particulares. Contudo, a reforma Vaz não teve sentido inovador, continuando o secundário a sofrer os mesmos males de outrora (NUNES, 1999).

Em meio a essa conjuntura, os diretores do Atheneu Sergipense apontavam os problemas vividos pela instituição e compreendiam, como sujeitos históricos que eram, perfeitamente, que a estrutura de organização do ensino secundário brasileiro não estava em sintonia com as necessidades da educação.

Diante dos números apresentados em relação à matrícula, pensamos que o principal fator norteador da baixa frequência ainda eram os exames de preparatórios, os quais desobrigavam os alunos a frequentarem as aulas, e que a equiparação, apesar de contribuir para um aumento do número de alunos, não significava a manutenção deles na frequência do Atheneu Sergipense no período. Tanto assim o foi que nos anos seguintes às equiparações a matrícula continuou mantendo as oscilações anteriores, variando entre 50 e 80 alunos, atingindo, inclusive, o baixo índice de 47 discentes em 1926.

Estabelecendo uma comparação entre o número de matrículas e o número de inscrições para os exames de preparatórios, verificamos uma grande distância no quantitativo, sendo que o número de inscrições nos exames de preparatórios sempre foi superior ao número de matrículas, como, por exemplo, nos anos de 1917, com 138 alunos, e em 1923, com 547 (Relatórios do Atheneu Sergipense).

Diante desse quadro, outro fator que contribuiu para dificultar o bom andamento das práticas, tanto administrativas, quanto pedagógicas, no Atheneu Sergipense, foi o prédio que abrigava a instituição.

Como já expusemos, desde os primeiros relatórios dos diretores da instrução, chegando até os relatórios do Atheneu Sergipense, encontramos referências à questão do imóvel que abrigava a instituição.

Em 1876, há uma descrição minuciosa da situação precária vivida pelo prédio do Atheneu Sergipense, relatada pelo diretor da Instrução, Tomaz Diogo Leopoldo, no qual afirma que além da situação difícil vivida pela instituição, os atos de vandalismo dos alunos e marginais também contribuíam para o aprofundamento dos problemas materiais da casa. Assim é que o telhado e as vidraças precisavam de conserto; e a sala da congregação, apesar de decorada com luxo, necessitava de mobília adequada. Faltava espaço para os alunos e carecia de uma sala de espera para eles, principalmente em época de chuvas. Além disso, carecia de um cômodo para as necessidades. (Relatório da Instrução Pública, 1875).

Baltazar Góes ressaltou a falta de adaptabilidade do prédio para a instrução pública. Candido Costapinto, por sua vez, apresentou os problemas do imóvel, com certa dose de eufemismo, afirmando que o Governo se empenhava na sua manutenção e que a situação financeira não permitia, ainda, a construção de um novo prédio.

Contudo, várias reformas foram realizadas, inclusive, quando da instituição do Decreto nº 7129, de equiparação ao Ginásio Nacional, de 26 de novembro de 1908⁴³, como relata Costapinto:

Tornou-se urgente augmentar os commodos deste estabelecimento e graças as providencias e resoluções do Exm. Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Dórea, Presidente do Estado, foram construidos dois pavilhões que satisfasem mais ou menos, as exigencias do regulamento, sendo ainda necessário mais um esforço para o envidraçamento do antigo predio e augmento da bibliotheca; o que se fará em breve, graças ao modo de pensar do actual Governo, sempre solícito pelo alevantamento da instrução do nosso querido Estado (Relatório de 1909. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1898-1916), p.110v. Ref. 74 FASS05a).

Nesse sentido, enfatizamos o discurso de Costapinto, em todos os relatórios, sempre cuidadoso e zeloso com a linguagem utilizada, e nunca atacando o governo pelos males vividos pelo Atheneu Sergipense. Seguindo este mesmo pensamento, Aristides da Silveira Fontes enfatizou a reforma pela qual passou o Atheneu Sergipense no Governo de Oliveira Valadão:

V. Ex. que dia a dia vai mostrando zelo e interesse que cultiva pelo desenvolvimento e progresso de seu Estado Natal, com toda solícitude atendeu ao pedido desta directoria. Assim é que foi asseiado o predio, suas salas de aula regularmente providas do

⁴³ Ressaltamos que a equiparação era renovada de dois em dois anos, ou seja, tiveram anos em que o Atheneu Sergipense não recebeu a autorização para ser equiparado ao Colégio Pedro II.

mobiliário necessário, dividido em sessões distintas, como sejam secção para trabalhos da congregação, secção para gabinete da Directoria secção para funcionamento da secretaria e ainda um salão decentemente mobiliado para repouso dos professores, ainda foram reservadas uma das salas, aparelhadas do necessário para permanência do porteiro e bedéis, e um salão para as moças alunas do Atheneu, com um pátio bem preparado, destinado ao recreio das mesmas. Enfim, além de outros melhoramentos, foi o estabelecimento provido de mobiliário, utensílios, e artigos de expediente, de que carecia. Força é reconhecer que, não obstante a reforma por que tem passado este estabelecimento na administração do Exm. Sr. General Oliveira Valladão, longe ainda está de preencher os fins a que é destinado. Torna-se mister, pois, dotar o ensino secundário, de Sergipe de um prédio que melhor satisfaça as condições da pedagogia (Relatório de 1917. Livro de Correspondências Expedidas (1916-1922). p.23v-24v. Ref. 981FASS05a).

A necessidade de dotar o ensino secundário de um prédio próprio instigava os diretores do Atheneu Sergipense a solicitarem, constantemente, a construção de um local para abrigar o Atheneu Sergipense. Jucundino de Souza Andrade, no Relatório de 1920, é ainda mais específico, pontuando as dificuldades enfrentadas pelo prédio do Atheneu Sergipense, das quais destacamos a insuficiência de espaço para as aulas, que eram dispersas, dificultando a fiscalização dos alunos e a falta de grandiosidade e imponência, que convinha a um prédio para o ensino ginasial. (Relatório de 1920. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1916-1922). Ref. 981FASS05a).

Como já enfatizamos, Alcebíades Correia Paes foi um dos diretores que mais denunciou as condições de precariedade vivida pela sede do Atheneu Sergipense. Nesse sentido, afirmou que goteiras e cupins se espalhavam por toda a parte, atingindo não somente a secretaria, mas também as salas de aula (Relatório de 1923. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1922-1932). Ref. 193 FASS05a).

A linguagem acusativa utilizada por Alcebíades Paes esteve presente em todos os relatórios de sua gestão e, não por acaso, as suas descrições foram, dentro do período desta pesquisa, as mais longas e detalhadas.

Chegou a afirmar sobre o prédio do Atheneu Sergipense no relatório de 1924 que: “Além de ser a casa insuficiente, insegura e de aspecto miserável, falta-lhe o material pedagógico necessário a um ensino proveitoso” (Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1922-1932), p.78. Ref. 193 FASS05a). Nesse mesmo documento, Alcebíades mostrou a situação vivida pelo ginásio do Espírito Santo, que passava pelo mesmo problema do Atheneu Sergipense, solicitando ao Governo do Estado urgência na construção de um prédio próprio.

Contudo, esse discurso mais acusativo foi minorando a partir do relatório de 1925, quando o novo prédio do Atheneu Sergipense passou a ser construído na administração de Gracho Cardoso. Inclusive, este gestor empenhou-se na construção dos grupos escolares e proporcionou, ainda no seu governo, a inauguração do imóvel do Atheneu Sergipense, em 1926.

Para além da situação vivida pelo espaço que abrigava o Atheneu Sergipense, destacamos algumas atividades voltadas para as práticas de ensino. Dentre elas, enfatizamos a menção ao concurso aberto para a cadeira de História do Atheneu Sergipense.

Esse concurso foi o de História Universal, especialmente do Brasil, ocorrido em 1910. O diretor Costapinto enfatizou que a abertura desse concurso aconteceu devido à morte do catedrático, farmacêutico Ulisses Vieira de Melo, e que os candidatos inscritos foram: Alfredo Cabral⁴⁴, Farmacêutico Durval Madureira Freire e Cirurgião dentista José de Magalhães Carneiro⁴⁵; sendo que os dois últimos reprovaram na primeira fase.

Teles (2009) reconstituiu a trajetória desse concurso, apresentando os pontos definidos para a defesa, bem como comparando com o concurso de 1890. Nessa análise, Teles (2009) afirma que a lista do concurso anterior, para a cadeira de Corografia e História do Brasil, apresentava questionamentos específicos, dando a entender, para os candidatos, como seria a prova. Uma das questões foi: “A abolição teria concorrido para a revolução de 15 de novembro de 1889?” Já no concurso de 1910, apenas foram apresentados alguns tópicos, a exemplo de “Presidencialismo no Brasil”, sem especificar qual problemática seria exigida.

O autor salienta que os conteúdos estabelecidos para cada concurso estavam de acordo com o momento histórico vivido, sendo que no de 1890, por exemplo, foram exigidos conteúdos

⁴⁴Nasceu em Aracaju a 7 de agosto de 1887. Começou o curso de humanidade no antigo Ginásio Sergipense, dirigido pelo professor Alfredo Montes, continuando no Atheneu Sergipense. Formado na Faculdade de Direito do Recife a 7 de dezembro de 1907, foi promotor público da Comarca da Estância, removido para a de Laranjeiras e em seguida para a de Maruim em 1910. Prestar concurso para a cadeira de História do Atheneu Sergipense, sendo nomeado para regê-la, por ato de 10 de fevereiro de 1911. Professor catedrático de História Geral e do Brasil do mesmo estabelecimento de ensino, foi transferido por decreto de 15 de julho de 1916 para a cadeira de Educação Moral e Cívica, Noções de Sociologia e Direito usual da Escola Normal. Por algum tempo colaborou com frequência na imprensa de vários Estados, especialmente no Almanaque Sergipano, 1898-1900, no “O Estado de Sergipe”, 1903-1910, “O Ateneu”, 1906, e “Diário da Manhã” 1911-1918, de Aracaju, dentre outros (GUARANÁ, 1925).

⁴⁵Nasceu no Aracaju a 13 de novembro de 1880. Coursou humanidades, seguindo para a Capital da Bahia em março de 1899 onde se formou em Odontologia. Clinicou em Sergipe até 1902, seguindo no ano imediato para o Estado de S. Paulo, fixando residência na cidade de Santos. Com a reorganização do ensino público foi nomeado por ato de 2 de setembro de 1911 professor vitalício de Geografia Geral, Corografia e Noções de Cosmografia do Atheneu Sergipense. Escreve para alguns jornais e revistas da época, com destaque para “O Vespertino” jornal literário de Aracaju (GUARANÁ, 1925).

referentes à Abolição da Escravidão e Proclamação da República; já no de 1910, foram abordados temas como presidentes da república e presidencialismo (TELES, 2009).

A partir de pesquisas feitas nas Atas da Congregação e nos Livros de Registros do Atheneu Sergipense, bem como em jornais do período, Teles (2009) confirma que somente Alfredo Cabral continuou no concurso. Contudo, segundo o autor, um impasse ocorreu:

No dia da votação para julgar se o candidato estava habilitado houve um impasse, pois foram 6 votos avaliando o mesmo apto ao cargo e 7 votos em branco. Este fato gerou um pedido de nova votação, pois o número de votos em branco foi superior ao número de votos considerando o candidato aprovado. Este pedido de nova votação foi negado pelo diretor alegando ser contra o regulamento. Após este episódio foi encaminhado um parecer do Presidente do Estado que foi julgado com 11 votos a favor e 1 contra, aprovando assim Alfredo Cabral como novo lente de História do Atheneu Sergipense (TELES, 2009, p.36).

Alfredo Cabral somente assumiu a cadeira de História em fevereiro de 1911, com a homologação do concurso pelo então presidente José Rodrigues da Costa Dorea (Relatório de 1911. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1898-1916). Ref.74 FASS05a). Esse fato demonstra que a educação e o ensino não são estáticos; que a história é movimento e que processos conflituosos se dão no estabelecimento de relações diversas entre os homens. Não sabemos, ao certo, o que aconteceu, os meandros da realização da seleção, mas temos a certeza de que houve embates e discordâncias, atestados pelo impasse dos votos, sendo sete em branco.

Outros concursos foram citados no relatório de 1926, quais sejam, de Latim, Sociologia e Literatura Brasileira e das Línguas Latinas, estas últimas criadas pelo Regulamento de 1925. Para a cadeira de Latim candidatou-se apenas o Padre Alberto Bragança de Azevedo; para os outros dois concursos apresentaram-se também candidatos únicos: Florentino Teles de Menezes⁴⁶ para

⁴⁶ Nasceu no Aracaju a 7 de novembro de 1886. Iniciou os estudos de humanidades na Bahia, concluindo-os em Aracaju. Foi atingido por moléstia, quando seguiu para o Recife afim de cursar a escola de engenharia. Logo que se restabeleceu foi para o Rio com o fim de matricular-se na Escola Politécnica, o que não fez, por ter sido novamente atacado de grave doença. Matriculou-se em 1906 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, passando-se depois para a da Bahia na qual cursou até o 3º ano letivo, não podendo prosseguir pelo mesmo motivo. Foi nomeado 2º escriturário do Tesouro do Estado em janeiro de 1912, passando-se depois para o cargo de amanuense da Diretoria de Instrução Pública em 15 de julho de 1915, foi promovido a 2º escriturário por ato de 24 de abril de 1916 e a 1º, desta mesma Diretoria, a 9 de janeiro de 1919. Foi o iniciador da idéia da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, que em pouco tempo viu realizada. Foi condecorado com a medalha de prata pela publicação das Leis da Sociologia e com medalha de ouro pela publicação do Estudo Corográfico pela Sociedade Acadêmica de História Internacional de Paris. A “Academia Física e Química Italiana” de Palermo condecorou-o também com a medalha de 1ª classe de mérito científico e humanitário, conferindo-lhe o título de membro honorário. A Academia Latina de Ciências, Artes e Belas Letras o condecorou com o Ramo de ouro. Foi doutor em sociologia; sócio correspondente

Sociologia⁴⁷ e Ranufo Hora Prata⁴⁸ para a de Literatura e Línguas Latinas (Relatório de 1926. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1922-1932). Ref. 193 FASS05a).

Em se tratando de corpo docente, todos os relatórios apresentam alguma referência aos professores, sempre exaltando estes, nunca depreciando. Ou seja, a imagem construída pelos diretores em relação aos docentes, diante do Governo, era a mais positiva possível. É tanto que, quase não temos elementos de discussão sobre os professores nos relatórios, pois só há menção às licenças, substituições, jubilações, nomeações, falecimentos e, porventura, algumas solicitações.

Porém, algumas informações são importantes para a compreensão do andamento do ensino, a exemplo das aulas de grego, mencionadas nos relatórios de 1903 e 1905 como não sendo ministradas pela falta de alunos. Contudo, a partir de 1907, Luiz de Figueiredo Martins tomou posse como professor vitalício da cadeira.

Duas das principais reclamações são encontradas nos relatórios de 1910 e 1923 relacionadas ao número reduzido de professores e à situação salarial destes. No documento de 1910, Costapinto solicitou a contratação de lentes substitutos e suplementares. Já no relatório de 1923, Alcebíades Correa Paes apresenta outros problemas, sendo mais enfático:

Os professores com função neste instituto são, em geral, competentes e cumpridores de seus deveres; e se o ensino que ministram não é mais eficiente, é que são, mal, muito mal vergonhosamente remunerados, têm que dispersar a sua actividade, indo procurar fora do magistério oficial os recursos com que devem completar o seu modesto orçamento. Tomo, pois, a liberdade de lembrar á conveniencia de melhorar os vencimentos dos professores do Ateneu, pondo-os de acôrdo com a dignidade do cargo que exercem. Penso que não basta a majoração geral prometida, porque actualmente, os docentes de nosso gymnasio não ganham em proporção com os demais funcionários do Estado (Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1922-1932), p.42. Ref. 193 FASS05a).

do Instituto Histórico e Geográfico de Minas; da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos; da Associação da Imprensa do Amazonas, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, do de Santa Catarina, do da Paraíba e do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano. Fundou em 1918 o “Centro Socialista Sergipano” e foi o iniciador da propaganda do voto secreto em Sergipe, fundando ainda em 1923, com o Dr. Manoel dos Passos e Dr. Alcebíades Paes, o “Centro de Propaganda” do voto secreto (GUARANÁ, 1925). Além disso, foi professor da cadeira de Sociologia do Atheneu Sergipense e vice-diretor, a partir de 1926.

⁴⁷ Para mais informações sobre a história dos estudos de sociologia no Atheneu Sergipense, ver Alves e Rosalba (2005).

⁴⁸ Nasceu a 4 de maio de 1896 na cidade do Lagarto. O seu estudo primário foi feito em Simão Dias e na Estância e o curso secundário nos dois colégios da Bahia “Carneiro Ribeiro” e “Ipiranga”. Na mesma cidade matriculou-se na Faculdade de Medicina, em que cursou até o 4º ano, quando se transferiu para a Faculdade congênere do Rio de Janeiro, recebendo o grau de doutor em janeiro de 1920. Foi interno efetivo do Hospital Central do Exército (GUARANÁ, 1925).

O diretor sugere o acréscimo de uma gratificação para os professores na mesma proporção que a gratificação recebida pelos docentes do Ginásio Nacional, sendo, segundo ele, “chocante” a situação de um professor de vinte ou trinta anos ter as mesmas vantagens que um iniciante. Alcebiades denuncia ainda a situação do professor interino de Ginástica e Evoluções Militares e substituto de Geometria Descritiva e Agrimensura, Adolfo Valadão, que se achava afastado do Atheneu Sergipense há mais de cinco anos em comissão do governo, sem constar essa informação na escrituração (Relatório de 1923. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1922-1932). Ref. 193 FASS05a). Complementa ainda a análise da situação dos professores do Atheneu Sergipense, denunciando o quantitativo de membros que compõem o corpo docente:

Permita-se-me ainda aqui uma observação: - Pelo Regulamento em vigor, o corpo docente do Ateneu Sergipense deveria constar de 13 professores catedráticos, 2 professores e 12 professores substitutos, com os quais o Estado despenderia anualmente a importância de 83:200\$000. Pois bem, existem apenas cinco professores substitutos, sendo que um de cadeira supressa e, apesar disso, a despesa só com o professorado e dois auxiliares de ensino monta a 120:880\$000, ou seja, um excesso de 37:680\$000! (Relatório de 1923. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1922-1932), p.43. Ref. 193 FASS05a). [Grifo do autor].

Diante do exposto, analisamos alguns elementos que se apresentam no discurso ensejado por Alcebiades. Primeiramente, a ousadia do diretor em aprofundar a análise de questões concernentes ao cargo de professor, como os baixos salários, afirmando que os docentes tinham de complementar a renda com outras atividades. Outra questão é o quantitativo de professores que, segundo Alcebiades, era insuficiente para atender às demandas de ensino e que, apesar disso, o gasto orçamentário do Governo com eles ultrapassava e muito o estabelecido. Acreditamos que o diretor estivesse tratando de desvio de função dos professores e de dinheiro da parte do governo, incluindo nessa monta, o caso de Adolfo Valadão, descrito anteriormente, que continuava como professor do Atheneu Sergipense, apesar de estar há cinco anos afastado, exercendo outra função.

As palavras utilizadas por Alcebiades em seus relatórios denotam uma audácia que faltou à maioria de seus antecessores. Apesar de sempre, ao final da sua argumentação, agradecer ao Governo e de se colocar à disposição deste, o diretor foi o que mais adentrou em questões minuciosas sobre a realidade vivida pelo Atheneu Sergipense, apresentando maior número de detalhes e buscando esclarecer pormenores dos diversos setores da instituição.

Nesse cenário, dois setores específicos do Atheneu Sergipense ganharam destaque em alguns dos relatórios: a biblioteca e o arquivo. Inclusive, o processo de consolidação de uma biblioteca no Atheneu Sergipense foi demorado e inquietou por muito tempo os agentes do processo escolar, em especial os seus diretores.

Em 1871, Manoel Luis D’Azevedo Araújo teceu comentário sobre a situação vivida pelos livros abrigados em uma sala no Atheneu Sergipense, resquícios da Biblioteca Pública, fundada à época do Liceu de Sergipe. Segundo o diretor, os livros estavam empilhados em estantes velhas e empoeiradas, à mercê da ação de traças e vermes. Diante do quadro, sugeriu a criação de uma biblioteca ao lado do Atheneu Sergipense (Relatório da Instrução Pública, 1871).

Já no relatório de 1873, o mesmo diretor apresentou detalhes da composição da biblioteca, afirmando que existiam 663 volumes, sendo 267 remanescentes da antiga biblioteca provincial; 187, inclusive 73 folhetos, remessas do arquivo e gabinete do governo, presidências, secretarias, dentre outros; 55 obras adquiridas através da compra; e, por fim, 70 obras advindas da doação de particulares (Relatório da Instrução Pública, 1873).

Ao que pudemos observar nos relatórios, a biblioteca do Atheneu Sergipense não atendia às necessidades da instituição. Assim é que, Costapinto, em 1909, solicitou a ampliação do espaço da biblioteca. Já Francisco Teixeira de Faria, diretor interino em 1915, enfatizou a criação de uma biblioteca de livros didáticos:

[...] não posso calar e notar o empenho do Director effectivo, secundado pelo corpo docente, no sentido de dotar o Estabelecimento com uma bibliotheca de livros didacticos que venha favorecer aqueles de nossos jovens patricios, menos favorecidos de fortuna. Todos nos, docentes e discentes, confiamos no patriotismo de V. Ex que tem o critério preciso para bem comprehender as vantagens da equiparação d’este Estabelecimento, e os beneficios que d’ahi derivam em prol da mocidade (Relatório de 1915. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1898-1916), p.179v. Ref. 74FASS05a).

Devido a essas e outras necessidades, por muito tempo não existiu no Atheneu Sergipense um funcionário responsável, especificamente, pela biblioteca. Somente com o Regulamento de 1921, após haver a instituição oficial do cargo de bibliotecário (Art. 234, p.50): “Haverá no Atheneu uma bibliotheca a cargo do escripturario bibliothecario, especialmente destinada ao uso do nosso corpo docente e dos alumnos”.

Essa foi a instituição da lei. Mas, nem tudo que a lei prescreve se concretiza na prática e essa é a grande chave para compreendermos a cultura escolar, fruto de práticas específicas dos

agentes escolares. Com isso, remontamos à reflexão trazida por Viñao Frago (2002; 2008) sobre o conceito, tendo como característica a permanência, aquilo que perdura, em meio às fracassadas tentativas de implementação da legislação. Tudo o que resiste dentro do ambiente escolar é fruto intrínseco de sua cultura.

Nessa perspectiva, a biblioteca do Atheneu Sergipense, instituída em lei, não foi implementada, devido à situação material precária vivida pela instituição. Assim é que Alcebíades Correia Paes, no relatório de 1923, apresenta o outro lado da lei:

Diz o art. 234 do nosso Regulamento: “Haverá no Ateneu uma biblioteca a cargo do escrivão-bibliotecário, especialmente destinada ao uso do nosso corpo docente e dos alunos.” E todo um capítulo, redigido em nove artigos, alguns dos quais desdobrados em parágrafos, dispõe sobre esse assunto. Tudo letra morta. A verdade é que o nosso ginásio não goza desse benefício, nem poderia gozar, dada a deficiência e imprestabilidade do prédio em que funciona. Alguns livros de estudo, existem, não há como negá-lo, mas não podem ser consultados pelos alunos, por estarem guardados, á falta de um compartimento próprio, na Secretaria (Relatório de 1923. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1898-1916), p.48. Ref. 193 FASS05a).

De acordo com o relato do diretor, vemos que a implementação da biblioteca não foi posta em prática, sendo que em 1923 ainda havia a falta de espaço adequado para abrigá-la. Alcebíades denuncia ainda que, apesar da existência de livros, eles não estavam sendo consultados, estando reclusos na secretaria.

Esse fato denota que, primeiro, assim como em relação ao arquivo, a precariedade do prédio impedia a concretização da lei prescrita. Segundo, toda prescrição legal necessita de condições que lhe sejam favoráveis à sua aplicabilidade, pois se assim não for, como disse Alcebíades, vira “letra morta”. Aqui, salta aos nossos olhos um fator que limita a ação legal nas instituições de ensino, que no caso do Atheneu Sergipense era a falta de um local para abrigar a biblioteca.

A necessidade de uma biblioteca era antiga no ensino secundário sergipano. Desde o Liceu de Sergipe os diretores ressaltavam a importância da sua criação, como está escrito no relatório de 11 de novembro de 1850, encaminhado à Assembleia Provincial pelo então diretor Olímpio Fiúza Muniz Barreto:

A Congregação entende que muito proveitosa seria a compra de alguns livros, que deverião somente ser distribuidos no fim do anno pelos Estudantes assíduos e talentosos; porque d'este modo se desenvolveria a emulação que como sabe esta Assembleia a mais poderosa alavanca para o progresso instrucção da mocidade. A Congregação do Lyceu entende que muitissimo concorreria para facilitar e augmentar a Instrucção em geral a realização da Bibliotheca Provincial criada pela lei numero duzentos e trinta e três, de seis de junho de mil oitocentos quarenta e oito, cuja palpintante necessidade não pode escapar, digo não pode de certo escapar a sabedoria, zelo e patriotismo da Assembleia Provincial (Relatório de 1850. Livro de Correspondências do Liceu de Sergipe, 1851, p.90). [Grifo do autor]

Nesse trecho notamos que havia um anseio pela distribuição, como premiação, de livros para os alunos do Liceu de Sergipe como forma de incentivo aos estudos. Fica evidente a necessidade da implementação da Biblioteca Provincial, criada em lei, mas não efetivada na prática.

A biblioteca do Atheneu Sergipense, por sua vez, não foi criada em 1921, mas era um anseio da comunidade escolar desde o ano de 1909. Somente a partir de 1925 é que verificamos indícios de sua efetivação a começar pelo relatório de Alcebíades Correia Paes ao dizer:

A providencia patrióticamente tomada, da construção da sede do nosso estabelecimento oficial de ensino secundário exige, como complemento essencial, a aquisição do mobiliário condigno e do material pedagógico indispensável a um ensino agradável e eficiente, e a organização de uma biblioteca de obras didacticas, que entretinha os alumnos nos intervalos das aulas, fazendo-os ganhar o habito da leitura e do estudo e contribuindo poderosamente para o sossego e o silêncio que devem reinar numa casa de instrucção (Relatório de 1925. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1922-1932), p.101, Ref.193 FASS05a).

Já no relatório de 1926 são apresentadas mais informações sobre a biblioteca da instituição. Alcebíades assim se expressa:

Por deficiência de livros didácticos e á falta de um salão de leitura, a biblioteca do nosso gymnásio não tem prestado aos alunos os serviços que dela era lícito esperar. Agora que o Ateneu vai funcionar num prédio com todos os requisitos, lembro ao governo a conveniência de, na proposta do próximo orçamento, destinar uma certa importância, á aquisição de livros adoptados no curso. Com os acanhados recursos do expediente, têm sido direcionadas algumas obras ás que constituem a nossa biblioteca. É também muito zeloso o funcionário encarregado desta secção administrativa (Relatório de 1926. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1922-1932), p.101, Ref.193 FASS05a).

Diante dessas duas descrições, verificamos que a biblioteca já havia sido montada e estava em funcionamento, porém não atendendo à demanda da instituição, devido à falta de estrutura

física, principalmente. Outro fator que gerava insatisfação da direção do Atheneu Sergipense era a escassez de livros didáticos que pudessem dar suporte aos alunos em seus cursos. Contudo, havia a esperança de melhoria, da parte da direção da instituição, com a inauguração do novo prédio, deixando explícita a importância de se ter um espaço digno para abrigar os livros.

E realmente, houve a concretização desse anseio da direção, pois no relatório de 1927 consta a informação de que a biblioteca foi “enriquecida” com a compra de doze obras didáticas, dez de português e duas de francês. Não há, no entanto, nenhuma reclamação ou referência ao espaço ocupado pela referida seção, levando-nos a concluir que os livros estavam bem acondicionados no novo prédio (Relatório de 1927. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1922-1932). Ref. 193 FASS05a).

Nesse cenário, o escriturário-bibliotecário representava mais um elemento do corpo administrativo, sempre citado nos referidos relatórios, como exercendo muito bem a sua função. Como vimos, esta foi instituída junto à prescrição de criação da biblioteca. Contudo, antes da lei de 1921, identificamos a presença da função de bibliotecário nas legislações do Atheneu Sergipense.

No Regulamento de 1916, artigo 168, houve a prescrição de que um dos bedéis serviriam de bibliotecário. Em 1917, no regimento interno do Atheneu Sergipense, artigo 24, há a ampliação da função do bedel, que, além de exercer a função de bibliotecário, seria também amanuense. Já nos documentos do arquivo do Atheneu Sergipense, assim como prescrevia a legislação, somente a partir de 1922 há a menção à função de bibliotecário.

Em relação ao arquivo ressaltamos a importância dos relatórios e sua proximidade com as práticas escolares ensejadas pelos agentes do processo educacional. Nesse sentido, eles dão suporte à compreensão das práticas de ensino e, principalmente, às práticas administrativas, no sentido de descreverem fatos e pormenores do processo de organização do ensino secundário. Aqui, reportamo-nos a Viñao Frago (1995) quando trata da cultura escolar afirmando:

La cultura escolar, así entendida, la historia de la escuela como organización e institución, es una historia de ideas y hechos, de objetos y prácticas, de modos de decir, hacer e pensar, que ha de recurrir, como toda historia, a la perspectiva del ojo móvil (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 74)⁴⁹.

⁴⁹ A cultura escolar, assim entendida, a história da escola como organização e instituição, é uma história das ideias e fatos, de objetos e práticas, de modos de falar, fazer e pensar, que há de recorrer, como toda história, a uma perspectiva do olho móvel.

A cultura escolar abrange a ideia da escola como organização, com modos de decidir, fazer e pensar. Desta forma, pensamos as práticas do Atheneu Sergipense, em particular as administrativas, como sendo de fundamental importância no processo de organização do ensino, expressando seus anseios e necessidades mais prementes, na busca de afirmação do ensino secundário em terras sergipanas.

Partindo desse pensamento, a organização do ensino escolar pressupõe a produção de inúmeros documentos que lhe servem de suporte à instituição no desenvolvimento das atividades e ações rotineiras que lhe dão forma e sentido.

Outro aspecto que identificamos em quase todos os relatórios, principalmente a partir da década de 1920, é a representação em relação à atitude de desdém do Governo para com o Atheneu Sergipense, expresso pelos diretores da instituição. Nesse sentido, sempre foi enfatizada a atenção conferida ao ensino primário e principalmente aos prédios construídos para abrigá-los, o que causava a revolta dos administradores do Atheneu Sergipense, já que este não possuía imóvel à altura de sua condição como a instituição pública de ensino secundário.

Nessa perspectiva, enfatizamos o discurso de Alcebíades Correia Paes em seus relatórios tratando sobre os privilégios materiais concedidos aos grupos escolares. No documento de 1923, o diretor assim se expressa:

Difícilmente se compreende como os govêrnos, que vêm levantando palácios para o ensino primário, têm sido tão indiferentes á sorte de um estabelecimento de tão belas tradições, e que ainda é, no Estado, a única porta por onde passa, com destino ás escolas superiores do país a mocidade sergipana (Relatório de 1923. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1922-1932), p.42. Ref. 193FASS05a).

Nesse argumento apresentado por Alcebíades temos uma boa prova do sentimento de desânimo e uma “revolta” sentida pelos dirigentes do Atheneu Sergipense, devido ao fato de estarem sendo construídos belos prédios para servirem ao ensino primário. E esse sentimento permaneceu nos relatórios subsequentes de 1924, 1925 e 1926.

No documento de 1924, o diretor acrescenta que o imóvel que abrigava o Atheneu Sergipense estava em contraste com o do ensino normal. Assim ele disse:

As condições materiais do nosso único estabelecimento oficial de ensino secundário são as mais precárias. Como fiz ver lealmente em meu relatório do ano passado, a casa em que funciona o Atheneu Sergipense não se presta absolutamente para o elevado fim a que se destina, contrastando da maneira mais contrastadora com os suntuosos edifícios de que muito justamente têm sido dotados o ensino primário e o normal. Ninguém que visite o nosso instituto de ensino secundário pode de lá voltar sem trazer a mais desagradável, a mais dolorosa impressão (Relatório de 1924. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1922-1932), p.78. Ref. 193FASS05a).

A escrita de Alcebíades denota que a sua relação com o Governo não era tão pacífica quanto podemos imaginar. Inclusive, a relação entre o Atheneu Sergipense e a Escola Normal já vinha sendo desgastada desde 1908. Vimos esse fato no relatório do aludido ano, no qual Candido Costapinto sugeriu a suspensão das matrículas da Escola Normal para aumentar o número de professores do Atheneu Sergipense, nestes termos:

O ensino subordinado ao actual regulamento, não pode prescindir do augmento de Lentes – sem querer fazer insinuações, nem manifestar egoismo em relação ao alevantamento d’este Estabelecimento parecia-me que, attendendo as condições financeiras do nosso querido estado que são precarias, dever-se-ia, pelo menos suspender a matricula da Eschola Normal e o Governo lançar mão dos Lentes d’aquella Eschola para professarem no Atheneu, justificando-se este modo de pensar, em estarem já providas todas as cadeiras do ensino primario e ainda haver grande numero de normalistas aguardando collocação (Relatório de 1908. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1898-1916), p.97v. Ref. 74 FASS05a).

Nesse pensamento visualizamos Costapinto alegando que o ensino primário não necessitava de professores, sendo grande número de normalistas à espera de uma cadeira para assumirem. Contudo, o diretor legitimou o seu discurso de exclusão, sob a alegação da extrema necessidade de docentes de que carecia o Atheneu Sergipense. Por outro lado, Costapinto mostrou a sua falta de preocupação com a situação vivida pelo ensino primário sergipano. Contrariamente a essa ideia, Baltazar Góes afirmou, no relatório de 1903, que o ensino primário necessitava de maior profissionalização e capacitação de seus docentes, sendo esta uma condição para um bom ensino secundário e superior (Relatório de 1923. Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1898-1916), 1913. Ref. 74 FASS05a).

Diante do exposto, ressaltamos que o arquivo do Atheneu Sergipense contém em sua documentação reminiscências que denotam práticas intrínsecas ao seu funcionamento. Nesse universo, os relatórios são apenas um caminho que aponta para a reconstituição de práticas intrínsecas à instituição, sendo que a organização e conservação destes são de fundamental importância para a preservação da memória da instituição.

Assim, os relatórios apresentam sínteses dos anseios dos sujeitos escolares do Atheneu Sergipense, representando atitudes que denotam relações das mais diversas estabelecidas internamente, no ambiente escolar, bem como externamente, com o governo e a sociedade no geral.

Essa teia de relações faz com que a documentação do arquivo do Atheneu Sergipense seja de extrema importância para a compreendermos como um artefato histórico, construída e utilizada para fins diversos, mediante os ditames de cada época. E assim construímos uma história, delimitada, mas não acabada, sendo apenas mais uma entre tantas interpretações que se apresentam sobre o passado escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar as mudanças e/ou permanências na organização e conservação do arquivo do Atheneu Sergipense, bem como a relação destas com as práticas administrativas entre os anos de 1870 e 1926.

Diante da massa documental disponível, instigou-nos saber sobre os processos que engendraram a sua organização e conservação ao longo dos anos, estabelecendo a sua relação com as práticas administrativas, com o intuito de descortinar aspectos de sua cultura, em consonância com a materialidade da documentação. Assim sendo, procuramos mostrar a importância da documentação do Atheneu Sergipense para a sua história, não a apresentando como simples fonte de pesquisa, mas como objeto de estudo, no sentido de tê-la como um artefato histórico, produzido em conjunturas históricas específicas.

Tomando como parâmetro o processo de organização do ensino secundário sergipano, a partir da análise do Livro de Correspondências do Liceu de Sergipe (1848-1851), pudemos visualizar os cuidados que eram dispensados ao arquivo da instituição, observando a preocupação dos diretores em relação à organização e conservação dos papéis produzidos, através da constante solicitação de compra de um arquivo, presente em seus relatórios.

Essa situação foi talvez um prenúncio do que aconteceria com o Atheneu Sergipense, pois ele passou por dificuldades ainda maiores em relação ao seu arquivo, principalmente por ter assumido um funcionamento regular e mais amplo em relação ao ensino secundário sergipano, ao contrário do Liceu de Sergipe, que teve existência efêmera.

Nos vestígios produzidos pelo Atheneu Sergipense encontramos indícios da organização de sua documentação ao longo dos anos, verificando que esta não dispunha de um espaço adequado para ser abrigada, ficando depositada numa sala insalubre e sem o menor cuidado de conservação. Muitos foram os pedidos da direção do Atheneu Sergipense ao Governo no sentido de sanar as dificuldades materiais enfrentadas. Em quase todos os relatórios verificamos a existência de reclamações e denúncias em relação às condições materiais, incluindo as referentes ao arquivo.

Somente com a inauguração do novo edifício, em outubro de 1926, os problemas foram em parte sanados, devido à estrutura disponibilizada. No entanto, a falta de materiais administrativos e pedagógicos ainda dificultou o bom andamento das atividades da instituição. No caso do arquivo, a ausência de estantes impedia o seu perfeito funcionamento.

Nesse cenário, identificamos que na análise histórica do arquivo do Atheneu Sergipense é imprescindível considerarmos a situação dos espaços que abrigaram a instituição ao longo dos anos.

Em relação à organização arquivística dos documentos, no sentido de ordenação, o que possuímos de mais concreto está prescrito na legislação, sendo que durante todo o período desta pesquisa encontramos a informação de que o funcionário responsável pelo arquivo deveria guardar e emendar a documentação por ordem cronológica.

Inclusive constatamos que vários funcionários cuidaram da documentação do Atheneu Sergipense, a começar pelo escriturário, em 1870. A partir dessa data identificamos duas fases em relação aos funcionários responsáveis pelo arquivo da instituição: uma que abrange o marco temporal que vai de 1870 a 1898 e outra de 1898 a 1926. Na primeira, quatro funcionários da Diretoria da Instrução Pública foram responsáveis pela organização dos papéis da instituição: o escriturário, o secretário, o amanuense e o porteiro. A partir de 1898, assumiram a função o porteiro-arquivista, o amanuense-arquivista e o escriturário-arquivista, funcionários do Atheneu Sergipense.

Com ênfase nas funções desempenhadas por esses funcionários reconstituímos o quadro burocrático da instituição no período, descrevendo sua composição, principalmente através dos Regulamentos da Instrução Pública.

Nessa conjuntura, e diante do universo de documentos produzidos pelo Atheneu Sergipense, selecionamos a tipologia documental relatórios, com o intuito de analisarmos a relação entre o arquivo e as práticas administrativas, na medida em que neles encontramos as maiores referências à documentação e às práticas administrativas, tão imprescindíveis para o seu funcionamento.

As práticas escolares inserem-se na história do arquivo, visto que a materialidade da documentação contém em si mesma as representações com as quais é possível reconstituirmos o passado da instituição, com ênfase em suas ações administrativas, voltadas para a organização do ensino secundário.

Nessa perspectiva, o arquivo e as práticas administrativas têm uma relação intrínseca com a história da instituição. Por isso, buscamos mostrar o tratamento conferido à documentação ao longo dos anos, e dentro dessa realidade, através das representações nela registradas, compreendermos a função que exercia no ambiente escolar do Atheneu Sergipense.

Assim é que reconstituímos algumas práticas administrativas em relação ao arquivo da instituição, através das representações contidas principalmente nos relatórios. Destacamos que em quase todos os relatórios analisados houve alguma reclamação por parte dos diretores em relação à precariedade dos imóveis onde funcionou a instituição, com destaque para as brechas no telhado (provocadas pelo cupim) e nas janelas, que ocasionavam pequenas inundações quando chovia.

Assim, confirmamos que nem tudo que a lei prescreveu no período foi posto em ação, comprovando que as práticas administrativas, elementos da cultura escolar, não são construídas somente através de imposições legais, mas que o seu cotidiano se reinventa, de acordo com necessidades específicas de seu meio ambiente. Dessa forma, a implementação da biblioteca, instituída pelo Regulamento de 1921, só foi concretizada em 1923, devido à falta de estrutura física do Atheneu Sergipense, como bem atesta o relatório encaminhado pelo diretor da instituição à época, Alcebiades Correia Paes.

Da mesma forma, a burocracia administrativa da instituição, a partir do que a sua realidade lhe apresentava, assumiu características e posicionamentos diferenciados, não seguindo somente a rigidez prescrita nos regulamentos. Um exemplo se encontra nas constantes modificações que se operavam nos cargos exercidos pelos funcionários, sendo que nenhum deles tinha posição fixa, sempre havendo substituições e permutas, que contribuíam para a movimentação do corpo burocrático.

Os relatórios do Atheneu Sergipense são a tipologia documental que apresenta mais dados em relação ao funcionamento da instituição, mostrando uma visão específica dos diversos setores que a compunham. Dentre os assuntos abordados destacamos: prédio do Atheneu Sergipense, matrícula, corpo administrativo, corpo docente, corpo discente, portaria, movimento da secretaria, exames finais, exames de preparatórios, instrução militar, arquivo e biblioteca.

A partir desses temas, pudemos reconstituir algumas ações dos sujeitos escolares, relativas à administração do ensino público secundário, a exemplo das solicitações constantes de melhorias no prédio da instituição, bem como as cobranças em relação à lisura do processo de contratação de professores, dentre outras.

Em relação à frequência dos alunos, verificamos a disparidade existente entre o número de matrículas, para os exames de admissão, e o número de candidatos aos exames de

preparatórios, fato destacado pelos diretores como um dos que mais prejudicava a frequência na instituição.

Outra constatação obtida na análise dos relatórios foi em relação ao “descaso” do Governo para com o Atheneu Sergipense. Em quase todos os documentos, principalmente a partir de 1920 e, em especial, os relatórios escritos por Alcebíades Correia Paes, identificamos reclamações por parte da direção da instituição em relação à atenção dispensada ao ensino primário e normal, possuidores, segundo as representações dos diretores, de boas condições materiais de funcionamento. Enfim, a grande questão estava em o Atheneu Sergipense não possuir, por mais de meio século, um imóvel condigno com a única instituição pública de ensino secundário de Sergipe.

Portanto, o arquivo do Atheneu Sergipense tinha uma função muito importante, que era organizar o ensino secundário sergipano, a partir das várias tipologias que lhe garantiam o funcionamento. Estas, em especial os relatórios, foram espaço de registro de representações diversas sobre as práticas cotidianas da instituição, assim como instrumentos de legitimação frente ao Governo e à sociedade de então.

FONTES

1-Documentação do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS)

Atas

LIVRO de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916). Aracaju: Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense, Arquivo Histórico do Atheneu Sergipense.

LIVRO de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1916-1939). Aracaju: Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense, Arquivo Histórico do Atheneu Sergipense.

Correspondências

LIVRO de Correspondências Expedidas do Liceu de Sergipe (1848-1951). Aracaju: Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense, Arquivo Histórico do Atheneu Sergipense.

LIVRO de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1898-1916). Aracaju: Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense, Arquivo Histórico do Atheneu Sergipense.

LIVRO de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1916-1922). Aracaju: Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense, Arquivo Histórico do Atheneu Sergipense.

LIVRO de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1922-1932). Aracaju: Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense, Arquivo Histórico do Atheneu Sergipense.

LIVRO de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1932-1934). Aracaju: Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense, Arquivo Histórico do Atheneu Sergipense.

2- Relatórios da Instrução Pública de Sergipe

Relatório do Diretor da Instrução Pública, Manuel Luiz D’Azevedo Araujo, em 30 de janeiro de 1874. In: Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Antonio dos Passos Miranda abriu a Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe, no dia 2 de março de 1874.

Relatório do Diretor da Instrução Pública, Tomaz Diogo Leopoldo, 31 de dezembro de 1875. Relatório com que o Exmo Sr. Dr. João Ferreiro de Araujo Pinho abriu a Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe, no dia 1º de março de 1876. Aracaju: Tip. do Jornal do Aracaju.

Relatório do Diretor da Instrução Pública, Tito Augusto Souto Andrade, em 31 de dezembro de 1879. In: Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Teófilo Fernandes dos Santos passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Segundo presidente Dr. José Leandro Martins Soares, no dia 16 de junho de 1880. Aracaju: Tip. do Jornal do Aracaju.

Relatório do Diretor da Instrução Pública, Antonio Diniz Barreto, em 31 de dezembro de 1880. In: Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello abriu a 2ª sessão Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe, no dia 4 de março de 1881. Aracaju: Tip. do Jornal do Aracaju.

3- Leis, Decretos e Regulamentos, Resoluções de Sergipe, Estatuto e Regimento do Atheneu Sergipense

Lei nº 5, de 26 de setembro de 1891. SERGIPE (Estado). **Compilação de Leis, Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe, vol. I (1889-1892)**. Aracaju: “O Estado de Sergipe”, 1891. p.379-381.

Decreto nº 30, de 15 de março de 1890. Dá Regulamento à Instrução Pública. SERGIPE (Estado). **Compilação de Leis, Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe, vol. I (1889-1892)**. Aracaju: Tip. do “O Estado de Sergipe”, 1890. p.80 - 148.

Decreto nº 45, de 19 de janeiro de 1893. Determina que se observe o Regulamento da Instrução Pública. SERGIPE (Estado). **Compilação de Leis, Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe, vol. II (1892-1893)**. Aracaju: Tip. do “O Estado de Sergipe”, 1893. p.493-550.

Decreto nº 231, de 9 de julho de 1897. Reforma o ensino da Instrução Pública. SERGIPE (Estado). **Compilação de Leis, Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe, vol. IV (1897-1898)**. Aracaju: Tip. do “O Estado de Sergipe”, 1898. p. 227-281.

Decreto nº 351, de 9 de junho de 1899. Regulamento do Ensino Secundário. SERGIPE (Estado). **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Sergipe de 1899**. Aracaju: Tip. do “O Estado de Sergipe”, 1899, p. 77-107.

Decreto nº 463, de 11 de agosto de 1900. Revoga o Regulamento do Atheneu Sergipense expedido com o Decreto nº 351, de 9 de junho de 1899 e manda observar com alterações o que baixou com o decreto de nº 351, de 9 de junho de 1897.

Decreto nº 501, de 5 de agosto de 1901. Manda observar o Regulamento reformando o Ensino Público. SERGIPE (Estado). **Constituição do Estado, Leis e Decretos do ano de 1901**. Aracaju: Tip. do “O Estado de Sergipe”, 1903.

Decreto nº 543, de 9 de outubro de 1906. Reforma o Regulamento da Instrução Pública na parte referente ao Ensino Secundário do Atheneu Sergipense. SERGIPE (Estado). **Coleção de Leis e Decretos do ano de 1906**. Aracaju: Tip. do “O Estado de Sergipe”, 1907.

Decreto nº 550, de 13 de novembro de 1907. Revê o Regulamento do Ensino Secundário do Atheneu Sergipense. SERGIPE (Estado). **Coleção de Leis e Decretos do ano de 1907**. Aracaju: Tip. do “O Estado de Sergipe”, 1908.

Decreto nº 556, de 24 de agosto de 1908. Revê o Regulamento do Ensino Secundário do Atheneu Sergipense (Regulamento do Atheneu Sergipense). SERGIPE (Estado). **Coleção de Leis e Decretos do ano de 1908**. Aracaju: Tip. do “O Estado de Sergipe”, 1909.

Decreto nº 563, de 12 de agosto de 1911. Dá nova organização ao ensino do Estado (Regulamento do Atheneu Sergipense). SERGIPE (Estado). **Coleção de Leis e Decretos do ano de 1911**. Aracaju: Tip. do “O Estado de Sergipe”, 1912.

Decreto nº 571, de 19 de outubro de 1912. Expede Regulamento para a Instrução Pública do Estado de Sergipe. SERGIPE (Estado). **Coleção de Leis e Decretos do ano de 1912**. Aracaju: Tip. do “O Estado de Sergipe”, 1913.

Decreto nº 571, de 19 de outubro de 1912. Expede Regulamento para a Instrução Pública do Estado de Sergipe. SERGIPE (Estado). **Coleção de Leis e Decretos do ano de 1912**. Aracaju: Tip. do “O Estado de Sergipe”, 1913.

Decreto nº 587, de 9 de janeiro de 1915. Expede Regulamento para a Instrução Pública do Estado de Sergipe. SERGIPE (Estado). **Coleção de Leis e Decretos do ano de 1912**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1915.

Decreto nº 630, de 24 de abril de 1916. Dá Regulamento à Instrução Pública do Estado de Sergipe. SERGIPE (Estado). **Coleção de Leis e Decretos do ano de 1916**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1916.

Decreto nº 721, de 31 de março de 1921. **Dá novo Regulamento do Atheneu Sergipense. Aracaju: Imprensa Oficial, 1921.**

Resolução nº 1079, de 5 de maio de 1877. Aprova o Regulamento da Instrução Pública de 9 de janeiro deste ano com algumas alterações. SERGIPE (Província). **Coleção de Leis e Resoluções promulgadas pela Assembleia Legislativa Provincial (1877-1880)**. Aracaju: Tip. do “Jornal do Aracaju”, 1877.

Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, 24 de outubro de 1870. SERGIPE (Província). **Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da Província de Sergipe (1866-1872)**. Aracaju: Tip. do “Jornal do Aracaju”, 1870.

Regulamento da Instrução Pública de 9 de janeiro de 1877. SERGIPE (Província). **Coleção de Leis e Resoluções promulgadas pela Assembleia Legislativa Provincial (1876-1880)**. Aracaju: Tip. do “O Estado de Sergipe”, 1877. p. 165- 197.

Regulamento da Instrução Pública de 1889. Continua em vigor o Regulamento de 13 de março de 1881 com modificações. SERGIPE (Estado). **Compilação de Leis, Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe, vol. I (1889-1892)**. Aracaju: Tip. do “O Estado de Sergipe”, 1889. p. 8- 13.

SERGIPE (Província). **Regulamento Geral da Instrução Pública da Província de Sergipe**. Aracaju: Tip. do “Jornal de Sergipe”, 1881.

SERGIPE (Província). **Estatuto do Atheneu Sergipense**. Aracaju, 1871.

SERGIPE (Estado). **Regimento interno do Atheneu Sergipense**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1917.

SERGIPE (Estado). **Regulamento do Atheneu Pedro II (Decreto nº 940, de 2 de julho de 1926)**. Aracaju: Tip. do Instituto Profissional “Coelho e Campos”, 1926.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária segundo os Planos de Estudo (1870-1908)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005. (Tese de Doutorado)

_____. Laudas do Lyceu Sergipense (1848-1851). In: **Anais do XVII Encontro Regional de História**. Campinas: Unicamp, 2004.

ALVES, Eva Maria Siqueira e COSTA, Patrícia Rosalba S. Moura. Aspectos históricos da cadeira de sociologia nos estudos secundários. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, nº 12, jul/dez de 2006.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11- 65.

BARLETTA, Jacy Machado. Arquivos ou museus: qual o lugar dos acervos escolares? In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, nº 10, jul/dez.2005. p.101-122.

BARTALLO, Linete e MORENO, Nádina Aparecida (orgs.). **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: Eduel, 2008.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CAMARGO, Ana Maria de A. e BELLOTO, Heloísa L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORRÊA, Priscila Kaufmann. **Decifra-me ou te devoro**: levantamento e análise das fontes sobre Ensino Religioso do Colégio Progresso Campineiro na Primeira República (1900 - 1937). Campinas, SP: 2005 (Monografia de Conclusão do Curso de Pedagogia).

DANTAS, José Ibarê Costa. **Os partidos políticos em Sergipe**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar: a importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. In: **Pro-Posições**. Dossiê Cultura Escolar e Cultura Material Escolar: entre arquivos e museus, Revista da Faculdade de Educação da Unicamp, v.16, n. 1- jan-abr 2005b, p.87-102.

GALLY, Crristianne de Menezes. **Brício Cardoso no cenário das humanidades do Atheneu Sergipense (1870-1873)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro, 1925.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Brasil Império**. São Paulo: Edusp, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

MARTINS, Maria do Carmo. Os desafios para a organização do Centro de Memória da Educação da UNICAMP, ou de como constituir coletivamente um lugar de memória. In: **Livro de Resumos do V Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Évora: Universidade de Évora, v.1, 2004, p.1-16.

MARTINS, Maria do Carmo e CORRÊA, Priscila Kaufmann. Vestígios do passado: acervo documental do Colégio Progresso Campineiro. In: **Anais do II Encontro de Arquivos Escolares e Museus Escolares**. Curitiba, 2008.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, nº 10 jul/dez.2005a. p. 75-99.

_____. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas: preservar a informação, construir a memória. In: **Pro-Posições**. Dossiê Cultura Escolar e Cultura Material Escolar: entre arquivos e museus, Revista da Faculdade de Educação da Unicamp, v.16, n. 1- jan-abr, 2005b, p.105-106.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ZAIA, Iomar Barbosa e VENDRAMETO, Maria Cristina. Arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da história da educação brasileira. In: **Pro-Posições**- Dossiê Cultura Escolar e Cultura Material Escolar: entre arquivos e museus, Revista da Faculdade de Educação da Unicamp. v.16, 2005. p. 117-133.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ZAIA, Iomar Barbosa e CARVALHO, Marta Maria Chagas de Carvalho. Centro de Memória da Educação (Feusp): pesquisas e fontes documentais em história da educação. In: **Horizontes**. São Paulo, v. 23, nº 2, jul/dez, 2005. p.101-112.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NEVES, Rogério Xavier e MARTINS, Maria do Carmo. Fontes de pesquisas escolares e a formação da memória educacional. In: ZAMBONI, Ernesta. [et.al.]. **Memórias e histórias da escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, nº 10, dez. 1993. p.7-28.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

_____. A instalação da República em Sergipe. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, nº 37, 2007. p. 74-80.

_____. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. São Cristóvão: Edufs, 1999.

SANTOS, Ana Márcia Barbosa dos. **Sob a lente do discurso**: aspectos do ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense (1874-1891). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2010. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Maria Fernanda dos. **Historiografia didática em Severiano Cardoso**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe. (Monografia de Conclusão do Curso de História), 2007.

SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste e SOUSA, Renato Tarciso B. (orgs). **Arquivística**: temas contemporâneos (classificação, preservação digital e gestão do conhecimento). Distrito Federal: Senac, 2009.

SHELLEMBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Reconstituindo arquivos escolares: a experiência do GEM/MT. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, nº 10 jul/dez.2005. p.123-152.

SILVA, Eva Cristina Leite da. **Os papéis do porão na constituição da cultura escolar**: “Escola Normal Carlos Gomes” (1949-1966). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Suely Cristina Silva. **Uma história da disciplina Matemática no Atheneu Sergipense durante a ação da reforma Francisco Campos**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2011. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Rosa Fátima de. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcos Levy (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p.163-189.

STELLA, Paulo Rogério. **Ordem? Qual ordem?** A circulação de valores em um arquivo de correspondências de um grupo escolar (1905-1911). São Paulo: PUC, 2006. (Tese de Doutorado).

TELES, Igor Pereira. **Concursos para professor do Atheneu Sergipense**: o provimento da cadeira de História (1875-1910). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe (Monografia de Conclusão do Curso de História), 2009.

TRAGTENBERD, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

VIDAL, Diana Maria. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas/SP: Autores Associados, 2005a.

_____. Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, nº 10 jul/dez. 2005b. p.71-73.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas**: continuidades y cambios. Madri: Editora Morata, 2002.

_____. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. In: **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, set/out/Nov/dez. 1995, p.63-82.

_____. La escuela y la escolaridad como objetos históricos: facetas y problemas de la historia de la educación. In: **História da Educação**. Pelotas, v.12, nº 25. 2008. p. 9-54.

ZAIA, Iomar Barbosa. **Escrituração escolar**: produção, organização e movimentação de papéis nas escolas públicas paulistas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. (Tese de Doutorado)

_____. O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, nº 10 jul/dez.2005. p.153-174.

ANEXO**CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE (1901-1926)**

APRESENTAÇÃO

A intenção de compormos um Catálogo dos Relatórios do Atheneu Sergipense surgiu através do contato que tivemos com essa fonte, no processo de construção da nossa argumentação sobre o arquivo da instituição e as práticas administrativas.

Os relatórios contêm traços marcantes da história da instituição, sendo que ao longo dos anos o seu formato foi se ampliando, contando com a inserção de detalhes, no sentido de proporcionar uma visão mais completa das ações e necessidades dos sujeitos escolares.

Nesse sentido, percebemos que essa reminiscência não poderia ficar obscurecida nos Livros de Correspondências Expedidas pela instituição, mas deveria estar à disposição dos pesquisadores, já que a composição de instrumentos de pesquisa é uma prática arquivística, de cunho histórico que visa, principalmente, facilitar o acesso aos vestígios documentais.

A partir disso, este instrumento que apresentamos compõe-se de 23 relatórios, compreendidos entre os anos de 1901 e 1926, sendo que não encontramos nos Livros de Correspondências os relatórios de 1906, 1914 e 1916.

Nesse processo, criamos uma tabela de organização dos dados presentes nos aludidos documentos, composta pelos seguintes elementos: notação arquivística, autor, destinatário, principais assuntos, data limite e observações. Destacamos que a notação arquivística é a mesma das Correspondências, ou seja, os relatórios pertencem a esta série, especificados nos seus livros de registro. Assim, o código da notação é composto pelo número do Livro de Correspondências, seguido pelo código do fundo, série e subsérie.

Em relação aos principais assuntos abordados segue a Tabela 1 com as especificações.

TABELA 1. PRINCIPAIS ASSUNTOS DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE (1901-1926)

ANO DO RELATÓRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS
1901	Matrícula Exames de Preparatórios
1902	Corpo Docente e Administrativo Matrícula Prédio
1903	O Atheneu Corpo Docente Corpo Administrativo Regime Conclusão
1904	Corpo Docente Matrícula
1905	O Atheneu Sergipense Corpo Docente Matrícula Exames Gerais de Preparatórios Corpo Administrativo Conclusão
1906	Não consta no livro de Correspondências Expedidas (1898-1916).
1907	Corpo Docente Corpo Discente Edifício Pessoal Administrativo
1908	Corpo Docente Corpo Discente Edifício Pessoal Administrativo
1909	Equiparação Corpo Docente Corpo Discente Pessoal Administrativo
1910	Situação Material (Prédio) Corpo Docente Corpo Discente Concurso Exames Pessoal Administrativo

Continuação da tabela 1.

ANO DO RELATÓRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS
1911	Movimento na Diretoria Movimento do Corpo Docente Movimento do Pessoal Administrativo Matrícula Exames Disciplina Escolar Conclusão
1912	Movimento do Corpo Docente
1913	Corpos Docente e Administrativo Exames Finais Exames de Admissão Matrículas
1914	Não consta no livro de Correspondências Expedidas (1898-1916).
1915	Corpo Docente Corpo Discente Secretaria Edifício Conclusão
1916	Não consta no livro de Correspondências Expedidas (1898-1916).
1917	Edifício Exames de Admissão Ensino Exames Finais e de Promoção Corpo Docente Pessoal Administrativo Gabinete e Laboratório
1918	Matrícula Ensino Exames Finais Corpo Docente Pessoal Administrativo Edifício Gabinete e Laboratório
1919	Matrícula Ensino Exames Finais Corpo Docente Pessoal Administrativo Edifício Gabinete e Laboratórios

Continuação da tabela 1.

ANO DO RELATÓRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS
1920	Exames Finais Exames de Segunda Época Matrícula Ensino Pessoal Administrativo Edifício Anormalidade
1921	Ensino Pessoal Administrativo Ensino Prático Exames Reforma no regulamento Matrículas neste ano Exames Movimento da Portaria
1922	Ensino Corpo Administrativo Exames Finais de 1ª Época Matrícula Portaria Prédio do Atheneu
1923	Diretoria Sede do Atheneu Corpo Docente Pessoal Administrativo Curso Comercial Matrícula Ensino Material de Ensino Instrução Militar Biblioteca Arquivo Portaria Exames de 1ª Época Exames de 2ª Época Inspetor Fiscal Alterações no Regulamento Professor de Inglês do Curso Comercial Licenças, Substituições e Afastamento do Exercício
1924	Condições Materiais- O Prédio do Atheneu Corpo Docente: licença, afastamento do exercício e Substituições Pessoal Administrativo Exames de Admissão e Promoção Exames de 1ª Época Exames de 2ª Época

Continuação da tabela 1.

ANO DO RELATÓRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS
1925	Instalação Reforma do Ensino Corpo Docente Corpo Administrativo Matrícula Exames de Promoção Exames de Preparatórios de 1ª Época
1926	Homenagem a Pedro II. Alteração do Nome do Instituto O Novo Prédio: Complementos Essenciais Reforma do Ensino: Decretos nºs 912, de 12 de janeiro de 1925 e 940, de 2 de julho do corrente. Fiscalização Pessoal Administrativo Disciplina Escolar Corpo Docente: alterações na sua constituição, licenças, afastamento do exercício e remoções Anomalia na Cadeira de Desenho Outra Anormalidade Conclusão do Curso Instrução Militar Armamento Recolhido Plano de Uniforme dos Alunos Arquivo Biblioteca Expediente Portaria Concursos Exames de 1ª Época Exames de 2ª Época Exames de Admissão Matrícula

FONTE: Tabela elaborada a partir dos Relatórios do Atheneu Sergipense (1900-1926), presentes nos Livros de Correspondências Expedidas de 1889 a 1916; 1916 a 1922 e 1922 a 1932.

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
1	74FASS05a	Baltazar Goes	Secretário Geral do Governo	- Faz inúmeros elogios ao Presidente do Estado; - Elogia o corpo docente, tratando da substituição do professor de História Natural e o corpo administrativo. Comunica a transferência do bedel para o cargo de continuo do tesouro, sendo substituído por Armando Freire; - Destaca a nomeação de Olímpio de Carvalho para o lugar de amanuense; - Sobre a frequência das aulas diz que é mínima, já que os alunos não necessitam das mesmas para prestarem os exames de preparatórios, sendo frequentadas mais por aqueles que cursam o bacharelado em letras, dando o exemplo das aulas de Francês, que no início tiveram 61 matriculados e passando a ter apenas 31; - Em relação ao prédio diz que ele carece de todas as adaptabilidades possíveis para a instrução e que o Estado não dispõe de um melhor.	1901 (Agosto de 1900 a agosto de 1901)	Pág. 44 e 44v
2	74FASS05a	Baltazar Goes	Presidente do Estado	- Começa afirmando que nada digno de nota se deu no percurso do ano; - Corpo docente e administrativo: comunica que exerce bem as funções respectivas; - Matrícula dos alunos: totaliza mais de oitenta, distribuídos pelas diversas aulas; - Informa que os alunos comportaram-se, no geral muito bem; - Salienta que o prédio não é suficiente para atender às demandas; - Reclama sobre o programa das disciplinas, pois os estudantes ficam dispersos, baixando a frequência das aulas, devido a não obrigatoriedade em frequentá-las, devido aos exames de preparatórios.	1902 (Agosto de 1901 a agosto de 1902)	Pág. 50 e 50v. Encaminha quadro com a distribuição dos alunos por aula, porém não está em anexo à correspondência. Como estes relatórios são cópias registradas nos livros de correspondências não eram copiados os documentos que iam em anexo.
3	74FASS05a	Baltazar Goes	Presidente do Estado	- O Atheneu: Inicia tratando do assunto mais momentoso em relação ao Atheneu: a difícil situação vivida pelo prédio que abriga a instituição. Diante do quadro, sugere uma reforma no ensino público sergipano, a começar pelo primário, que possui profissionais descapacitados intelectualmente para o exercício da função. Complementa afirmando que um bom ensino primário é condição primordial para um bom ensino secundário e superior;- Sugere que essas mudanças que,	1903 (Agosto de 1902 a agosto de 1903)	Pág. 56 a 58

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				aliadas à equiparação do Atheneu ao Ginásio Nacional, irão contribuir para o desenvolvimento do ensino no Estado; - Sugere também que a seriação das disciplinas, obrigaria os alunos a frequentarem as aulas; - Corpo docente: tem uma boa atuação e, à exceção das aulas de grego, todas as outras são freqüentadas. Comunica o falecimento dos professores Pedro Pereira de Andrada e Luiz Carlos da Silva Lisboa; - Matrículas: 106 alunos; - Corpo Administrativo: notifica a transferência do secretário Candido Pinto de Carvalho para o cargo de Chefe de Polícia e da nomeação de João Menezes para seu substituto. - Regime: trata do estado deplorável da educação entre nós; denuncia a falta de organização das aulas do Atheneu Sergipense, que colabora com a liberdade dos alunos, os quais matriculam-se no Atheneu Sergipense como meio de fugir da vigilância dos pais e, diante disso, deixam de assistir as aulas na certeza da aprovação dos exames perante a Delegacia Federal, ato reprovado pelo diretor.- Conclusão: finaliza fazendo uma profissão de fé em prol dos direitos e deveres do povo, exaltando a participação popular na República.		
4	74FASS05a	Baltazar Goes	Presidente do Estado- Josino Menezes	- Inicia afirmando que forças contrárias, que não podem ser relatadas, impedem o progresso do Atheneu Sergipense e que relatará, objetivamente, somente o que ocorreu durante o ano, não entrando em pormenores. - Corpo Docente: informa a jubilação do lente de Aritmética e Álgebra, Joaquim do Prado Araujo Leite, pelo ato de 26 de abril, sendo substituído, por Eutychio de Novaes Lins; comunica nomeação do preparador de Ciências Físicas e Naturais, Dr. Alvaro da Silveira Brito, substituindo Francisco Natanael de Azevedo Ribeiro, falecido em 22 de julho de 1904.- Matrícula: 84 alunos; informa que na tabela anexa vão também a quantidade de alunos matriculados nos colégios e cursos preparatórios, a partir dos mapas enviados pelos seus diretores à Diretoria	1904 (Agosto de 1903 a agosto de 1904)	Pág. 63v. Como estes relatórios são cópias registradas nos livros de correspondências não eram copiados os documentos que iam em anexo.
5	74FASS05a	Candido	Presidente do Estado-	- O Atheneu Sergipense: diz da má condição do prédio e que	1905 (Agosto de 1904 a	Pág. 70 a 71.

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
		Costapinto	Josino Menezes	as condições financeiras do governo não possibilitaram melhorias. - Corpo Docente: elogia os docentes, havendo regularidade nas aulas, exceto em Grego, por falta de matrícula. Relata o falecimento prematuro do professor de Latim, Felix Diniz Barreto, sendo substituído interinamente pelo Padre Possidonio Pinheiro da Rocha, que por sua vez, entrou de licença e foi substituído pelo professor Manoel Francisco Alves de Oliveira. Em relação à cadeira de Geografia Geral e Astronomia foi nomeado interinamente Aristides da Silveira Fontes Junior. Comunica também a exoneração do professor Manoel dos Passos de Oliveira Teles, por ter sido nomeado juiz de direito de Estância. - Matrícula: 86 alunos. - Exames Gerais de Preparatórios: ressalta a idoneidade do processo de seleção, mostrando a importância dos estudos. - Corpo Administrativo: Informa que desempenha bem as funções, possuindo boa vontade e habilitação necessárias para o exercício dos cargos. - Conclusão: agradece ao governo.	Agosto de 1905)	Sobre os exames de preparatórios, diz que envia, junto com o relatório, a lista dos alunos inscritos, bem como os resultados. Como estes relatórios são cópias registradas nos livros de correspondências não eram copiados os documentos que iam em anexo.
6	74FASS05a	Candido Costapinto	Presidente do Estado-Guilherme de Souza Campos	Corpo Docente: informa que os professores Aristides da Silveira Fontes Junior e o Padre Possidonio Pinheiro da Rocha se afastaram, por tomarem assento na Assembléia Legislativa Estadual, assumindo interinamente a cadeira de Latim, o padre João Florêncio da Silva Cardoso; Ao retornar ao assento da sua cadeira, o padre Possidonio, em 1º de dezembro de 1905, torna-se lente vitalício, assim como, o professor de Aritmética e Álgebra Eutychio de Novaes Lins; Informa que o farmacêutico Luiz de Figueiredo Martins tomou posse como lente vitalício da cadeira de Grego e Aristides da Silveira Fontes Junior na cadeira de Elementos de Mecânica e Astronomia, no dia 2 de janeiro de 1906; No dia 17 de janeiro de 1906, Alfredo Montes tomou posse como vitalício da cadeira de Alemão. Em 8 de fevereiro de 1906 Alcebíades	1907 (Agosto de 1906 ⁵⁰ a 10 de Agosto de 1907)	Pág. 88v a 89v

⁵⁰ Nas correspondências expedidas do ano de 1906 não consta o encaminhamento do relatório que abrangeria o período de agosto de 1905 a agosto de 1906.

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				Correa Paes tomou posse vitalício da cadeira de Inglês; Em 14 de fevereiro, o farmacêutico Tancredo de Souza Campos tomou posse como lente vitalício da cadeira de Geografia e o farmacêutico Ulisses Vieira de Melo na cadeira de Desenho; Em 1º de maio de 1906, Tancredo de Souza Campos assumiu o exercício da cadeira de História Natural, fazendo permuta com o lente da cadeira. Em 4 de maio, o farmacêutico Antonio Gouveia Rosa assumiu o exercício da cadeira de Geografia permutando com o lente da referida cadeira; Em 11 de maio assumiu a cadeira de Desenho Leandro Diniz de Faro Dantas; Em 14 de maio o farmacêutico Ulisses Vieira de Melo assumiu o exercício da cadeira de História Geral. Lembra ainda da criação de [cadeiras] suplementares principalmente para o 1º ano. - Corpo Discente: matricularam-se 103 estudantes no 1º ano, dos quais 23 fizeram o exame, ficando no 2º ano, 15 e no 3º, 2. - Edifício: diz que não irá relatar os problemas vivenciados pelo prédio que abriga o Atheneu, sendo que o governo esforça-se para minorar a situação.- Pessoal Administrativo: informa que todos os funcionários cumprem as obrigações com dedicação.		
7	74FASS05a	Candido Costapinto	Presidente do Estado-Guilherme de Souza Campos	- Corpo Docente: trata das licenças dos professores Antonio Garcia Rosa (lente de Geografia) e Padre Possidonio Pinheiro da Rocha (lente de Latim). Solicita ao presidente do Estado o aumento no número de professores do Atheneu Sergipense, sugerindo que, diante das dificuldades financeiras, o governo deveria suspender as aulas da Escola Normal, lançando mão dos professores desta para atuarem no Atheneu Sergipense, dado que havia ainda grande número de normalistas aguardando colocação nas cadeiras do ensino primário. - Corpo Discente- trata das matrículas: 59 no período, estando a diminuição relacionada à demora no processo de equiparação ao Ginásio Nacional. - Edifício: informa que o prédio passou por uma reformar regular, não atendendo, entretanto às exigências do Regulamento em relação à comodidade exigida,	1908 (Agosto de 1907 a Agosto de 1908)	Pág. 97-98. Diz que os quadros referentes aos exames dos alunos seguem em anexo, porém não se encontram no Livro de Correspondências. Como estes relatórios são cópias registradas nos livros de correspondências não eram copiados os documentos que iam em anexo.

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				deficiência que, segundo o diretor, será superada pela construção do novo e elegante prédio, suprimindo todas as exigências de higiene e beleza. - Pessoal Administrativo: Destaca que reassumiu as funções na secretaria o amanuense-arquivista José Vilarino da Silva, em 17 de agosto de 1907, sendo logo em seguida transferido como escriturário da Assembléia Estadual, sendo substituído, em 11 de novembro de 1907, por Olímpio de Carvalho Fontes. João Menezes reassume, em 5 de maio o exercício de secretário.		
8	74FASS05a	Candido Costapinto	Presidente do Estado	- Equiparação: Trata inicialmente da equiparação ao Ginásio Nacional, por ato de nº 7129, de 26 de novembro de 1908, ressaltando que medidas urgentes foram tomadas para atender o regulamento, sendo construídos dois pavilhões, sendo ainda necessários o envidraçamento do antigo prédio e aumento da biblioteca, que logo seriam cumpridos, dado os esforços despendidos pelo governo. - Corpo Docente: Trata da insuficiência no número de docentes, em vista dos alunos matriculados, conforme mapa nº 1; - Corpo Discente: Matrícula no ano foi de 96 alunos, conforme mapa nº 2, e o resultado dos exames de 26 de fevereiro a 11 de março de 1909 segue no mapa nº 3. - Pessoal Administrativo: todos os funcionários cumpriram com suas obrigações a contento.	1909 (Agosto de 1908 a 7 de Agosto de 1909)	Pág. 97-98 Os mapas indicados no relatório não seguem na cópia registrada do Livro de Correspondências. Como estes relatórios são cópias registradas nos livros de correspondências não eram copiados os documentos que iam em anexo.
9	74FASS05a	Candido Costapinto	Presidente do Estado	- Situação Material: Elogia os esforços do governo em colaborar para a organização do Atheneu Sergipense, mesmo diante da crise financeira vivida pelo estado; Enfatiza a boa disposição, nos pavilhões, dos Gabinetes de Física e Química e História Natural, com a aquisição de mapas e aparelhos para o estudo de mecânica e astronomia; Corpo Docente: Diante insuficiência numérica, como retratado no mapa 1, sugere lentes substitutos e suplementares. - Corpo Discente: Matrícula de 125 alunos, contra 96 do ano anterior. - Concurso: Relata sobre o concurso da cadeira de História Universal, especialmente do Brasil, devido o falecimento do catedrático, farmacêutico Ulisses Vieira de Melo; Os	1910 (Agosto de 1909 a 12 de agosto de 1910)	Pág. 122-123. Não apresenta os mapas 1 e 2.

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				candidatos inscritos foram: Alfredo Cabral, Farmacêutico Durval Madureira Freire e Cirurgião dentista José de Magalhães Carneiro, sendo reprovados os dois últimos na primeira prova e, ainda, não possuindo o veredito final sobre o concurso. - Exames: encaminha os mapas 3, 4, 5 e 6, que sintetizam os resultados dos exames das respectivas épocas; Sugere que os diferentes exames de admissão não ocorresse até o dia 31 de abril, sob pena de prejudicar o início do ano letivo em 1 de abril, devido ao pagamento da taxa de matrícula. - Pessoal Administrativo: Sugere a criação do cargo de Conservador de Gabinetes, para ser ocupado por pessoas idôneas do governo, além do cargo de servente, também a ser indicado pelo governo.		
10	74FASS05a	Brício Cardoso	Presidente do Estado	Movimento na Diretoria: Brício Cardoso Comunica que está substituindo, desde 1 de julho de 1911, interinamente o diretor Candido Costapinto, que entrou em licença para tratamento de saúde, através do ato de nº 43, de 30 de junho; Agradece a sua nomeação ao presidente. - Movimento no Corpo Docente: Trata das substituições dos professores no período: Engenheiro Firmo Freire substituiu o lente de Matemática e Astronomia, que tomou assento na Assembléia Legislativa, no período de 15 de setembro a 30 de novembro de 1910; O lente de Francês substituiu o professor de Desenho, que tomou assento na Assembléia Legislativa, no período de 15 de setembro a 30 de novembro de 1910; O bacharel Alfredo Cabral assumiu a cadeira de História, obtida através de concurso, em 14 de fevereiro de 1911; O lente de Mecânica e Astronomia regeu a cadeira de Geografia, de 5 de junho a 24 de julho. - Movimento do Pessoal Administrativo: De 6 de setembro a 30 de novembro, o Secretário foi substituído pelo amanuense-arquivista. - Matrícula: 134 estudantes matricularam-se, dos quais 12 deixaram de pagar a 3ª prestação do respectivo imposto; - Exames: seguem nos mapas em anexo o resultado dos exames do ano passado e deste ano, na presença do	1911 (Agosto de 1910 a 8 de agosto de 1911)	Pág. 134v-135. Como estes relatórios são cópias registradas nos livros de correspondências não eram copiados os documentos que iam em anexo.

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				Delegado Fiscal do Governo Federal. – Disciplina Escolar: verificaram-se 3 suspensões por indisciplina no ano passado; a última, como abrangeu estudantes de 1ª a 5ª séries, foi anulada por ato do governo de 14 de junho; - Conclusão: diz que não irá apresentar ideias sobre a grave situação do ensino, visto que a reforma está prestes a ser posta em funcionamento.		
11	74FASS05a	Francisco Teixeira de Faria (Diretor interino)	Presidente do Estado	- Movimento do corpo docente: De 10 de agosto a 5 de setembro de 1911, reger a cadeira de Física e Química, o lente de Mecânica e Astronomia, Aristides da Silveira Fontes; O lente de Aritmética e Álgebra, Eutychio de Novaes Lins passou a reger a cadeira de Português do 1º e 2º ano, no dia 5 de setembro, por ato nº 88 do Presidente do Estado; O lente de Francês Abdias Bezerra passou a reger a cadeira de Aritmética e Álgebra, no dia 5 de setembro, por ato nº 89 do Presidente do Estado; O lente de Geografia e Corografia do Brasil, farmacêutico Antonio Garcia Rosa, passou a reger a cadeira de Francês, no dia 5 de setembro, por ato nº 90 do Presidente do Estado; O lente de Desenho Engenheiro Civil Leandro Diniz de Faro Dantas passou a reger a cadeira de Francês do 1º ano, no dia 5 de setembro, por ato nº 91 do Presidente do Estado; O lente de Literatura e Lógica, bacharel Joaquim do Prado Sampaio Leite passou a reger a cadeira de Filologia e Lógica por ato nº 94 do Presidente do Estado; O lente de Latim Possidonio Pinheiro da Rocha, Aristides da Silveira Fontes, lente de Física e Química e Higiene, Leandro Diniz de Faro Dantas, lente de Francês do 1º ano e o Major João Menezes, secretário- sendo este substituído pelo amanuense arquivista, que por sua vez, foi substituído pelo bedel - deixaram, no dia 5 de setembro, o exercício de suas funções para tomarem assento no Assembléia Legislativa, sendo que os três primeiros retornaram ao exercício das funções em 21 de novembro de 1911; O cirurgião dentista José de Magalhães Carneiro assumiu, no dia 11 de setembro de 1911, o exercício vitalício da cadeira de Geografia e Corografia por nomeação do	1912 (Agosto de 1911 a 2 de setembro de 1912)	Pág. 151 a 152. Ao que tudo indica, esse relatório está inconcluso, ou seja, sua cópia no Livro de Correspondências Expedidas não foi realizada na íntegra. Concluímos dessa forma, pois só constam as informações sobre o corpo docente, administrativo e faz uma única referência ao corpo discente, não estando especificados os demais pontos.

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				Presidente do Estado; O professor Manoel Francisco Alves de Oliveira assumiu a cadeira de latim em substituição ao proprietário da cadeira; O farmacêutico Antonio Garcia Rosa, lente de Francês do 2º e 3º ano assumiu o exercício da cadeira do 1º ano no dia 25 de setembro; O bacharel Leonardo Gomes de Carvalho Leite, nomeado por ato nº 92 para reger a cadeira de Moral e Educação Cívica e Noções de Direito assumiu o exercício no dia 2 de outubro; O farmacêutico Durval Madureira Freire, lente contratado da cadeira de Escrituração Mercantil assumiu no dia 9 de outubro o exercício; O bacharel Leonardo Gomes de Carvalho Leite, deixou o exercício de Moral e Educação Cívica e Noções de Direito, no dia 9 de outubro por ter assumido o cargo de chefe de polícia interino, reassumindo a cadeira em 26 de outubro; O professor Quintino Marques, lente contratado da cadeira de Desenho, assumiu o cargo no dia 14 de outubro; No dia 13 de janeiro faleceu o lente de Alemão, Alfredo Montes Junior; Possidonio Pinheiro da Rocha entrou em licença no dia 16 de julho de 1912; Tobias Coelho assumiu no dia 15 de setembro o cargo de auxiliar de preparador, por ato de nº 117; O amanuense arquivista Olimpio de Carvalho Fontes entrou em licença no dia 9 de outubro (sendo prorrogada no dia 11 de janeiro e reassumindo em 11 de abril) sendo substituído pelo bedel, Francisco Manoel da Paixão; O diretor do Atheneu Candido Costapinto reassumiu as suas funções no dia 21 de novembro; Francisco Teixeira de Faria foi nomeado para exercer o cargo de Diretor interino, no dia 29 de abril; Josafat Brandão assumiu o cargo de diretor no dia 20 de maio; No dia 24 de maio foi conferido o diploma de Bacharel de Ciências e Letras a Silvio de Oliveira Ribeiro.		
12	74FASS05a	Josaphat Brandão	Presidente do Estado	Informa apenas o encaminhamento dos mapas: nº 1, no qual relata o ocorrido com os corpos docente e administrativo, com licenças, nomeações, designações, exercícios assumidos e falecimentos; o nº 2, que contém as promoções	1913 (Setembro de 1912 a agosto de 1913)	Pág. 162v. Como estes relatórios são cópias registradas nos livros de correspondências não eram

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				regulamentares, feitas em 16 de novembro do ano passado; o nº 3 com os resultados dos exames finais , realizados de 20 a 27 de novembro do ano findo; o nº 4 referindo-se aos exames de admissão aos 2 ^{os} , 3 ^{os} , 4 ^{os} e 5 ^{os} anos, produzidos de 22 de fevereiro a 8 de março do ano em curso; e o nº 5 com a relação dos 48 alunos matriculados , sendo que 13 não pagaram a 2ª prestação.		copiados os documentos que iam em anexo.
13	74FASS05a	Francisco de Teixeira de Faria- Diretor Interino	Presidente do Estado	Corpo Docente: compôs-se de 18 lentes e 2 professores; Os lentes de Física e Química e História Natural mostraram-se satisfeitos com a atuação do Preparador; As modificações do corpo docente no período estão presentes no anexo 1.- Corpo discente: matricularam-se 75 alunos, sendo 69 do curso ginásial e 6 do curso normal, como verifica-se no anexo 2; Os anexos 3, 4, 5 e 6 dão conta dos resultados dos exames dos meses de novembro a dezembro do ano passado e de janeiro e fevereiro de 1915. – Secretaria: o pessoal compõe-se de um secretário, um amanuense, um porteiro-contínuo, dois bedéis, sendo todos solícitos aos trabalhos designados; ressalta a redução da verba do expediente de 1.000\$000 para 400\$000, que se tornou insuficiente para as despesas com material para a secretaria. – Edifício: passou por uma reforma o prédio que abriga o Atheneu Sergipense satisfazendo as exigências do serviço. - Conclui ressaltando o empenho do diretor efetivo, auxiliado pelo corpo docente, no sentido de montar uma biblioteca de livros didáticos, que venham favorecer os jovens desprovidos de fortuna; enfatiza ainda a importância da equiparação e que o governo tem ciência dessa vantagem para todos.	1915 (17 de agosto de 1914 a 31 de Julho de 1915)	Pág. 179 e 179v Como estes relatórios são cópias registradas nos livros de correspondências não eram copiados os documentos que iam em anexo.
14	981 FASS05a	Aristides da Silveira Fontes	Secretário Geral do Estado	Edifício: Ressalta as más condições do mobiliário e asseio; Foi solicitado ao governo modificações no serviço sanitário e de abastecimento de água, reparos de adaptação e asseio, bem como prover de móveis e artigos para expediente; Afirma, então, que o governo atendeu às estas solicitações, sendo o	1917 (15 de julho de 1916 a 15 de julho de 1917)	Pág. 22v a 26v. No final do relatório, indicam que os registros dos mapas citados estão no Livro de Registro de Mapas.

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				prédio asseado, salas de aula providas de mobiliário necessário, dividido em sessões distintas: sessões para trabalho da Congregação, sessão para Gabinete da Diretoria, sessão para funcionamento da secretaria e ainda um salão decentemente mobiliado para repouso dos professores; Ainda foi reservada uma das salas, aparelhadas com o necessário para permanência do porteiro e bedéis e um salão para as moças alunas do Atheneu, com um pátio bem preparado, destinado ao recreio das mesmas; Enfim, foi dotado de outros utensílios, mobiliário, utensílios e artigos de expediente; Contudo, ressalta que apesar dos melhoramentos ensejados na administração do presidente Oliveira Valadão, longe ainda estão do desejado, sendo necessário o ensino secundário ser dotado de um prédio, para melhor satisfazer as condições da pedagogia; Diz esperar do presidente que antes de deixar o cargo provenha o Estado desse melhoramento, que se unirá aos demais por ele ensejados. – Exames de Admissão: na época regulamentar apresentaram-se 28 candidatos à matrícula do curso ginasial; no curso normal 3 e no curso comercial 4; Enfatiza a sua tristeza em relação a pouca quantidade de alunos, atribuindo-se às sucessivas reformas do ensino secundário no país e a demora na equiparação do Atheneu ao ginásio nacional. – Ensino: diz que na sua gestão o ensino tem decorrido com proficiência e aproveitamento. - Exames Finais e de Promoção: ocorreram dentro da normalidade os exames de dezembro sob a fiscalização de Otavio de Oliveira, inspetor federal do Atheneu; Informa que se inscreveram para os exames das diferentes disciplinas do curso ginasial 238 examinados, sendo aprovados 153 e reprovados 85 (conforme mapa 3); Os mapas 3 e 4 dão conta do número de promoções feitas em dezembro do ano passado. – Corpo Docente: cumpre todas as atividades com idoneidade e disciplina. – Pessoal Administrativo: faz elogio ao trabalho dos mesmos, e sugere a criação de um lugar de escriturário na secretária, dado		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				o aumento extraordinário do serviço. – Gabinete e Laboratório: informa que carecem de grande suprimento de material adequado notadamente os Laboratórios de Química e Física; A deficiência do material de instrução prática põe a prova os esforços do professor para ministrar aos seus alunos um ensino regular;		
15	981 FASS05a	Aristides da Silveira Fontes	Secretário Geral do Estado	Matrícula: Requereram matrícula 83 alunos, como se pode verificar no mapa 1, sendo 78 do curso ginásial, 2 do curso normal e 3 do curso comercial. – Ensino: tem sido ministrado com proficiência e aproveitamento.- Exames Finais: Correram dentro da moralidade os exames de dezembro do ano passado, sob a fiscalização de Otávio de Oliveira, inspetor federal deste Atheneu Sergipense; Inscreveram-se para os exames finais 312 examinandos, sendo aprovados 195, reprovados 114, deixando de comparecer 3. – Corpo Docente- Informa que cumpre com seus deveres; - Pessoal Administrativo: tem sido irrepreensível no cumprimento dos seus deveres. Edifício: Apesar da reforma ensejada por Oliveira Valadão ainda está longe de preencher os fins a que se destina, tornando-se necessário o ensino secundário sergipano ser dotado de um prédio com melhores condições de funcionamento. – Gabinete e Laboratório: Dada a atenção que devemos ter para com o estudo das ciências físicas e naturais, conforme exige o programa do Pedro II, não está sendo conferida a devida atenção ao suprimento de material principalmente para os laboratórios de Química e Física, gerando deficiências no ensino ministrado pelos professores.	1918 (15 de julho de 1917 a 15 de julho de 1918	Pág. 49v a 51. Os mapas não vieram em anexo
16	981 FASS05a	Aristides da Silveira Fontes	Secretário Geral do Estado	Matrícula: 88 alunos, demonstrados no mapa 1, sendo 82 no curso ginásial, 3 no comercial, 2 no integral e 1 no normal. – Ensino: tem sido ministrado com proficiência e zelo. – Exames Finais: a partir do decreto de 360 de 3 de dezembro de 1918, que autoriza o fornecimento de certificados de aprovação, independente de exames, mediante requerimento escrito e assinado pelo candidato e atestado de identidade,	1919 (15 de julho de 1918 a 15 de julho de 1919	Pág. 84 a 87. Os mapas não vieram em anexo

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				foram distribuídos 1699 certificados e 408 requerentes, estranhos a este estabelecimento e aprovados, em consequência do mesmo decreto, 89 alunos (mapas 2 e 3, em anexo); Informa que 6 candidatos estranhos ao Atheneu preferiram submeter-se a exames, e gozarem dos favores do decreto na primeira época de exames e 9 na segunda época (mapas 4 e 5). – Corpo Docente: informa que o corpo docente cumpre com os seus deveres. – Pessoal Administrativo: comunica que este é cumpridor de seus deveres e que no dia 5 de setembro foi nomeado para o cargo de escriturário bibliotecário, Martinho de Melo Cardoso, assumindo o exercício do cargo em 6 do mesmo mês; Em 14 de janeiro do ano corrente foi nomeado, por ato de nº 04 do presidente do Estado, para o cargo de secretário, Antonio de Oliveira Bezerra. – Edifício: afirma que apesar da reforma ensejada por Oliveira Valadão, o prédio que abriga o Atheneu Sergipense ainda não possui condições de oferecer o conforto necessário, principalmente porque a instituição passou a atender quatro cursos distintos: Ginásial, Comercial, Integral e Normal; Denuncia então a pequena quantidade de salas para as aulas dos cursos no espaço de tempo compreendido entre as 9 e 14h de cada dia, algumas salas desprovidas de forro e outros elementos indispensáveis, o que culmina com o estrago de mobiliário e dos aparelhos das sessões dos gabinetes, bem como nota-se a falta de outros compartimentos, para sessão de arquivo e sala de armas; Reafirma, então, a necessidade de um novo prédio para funcionamento do Atheneu, atendendo às suas necessidades. – Gabinete e laboratórios: Afirma a necessidade de compra de materiais para o bom desenvolvimento dos estudos de ciências físicas e naturais, principalmente os laboratórios de Física e Química, dado que os esforços dos professores são vãos face à falta de materiais		
17	981 FASS05a	Jucundino de Souza Andrade	Secretário Geral do Estado	- Agradece inicialmente ao presidente do Estado Joaquim Pereira Lobo e apresenta a divisão do relatório em duas partes:	1920 (16 de Julho de 1919 a 15 julho de	Pág. 102 a 105. Na correspondência seguinte, o

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				a primeira abrangendo o último período da administração de Aristides Fontes, e a segunda o período que começa em 27 de fevereiro, data que assumiu a direção da instituição.- Exames Finais: inscreveram-se 191 alunos, sendo aprovados 121, reprovados 69 e deixando de comparecer 1 aluno (ver mapa 1). – Exames de Segunda Época: prestaram 7 candidatos, dos quais 6 foram examinados com resultado constante e um deixou de comparecer; Os exames ocorreram dentro da normalidade.- Matrícula: 67 alunos, nas diferentes séries, sendo 63 para o curso ginásial e 4 para o curso comercial, 35 do sexo masculino e 32 do sexo feminino. – Ensino: informa que tem sido ministrado com proficiência e aproveitamento. – Pessoal Administrativo: informa que tem cumprido com os seus deveres. – Edifício: Trata da impossibilidade do edifício do Atheneu em abrigar as aulas da instituição, resumindo-se: a) A insuficiência de espaço e de salas para as aulas; b) Falta de suprimento de materiais adequados à demonstrações práticas nas aulas de Ciências Físicas e Naturais; c) Falta de provisão e conservação de materiais dos aparelhos dos gabinetes; e acrescenta ainda: a) O edifício não tem estética nem aparência de grandeza que convém a um instituto ginásial, estando abaixo dos grupos escolares desta capital, aos quais ele se acha em humilhante contraste; b) A disposição dispersa das salas de aulas e dos outros compartimentos dificulta a perfeita fiscalização dos alunos; Diante disso, afirma da necessidade de construção de um prédio para o Atheneu Sergipense, satisfazendo, assim, as necessidades do ensino secundário. – Anormalidade: ressalta a greve dos alunos no dia 28 de maio findo, como protesto de solidariedade aos seus colegas da Bahia, devido ao incidente ocorrido entre os alunos da Academia de Direito da Bahia e força do exército; Após as medidas tomadas pela presidência do Estado, junto à diretoria do Atheneu Sergipense alguns alunos retornaram às aulas e os outros pouco a pouco foram seguindo o exemplo, sendo que	1920)	diretor encaminha o relatório junto com os mapas.

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				dentro de dez dias, tudo ficou normalizado, voltando o resto dos grevistas a freqüentarem as aulas.		
18	981 FASS05a	Jucundino de Souza Andrade	Secretário Geral do Estado	O ensino- informa que o Atheneu Sergipense tem funcionado com a máxima regularidade e o ensino continua a ser ministrado da melhor maneira possível e que os professores possuem incontestável competência profissional.– Pessoal administrativo: informa que este tem cumprido com suas obrigações; Informa sobre o pedido de demissão do porteiro-contínuo e da nomeação de Luiz Curvelo de Mendonça para substituí-lo, sendo então Eliezer das Chagas Muniz, por decreto de 9 de novembro de 1920, substituído no cargo de inspetor de alunos por Augusto da Paixão Paiva. Ambos assumiram os cargos no dia 19 de novembro; Ressalta do empenho de todos os funcionários, destacando a atuação de Eliezer das Chagas Muniz como porteiro, auxiliando nos diversos serviços da secretaria. – Ensino Prático: informa que continua a ser deficiente, devido à falta de material; Comunica que está organizando uma lista com os objetos essenciais de que carecem os gabinetes de Ciências Naturais e as sessões de Geografia Geral, Corografia do Brasil e Lições de Cosmografia e Desenho, para ser submetida à apreciação do presidente e, assim, serem solicitados os objetos logo que possível. Exames- Inscreveram-se para os exames de primeira época nas diferentes matérias do curso ginásial 136 candidatos, sendo 28 matriculados e 108 não matriculados; Os exames apresentaram os seguintes resultados: Aprovações: 49; 201; reprovações: 21; Informa que foi franqueada a inscrição nos exames de 2ª época, a partir do decreto federal nº 4228, de 30 de dezembro de 1920, para alunos estranhos ao Atheneu sergipense, pois até então os mesmos eram privativos aos alunos da instituição; Como vai discriminado nos anexos nº 1 e 2, inscreveram-se para os exames 26 candidatos, sendo 13 do Atheneu Sergipense e 13 não matriculados; O resultado dos exames foi: - Matriculados: aprovados 7; reprovações 6, total	1921 (16 de Julho de 1920 a 15 julho de 1921)	Pág. 162 a 167 Como estes relatórios são cópias registradas nos livros de correspondências não eram copiados os documentos que iam em anexo.

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				13. Não matriculados: Aprovações 18, reprovações 18, total das inscrições em todos as matérias= 31. – Reforma no Regulamento: Fala da necessidade de reorganização do Regulamento do Atheneu nos moldes do regimento interno do Colégio Pedro II; Explica que a necessidade vem justamente da centralização que o Conselho Superior do Ensino vem imprimindo ao ensino secundário, mormente os ginásios equiparados perderem as regalias da equiparação; Sugere, então, ao Presidente do Estado que a reforma venha junto com o novo regulamento da instrução que ainda se encontra em elaboração, dando na parte que cabe ao Atheneu especial atenção, adaptando ao regimento do colégio modelo, obedecendo-se às últimas modificações introduzidas por lei no ensino secundário e tudo o quanto for necessário a fim de estimular professores e alunos e assegurar uma boa disciplina; Ressalta que foram suspensos os cursos normal, comercial e integral pelo Regulamento posto em prática pelo decreto nº 721 de 31 de março, sendo postos à disposição os professores; Assim sendo, em virtude da nova distribuição das disciplinas para o curso ginasial foram unificadas as cadeiras até então separadas de Psicologia, Lógica e História da Filosofia e Noções de Direito Público e de Direito Comercial, as quais suprimidas a parte que trata de Direito Público e Comercial ficaram constituindo a cadeira de Psicologia, Lógica e História da Filosofia; Para regê-la foi designado Virginio de Sant'Anna, entrando em regência no dia 21 de maio. – Matrículas neste ano: totalizaram 59 alunos, 29 do sexo masculino e 30 do sexo feminino, distribuídos pelas diferentes séries: 1º ano: sexo masculino 9; feminino- 15, total de 24; 2º ano: sexo masculino 10; feminino- 8, total de 18; 3º ano: sexo masculino 1; feminino- 2, total de 3. – Exames: foram aprovados 24 dos 37; Ressalta a situação do rigor posto em prática no ensino, devido às conseqüências da aprovação de alunos do primeiro para o segundo ano, sem obterem		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				capacidade devida para continuar nos outros anos; Assim, o diretor cita as palavras do diretor, sem citar o nome, de um dos grandes colégios do país, o qual afirma que os primeiros anos são de suma importância para a formação do aluno, visto que nele é formada uma base que garantirá êxito nas outras etapas. – Movimento da Portaria: ofícios recebidos 66; ofícios expedidos: 114. – Prédio: trata das necessidades que urgem em relação ao bom funcionamento e que o Atheneu Sergipense necessita de um novo lugar para exercer a sua função de mentor do ensino secundário no Estado, mas minimiza a situação dizendo entender que o governo ainda não tomou as devidas providências, devido à grave situação econômica vivida no Estado.		
19	193 FASS05a	Jucundino de Souza Andrade	Secretário Geral do Estado	Ensino- informa que o ensino continua funcionando com regularidade, sendo que o corpo docente vem desprendendo muitos esforços para tal empreitada. – Corpo Administrativo: continua cumprindo suas tarefas da melhor maneira possível; Comunica o falecimento do secretário de Oliveira Bezerra, sendo substituído pelo escrivão-arquivista Clinio Bastos, sendo este, por sua vez, substituído pelo escrivão-bibliotecário Martinho de Melo Cardoso, que foi substituído pelo porteiro-contínuo Eliezer das Chagas Muniz, que foi substituído por Pericles Hora, sendo todas estas nomeações feitas em 20 de maio pelo Presidente do Estado; Elogia então o ato do governo, ao tempo em que faz menção à dedicação e presteza de Pericles Hora no exercício da função de porteiro, passando a integrar o quadro administrativo da instituição; Sugere, então, que os vencimentos desse pessoal sejam melhorados. – Exames Finais de 1ª época: inscreveram-se nas diferentes séries do ginásio, conforme anexo 1, 154 candidatos, dos quais 24 são matriculados no Atheneu Sergipense e 129 não são matriculados; O resultado foi: Aprovados: 288 [?]; Reprovados 87, deixaram de comparecer 8. – Exames Finais de 2ª época: no anexo 1 estão	1922 (16 de Julho de 1921 a 15 julho de 1922)	Pág. 14 a 15.

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				especificados os números, sendo 38 o número de inscritos [A página do documento está danificada, não podendo ser observado parte do conteúdo], sendo 37 aprovados e 1 reprovado. – Matrícula: de acordo com o anexo 2, o movimento da matrícula foi o seguinte: 1º ano - sexo masculino 15; sexo feminino: 5; total 20; 2º ano- sexo masculino 10; sexo feminino: 13; total 23; 3º ano: sexo masculino 3; sexo feminino: 1; total 4; 4º ano- - sexo masculino 3; sexo feminino: 2; total 5; 5º ano - sexo masculino 4; sexo feminino: 2; total 6. Total Geral do sexo masculino 35 e do sexo feminino 23, total geral 58. – Portaria: Ofícios expedidos 106, recebidos 22 e petições 503 (conforme anexo 3). – Prédio do Atheneu- Afirma que necessita de uma remodelação radical, senão uma reconstrução que lhe altere a feição arquitetônica e as disposições internas, colocando-o numa posição que lhe confere o mais alto estabelecimento de instrução do estado.		
20	193 FASS05a	Alcebíades Correia Paes	Secretário Geral do Estado	Diretoria- relata a sua entrada no cargo de diretor do Atheneu, em 30 de maio, por ato de 28 de maio.- A sede do Atheneu: afirma primeiramente que são lastimáveis as condições em que se encontram o instituto: acanhadíssimo, não tem estética, estragado, goteja por toda a parte, o cupim já tomou conta do teto, as portas e janelas cedem a menor pressão; Reclama então do descaso do governo para com o Atheneu Sergipense, à vista de serem construídos palácios para abrigar o ensino primário. – Corpo Docente: pede para verificar o quadro 1; Elogia os docentes, e diz que o ensino vai bem e se não é mais eficiente é porque são mal remunerados, tendo que procurar dispersar a sua atividade fora do magistério oficial, como forma de completar o modesto orçamento; solicita então aumento nos vencimentos dos professores do Atheneu, porque os docentes do ginásio não ganham em proporção o mesmo que os funcionários do Estado; Sugere, então, que fosse criada uma gratificação adicional nas mesmas bases que os docentes do	1923 (30 de junho de 1922 a 30 de junho de 1923)	Pág. 42 a 54.

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				Ginásio Nacional; Chama a atenção para o fato absurdo de um professor com 20 ou 30 anos de serviço receber as mesmas vantagens que um que possui um ano; Enfatiza o caso do professor Adolfo Valadão, professor interino de Gramática e Evoluções Militares e professor substituto da cadeira de Geometria Descritiva e Agrimensura, de que era catedrático o engenheiro Gentil Tavares da Mota. Só que Adolfo Valadão achava-se afastado do Atheneu há mais de cinco anos em comissão do governo, sem que isto constasse na escrituração do estabelecimento; Acrescente-se a isso, a supressão da cadeira da qual Valadão era professor substituto e parte (Evoluções Militares) da que é professor interino, havendo no Atheneu um instrutor Militar nomeado pelo general comandante da 6ª região militar (Bahia); Denuncia ainda que pelo Regulamento em vigor, o corpo docente era para ser composto de 13 professores catedráticos, 2 professores e 12 professores substitutos, sendo as despesa com os mesmos no orçada no valor de 83:200\$000. Contudo, denuncia o diretor, existiam apenas 5 professores substitutos, sendo um de cadeira supressa e, no entanto, a despesa só com o professorado e dois auxiliares de ensino chegava a 120:800\$000, ou seja, um excesso de 37:680\$000; Complementa, então, que havia uma má vontade dos governos passadas contra os professores do Atheneu Sergipense. – Pessoal Administrativo (anexo 2): diz ter uma excelente impressão dos três funcionários: Clinio Bastos, o secretário; o escriturário-bibliotecário, Eliezer das Chagas Muniz e o porteiro-contínuo Péricles Hora; Faz outra observação, dizendo não saber o motivo da equiparação dos vencimentos do bedel, Homero Guerra Fontes, com os do porteiro- contínuo, sendo que neste último cargo ocupa um empregado modelar, que não se limita a fazer suas obrigações e só pode encontrar desânimo na irregularidade apontada. Assim, conclui que não é sua intenção de pedir a redução do vencimento do bedel, mas que seja desfeita a equiparação,		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				melhorando a situação do porteiro, e por coerência a dos escriturários, dos inspetores de alunos, do servente, cujos vencimentos são miseráveis.- Curso Comercial: informa que por decreto de 16 de janeiro de 1923, foi restaurado o curso Comercial do Atheneu Sergipense, suprimido em 31 de março de 1921, sendo que no dia 9 de abril, o governo conferiu organização autônoma, sob a denominação de Escola de Comércio, sendo seus professores tirados do quadro do Atheneu Sergipense. – Matrícula: o diretor lamenta a situação do número de alunos matriculados, que, segundo o diretor, é um mal que data da instituição da Lei Orgânica do Ensino de Rivadávia Correia, sendo que a reforma Carlos Maximiliano não logrou melhorar a situação; Assim descreve que o número de matriculados (anexo 1) foi de 50 alunos, sendo 18 na primeira série e 19 na segunda, 8 na terceira e 5 na quinta, não havendo candidatos na 4ª série, depreendendo-se que não haverão alunos na quinta série; Informa que nos exames de admissão do 1º ano foram aproveitados 18 alunos, que têm revelado bom aproveitamento, o que demonstra o empenho da comissão examinadora; No curso Comercial, matricularam-se 66 alunos (anexo 5), sete dos quais independentes dos exames de admissão, por terem exibido documentos comprobatórios de habilitação (Observa que trata do curso comercial, porque na época da matrícula ainda pertencia ao Atheneu Sergipense); A partir de então o diretor passa a explicar o porquê da deficiência da matrícula no Atheneu Sergipense: Primeiro, ressalta que antes da Lei Orgânica do Ensino, para o ingresso nas Escolas Superiores era obrigatório cursar as aulas dos Ginásios Oficiais, porque somente estes poderiam prestar exames de Preparatórios, não havendo nos ginásios exames para estranhos, tornando, inclusive, impossível a existência de colégios particulares de ensino secundário, sendo assim, floresciam os ginásios oficiais; A Reforma Rivadávia instituiu o exame de vestibular nas academias acabando com a regalia		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				do acesso ao nível superior, unicamente através dos ginásios oficiais, despovoando-os de alunos. Assim, alunos do Atheneu que apenas concluíram o primeiro ano ingressaram na Escola de Direito da Bahia. - Ensino: informa que as aulas foram reabertas no dia 2 de abril e depois tiveram pequenas férias em junho; Trata, segundo ele, de uma anomalia ocorrida na cadeira de Português, que atendia a alunos que se destinavam aos cursos de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia e também aos cursos de Medicina, Direito e Engenharia, sendo que para os últimos os exames abrangiam gramática histórica, conteúdo elementar para os primeiros. Nesse contexto, o diretor apresenta uma solução que seria dividir o 3º ano em duas classes, entregando-as ao mesmo professor e confiando o 1º e o 2º anos a outro professor, tendo os catedráticos de português seis horas de aulas semanais, o que não seria um abuso, já que os professores de Francês e Inglês tinham nove. - Material de Ensino: diz que o Atheneu, nesse sentido, acha-se desprovido de tudo, apresentando as queixas dos professores de Desenho, salientando também que para o ensino de Geografia e Cosmografia não há nada para auxiliar o professor, nem mesmo mapas e os Gabinetes de Física e Química e Ciências Naturais são deficientíssimos, sendo que vários materiais já estão inutilizados. - Instrução Militar: afirma que o Atheneu é um estabelecimento militarizado, possuindo um instrutor nomeado pelo comandante da 6ª Região Militar. Lamenta, então, ainda não ter formado um reservista, devido às condições materiais, sendo que somente em 1923 iniciariam as aulas, pelo motivo de não ter ainda material necessário, faltando ainda um fuzil, sem o qual não tem como formar atiradores. Conclui afirmando que esperará as providências do governo. - Biblioteca: denuncia de “letra morta” todo o artigo 234 do Regulamento que diz criação de uma biblioteca para os alunos e professores do Atheneu, ficando a cargo do escriturário-bibliotecário. O diretor afirma que é tudo ilusão,		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				pois o prédio do Atheneu não tem condições para abrigar as obras, inclusive, existem livros, que não estão disponibilizados aos alunos, pois se encontram guardados na secretaria, por falta de um compartimento próprio. –Arquivo: Ressalta que não encontrou em boas condições o arquivo do Atheneu, que estava instalado em uma sala horrível e sem a menor segurança, mandando recolher o material a dois velhos armários da secretaria, sendo que, presentemente, todo documento solicitado poderia ser encontrado com facilidade. –Portaria: Ressalta, inicialmente, o aumento do fluxo em relação ao ano anterior, sendo recebidos 860 documentos e recebidos 152, contra 52 e 109 do ano anterior, havendo aumento de 333 na entrada e 43 na saída. –Exames de 1ª época: informa que as inscrições foram abertas no dia 20 de novembro, inscrevendo-se um total de 547 alunos (conforme anexo 6), assim distribuídos: 51 em Português, 42 em Francês, 45 em Inglês, 30 em Latim, 63 em Aritmética, 38 em Álgebra, 25 em geometria, 53 em Física e Química, 56 [?] em História Natural, 77 em Geografia, 23 em História Geral, 41 em História do Brasil e Desenho. Desse total foram aprovados 340 alunos, sendo 34 em Português, 22 em Francês, 29 em Inglês, 25 em Latim, 29 em Aritmética, 15 em Álgebra, 6 em geometria, 31 em Física e Química, 32 em História Natural, 62 em Geografia, 20 em História Geral, 32 em História do Brasil e 3 em Desenho, sendo 166 o número de reprovações, ou seja, 32, 8%. 41 exames deixaram de ser realizados, 18 pela falta dos candidatos e 23 por terem sido reprovados. –Exames de 2ª época: transcorrerão de 01 a 08 de março de 1923 (anexo 7), sendo as inscrições de 18 a 28 de fevereiro. Inscreveram-se 62 candidatos, dos quais 44 aprovados, sendo 4 plenas e 40 simples, assim distribuídos: 4 em Português de um total de 5 inscrições; 4 em Francês de um total de 7 inscrições; 6 em Aritmética de um total de 9; 2 de Álgebra de um total de 3; 6 de Geometria de um total de 6; 8 de Física e Química de um		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				total de 12; 10 de História Natural de um total de 14; 4 de Geografia de um total de 4. Foram reprovados 14 alunos, deixando-se de efetuar 4 exames. –Inspetor Fiscal: elogia o Inspetor Fiscal do Atheneu Sergipense Otaviano Vieira de Melo, como o melhor dos últimos tempos, sendo ele bem presente na realização dos exames, assistindo as aulas e estimulando alunos e professores. –Alterações no Regulamento: ressalta a proibição prevista no Decreto de 5 de março de 1923, que proibiu aos professores do Atheneu lecionarem as matérias que lêem na instituição a particulares; Relata que a alteração dada ao capítulo XVIII do regulamento, através do decreto de 30 de abril, suprimindo a gratificação especial para professores que não tem substituto. – Disponibilidades que findam e cadeiras que se restaram: afirma que com a restauração do curso Comercial, o governo, através do Decreto nº 736, de 23 de novembro de 1923, fez cessar a disponibilidade em que se achavam os professores catedráticos, Antonio Garcia Rosa de Francês,; José Magalhães Carneiro, de Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia; Odilon Oliveira Cardoso, de Aritmética; Francisco Monteiro de Carvalho Filho, de Escrituração Mercantil; Leonardo Gomes de Carvalho Leite, de Noções de Sociologia e Direito Usual; e Augusto Cesar Leite, de Noções de Higiene Geral. Assim sendo, todos esses professores foram desligados do Atheneu, passando a fazer parte da Escola do Comércio, sendo que Garcia Rosa e José de Magalhães Carneiro tiveram as suas cadeiras restauradas, sendo designados a servir na comissão da escola; Através do Decreto nº 756, de 16 de janeiro cessaram a disponibilidade dos professores Padre Possidônio Pinheiro da Rocha de Latim, e Joaquim do Prado de Sampaio Leite de Psicologia e Lógica, voltando a reger as cadeiras no curso ginasial; Adolfo Ávila Lima, de Pedagogia e Metodologia foi mandado funcionar [sic] na Escola Normal e Gentil Tavares da Mota, de		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				Geometria Descritiva, etc, foi designado para lecionar no Liceu, hoje Instituto Coelho e Campos. –Professor de Inglês do Curso Comercial: informa a nomeação como professor vitalício de Inglês do curso Comercial do Atheneu, por decreto de 1º de março, o professor substituto de Geometria e Trigonometria do Curso Ginásial, Manoel Franco Freire, ficando vacante a vaga para substituto, em seguida elogia a escolha do governo. – Licenças, substituições e afastamento do exercício: afastaram-se das funções assumidas no Atheneu Sergipense, uns licenciados, outros funcionando como deputados, na Assembléia Legislativa, os professores Rubens de Figueiredo Martins, substituto de Desenho, Manuel José dos Santos Melo, catedrático de Português, Artur Fortes, catedrático de História Geral e do Brasil, Clodomir de Souza Silva, substituto de Português, monsenhor Adalberto Sobral, catedrático de Latim e Virgínio de Sant’Ana, catedrático de Psicologia e Lógica e História da Filosofia; Informa a prorrogação da licença de Rubens de Figueiredo Martins, professor de Desenho, em 17 de outubro de 1922, sendo substituído por Quintino Marques; Manuel José dos Santos Melo, catedrático de Português retoma as suas atividades em 21 de outubro; Manuel Candido dos Santos Pereira deixou de substituir o professor de Português, catedrático Santos Melo, dia 21; Clodomir Souza Silva, professor substituto de Português tomou assento como deputado na Assembléia no dia 17 de julho de 1922, retornando no dia 8 de novembro; Monsenhor Adalberto Sobral entrou em gozo de disfarce [sic] de 30 dias, prorrogado por mais 30, sendo substituído por Manuel Cândido dos Santos Pereira; Virgínio de Sant’Ana, catedrático de Psicologia e Lógica e História da Filosofia entrou em licença por noventa dias.		
21	193 FASS05a	Alcebíades Correia Paes	Secretário Geral do Estado	Inicia justificando a entrega do relatório no mês de agosto, explicando que os fatos que se deram no Estado nos últimos tempos não permitiu o cumprimento do prazo. –Condições	1924 (15 de julho de 1923 a 15 de julho de 1924)	Pág. 77 a 84

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				Materiais- O prédio do Atheneu- Aparelhamento Pedagógico: Reafirma a situação de precariedade vivida pelo prédio do Atheneu, em contraste com os prédios destinados ao ensino normal e primário, o que causa desagradável surpresa aos visitantes; Afirma que a casa é de aspecto “miserável”, faltando-lhe material pedagógico para um ensino proveitoso; Chega a afirmar, ironicamente, que a instituição não possui gabinetes de Física e Química e Ciências Naturais – adquiridos na administração de Rodrigues Dórea, dada a situação deplorável em que se encontram os objetos, prejudicando a realização das provas práticas; Ressalta também que miserável é a situação em que se encontra a cadeira de Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia e a de Desenho. Solicita, então, providências urgentes. Em seguida, apresenta um ofício do Presidente do Conselho Superior de Ensino endereçado ao Presidente do Estado do Espírito Santo, que trata de situação parecida ocorrida no seu ginásio oficial, no qual destaca as necessidades do mesmo: a) edifício próprio para o funcionamento; b) Organização dos Gabinetes de Física e Química e História Natural; c) Reorganização dos serviços na secretaria, que só possui um funcionário; Assim, o presidente do Conselho afirma que, de nada adiantará ser equiparado obtendo as regalias, sem o ônus decorrente da mesma. Diante do exposto, Alcebíades diz que a única diferença entre o Atheneu e o ginásio citado é a secretaria, que está perfeitamente organizada. Concluindo, o diretor solicita que o governo não permita que o desinteresse possa usurpar a equiparação. -Corpo Docente: anexo 1; -Licença, afastamento do exercício e substituições: - Virgínio de Sant’Ana, catedrático Psicologia e Lógica e História da Filosofia, recebeu prorrogamento da licença, em 21 de julho, retornando ao exercício da função em 11 de outubro de 1923; Afastamento de exercício por desempenho de mandato eletivo: Artur Fortes, catedrático de História Geral e do Brasil, afastou-		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				se para atuar como deputado na Assembléia, sendo substituído por Luiz José da Costa Filho, retomando a sua cadeira em 8 de novembro; Cadeira que muda de professor: Manuel Franco Freire assume como efetivo a cadeira de Geometria e Trigonometria em substituição ao professor Franco Freire, transferido para a Escola Normal Rui Barbosa; Pelo mesmo ato o professor Manuel Franco Freire foi designado para ler a cadeira de Inglês da Escola do Comércio Conselheiro Orlando, recebendo igual gratificação à do seu cargo efetivo. Afastamento de exercício por comissão: Manuel Xavier de Oliveira foi designado para substituir Abdias Bezerra, catedrático de Aritmética e Álgebra, que estava viajando para o sul do país, retornando em 7 de julho; Comunica a escolha do padre Possidônio Pinheiro da Rocha pelo governo para escrever uma história do ensino secundário sergipano e sua estatística, sendo convidado a assumir interinamente a cadeira de Latim, o Monsenhor Adalberto Sobral, assumindo o cargo a 1º de junho. –Pessoal Administrativo: (ver anexo 2) Elogia o trabalho de Clinio Bastos, secretário, Eliezer das Chagas Muniz, escriturário-bibliotecário, escriturário-arquivista, cirurgião dentista Martinho de Melo Cardoso e Porteiro-continuo, Pericles Hora. Licença e Substituição: o escriturário-arquivista, cirurgião dentista Martinho de Melo Cardoso entrou em licença sendo substituído por Pericles Hora, retornando em 8 de outubro. Exames de Admissão e Promoção. Matrícula- (quadro nº 3): Exame de admissão ao curso ginasial: 44 de ambos os sexos, sendo aprovados 35 e 9 reprovados; Ressalta o aumento em relação a 1923; Os exames de promoção foram realizados em 19 de novembro de 1923 (anexos 5,6,7, 8). Sobre a matrícula, neste ano de 1924, foi de 63 alunos contra 51 do ano passado. Desse total, 58 são do curso ginasial e 5 parcelados ou avulsos, assim Distribuídos: 33 no primeiro ano, 19 no segundo, 5 no terceiro e 1 no quarto. – Exames de 1ª época: informa da antecipação dos exames		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				para dia 20 de novembro, sendo candidatos 208 alunos, num total de 478 inscrições (anexo 9). Assim, 3 foram aprovados com distinção, 115 plenamente, 200 simplesmente (total de aprovações 318), 134 foram reprovados, 16 não foram admitidos a exames e 22 não compareceram, perfazendo um total de 490. O desacordo observado entre os inscritos, 478 e o total obtido, é porque os alunos do 2º ano fazem exame parcial de Geografia, independentemente de inscrição e estes alunos foram num total de 12 (478+12=490). - Exames de 2ª época: para estes que se realizam no início de março inscreveram-se 31 candidatos, num total de 39. Resultado geral: 6 aprovações plenas, 18 simples e 12 reprovações, deixando-se de realizar 3 exames, pois os candidatos não possuíam matéria de procedência.		
22	193 FASS05a	Alcebíades Correia Paes	Secretário Geral do Estado	Instalação- reitera as instalações precárias, afirmando que falta tudo: casa e material de ensino, mas enfatiza a iniciativa do governo na construção do prédio do Atheneu Sergipense, sendo que o novo edifício, pela solidez da sua feitura, há de se destacar na capital, não deixando a dever a nenhum outro ginásio do país. Contudo, ressalta como complemento essencial a aquisição de mobiliário condigno e material pedagógico, bem como a organização de uma biblioteca de obras didáticas, para entreter os alunos nos intervalos das aulas, incentivando- os à leitura, bem como contribuindo para o sossego e o silêncio na instituição. – Reforma do ensino: ressalta a instituição do decreto 16.782 A que estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organizando o Departamento Nacional de Ensino, reformando o ensino secundário e superior. Afirma que a solução apontada para o ensino secundário não foi a mais feliz, ficando inferior ao que veio substituir. Assim, explica que foi reduzido o ensino de inglês e alemão a dois anos e com o agravante de deslocar do 3º para o 2º o seu início; deu menos importância a álgebra, suprimindo-lhe um ano e colocou uma matéria	1925 (20 de julho de 1924 a 20 de julho de 1925)	Pág. 101 a 109.

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				complexa como história universal no primeiro ano, além de criar a cadeira de moral e cívica colocando-a no início do curso. Enfatiza que outra mudança foi instituída em relação à substituição do regime de exames parcelados pelos exames seriados, com a obrigação de todos os candidatos à matrícula em qualquer curso das escolas superiores fazerem o exame do mesmo número de matérias. Além disso, o lado bom da reforma, conforme o diretor, esteve na ampliação do estudo de português e do latim e a criação das cadeiras de filosofia (mal conhecida na seriação) e filosofia. Por outro lado, infelizmente foi criado um sexto ano no curso secundário, com as cadeiras de literatura brasileira, literatura das línguas latinas, sociologia e o ensino de história da filosofia, sendo que o estudo deste sexto ano foi tornado facultativo, ou seja, afirma o diretor “não terá alunos”. Nesse contexto, o Presidente do Estado nomeou comissão específica, composta pelos professores Alcebíades Correia Paes, Abdias Bezerra, Artur Fortes e Clodomir Silva para fazer as adaptações necessárias no Regulamento e no Regimento Interno do Atheneu Sergipense. A comissão, contudo, ainda não havia se reunido, pelo fato de o “ginásio paradigma (Colégio Pedro II)” ter publicado o seu novo regulamento. Além disso, o art.269, estabelece prazo de um ano para as instituições equiparadas se adequarem às novas determinações, sendo que passado o prazo, a equiparação poderá ser cassada. –Corpo Docente: diz encaminhar através do anexo 1 as informações sobre o corpo docente, que trabalha com idoneidade, havendo apenas algumas exceções, destacando o seguinte movimento: De 5 de setembro a 7 de novembro o professor de História, Artur Fortes tomou assento na Assembléia Legislativa e foi substituído por Manoel Candido, visto que para o professor substituto Luiz José da Costa Filho não foi possível assumir a regência de toda a cadeira (história do Brasil e universal); A partir de 5 de setembro, o professor de Física e Química Aristides da Silveira		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				Fontes foi substituído pelo professor substituto, farmacêutico José de Andrade Carvalho [?]; Por ato nº 73 de 23 de fevereiro de 1925 foi mandado voltar ao exercício da cadeira de Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia, o cirurgião dentista José de Magalhães Carneiro, que vinha exercendo comissão na escola do comércio “Conselheiro Orlando”, retornando no dia 5 de março, se afastando logo em seguida para assumir outra comissão do gênero (de compilações das leis e decretos do estado). Diante do retorno do professor José de Magalhães Carneiro ao Atheneu Sergipense, Luiz de Figueiredo Martins, igualmente catedrático de Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia, foi designado por ato nº 114, de 23 de março par, em comissão, lecionara última parte da matéria (cosmografia), assumindo o respectivo cargo no dia 24. Não havendo sido designado ninguém para assumir o lugar de Magalhães Carneiro, a segunda e a primeira parte da cadeira vem sendo ministrada pelo diretor do Atheneu, sem remuneração. O professor Monsenhor Adalberto Sobral, de Latim, por estar em peregrinação aos lugares sagrados da Palestina foi substituído por padre Alberto Bragança de Azevedo; Para a cadeira de Filosofia e História da Filosofia, criada pela reforma, foi definido por ato nº 161, de 2 de maio, o catedrático de Psicologia e Lógica e História da Filosofia, Virginio de Sant’Ana, que assumiu o exercício no dia 1º de junho, mas não deu uma só aula. O professor substituto de Desenho Rubens de Figueiredo Martins foi substituído por Quintino Marques, reassumindo suas funções antes do prazo de vencimento da licença. O professor Leonardo Gomes de Carvalho Leite foi transferido, por ato nº 217, de 5 de junho da cadeira de Educação Moral e Cívica, Noções de Sociologia e Direito Usual para a de Instrução Moral e Cívica, criada pela reforma, assumindo o exercício no dia 18 de junho. Por fim, voltou à função o catedrático de Francês Antonio Garcia Rosa,		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				em 14 de outubro de 1924, após exercer cargo em comissão na escola de comércio. – Corpo Administrativo: está especificado no anexo 2. Inicia informando que com a saída do escriturário-arquivista, cirurgião Martinho de Melo Cardoso, aposentado pelo governo em cargo estranho ao Atheneu, foram promovidos os seguintes funcionários: o porteiro-contínuo Péricles Hora assumiu o cargo de escriturário-arquivista; o bedel Homero Guerra Fontes a porteiro-contínuo e o inspetor de alunos, Augusto da Paixão Pavão para bedel e para o lugar de inspetor de alunos foi nomeado Florival de [?] Tavares. Faz encômios aos funcionários Clínio Bastos, secretário, Pericles Hora e Eliezer das Chagas Muniz. Informa que por ato 150, de 5 de novembro foi nomeado para inspetor de alunos, cargo criado em substituição ao de servente-inspetor de alunos, que foi suprimido, Julieta Santos, que vinha servindo nesse último, assumindo o exercício da nova função no dia 06. Informa que o inspetor de alunos Augusto da Paixão Pavão entrou de férias de 25 de agosto a 4 de setembro, quando assumiu o cargo o bedel, sendo substituído por Pericles Hora, que não recebeu qualquer remuneração, e de 9 a 25 de junho, foi substituído por Florival Tavares. Informa que em 25 de abril foi imposta ao porteiro-contínuo Homero Guerra Fontes, pena de suspensão por 15 dias, por faltas graves cometidas no exercício de sua função, sendo substituído pelo bedel Augusto Paixão Pavão, que, por sua vez, foi substituído pelo inspetor de alunos Florival Tavares. – Exames de Admissão: candidataram-se 28 estudantes. Ressalta a queda na inscrição, pois em 1924 o número foi de 44 estudantes. Realizaram-se os exames de admissão, de 26 a 28 de fevereiro, tendo como resultado (anexo 3): Aprovado com distinção- 1; Aprovados plenamente-3; Aprovados simplesmente- 21; Faltaram à chamada- 1, total= 28; - Matrícula: diz que o número foi maior que o do ano de 1924, matriculando-se 75 contra 68 do ano passado, estando		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				distribuídos da seguinte maneira: Curso Ginásial: 1º ano- 31; 2º ano:29; 3º ano: 5; 4º ano: 4; 5º ano: 1; parcelados- 5= totalizando 75. Remonta então, ao relatório de 1923 ressaltando que o número de matrícula foi baixo no período devido às reformas Rivadávia e Maximiliano, sendo que a primeira fez independer nos exames de vestibular a apresentação de certidões de exames passados pelo Pedro II e estabelecimentos equiparados, já a segunda, exigiu para os cursos de farmácia, odontologia e obstetrícia a apresentação de seis certificados de exame, que poderiam ser conseguidos estudando particularmente, sem precisar matricular-se nos cursos dos ginásios. Além disso, o diretor apresenta outro motivo que é justamente o prédio no qual funcionava o Atheneu Sergipense, o qual não possuía estrutura para atender às necessidades do ensino. Assim conclui o tópico com otimismo com a certeza da construção do novo prédio do Atheneu Sergipense, bem como com a instituição da nova Reforma, que quase obriga os alunos a se matricularem. – Exames de Promoção: estão especificados nos anexos 5, 6, 7 e 8, afirma que os resultados foram muito bons, no final de 1924, e que é resultado do esforço dos docentes. –Exames de Preparatórios de 1ª época: verificaram-se 183 inscrições, além dos alunos de Geografia da 2ª série do Atheneu (14), que de acordo com o regulamento de inscrição		
23	193 FASS05a	Alcebíades Correia Paes	Secretário Geral do Estado	Inicia o relatório com o tópico Homenagem a Pedro II. Alteração do nome do instituto, que trata do primeiro centenário de nascimento de Pedro de Alcântara. Elogia Pedro II, afirmando que este “varão” dirigiu os destinos do país durante meio século, contribuindo para o engrandecimento do Brasil e que o governo do Estado baixou o decreto nº 911, em 2 de dezembro de 1925, denominando o Atheneu de “Atheneu	1926 (julho de 1925 a julho de 1926)	Pág.143- 163

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				Pedro II". – O novo prédio; Complementos essenciais: nesse tópico, informa que o novo prédio do Atheneu está concluído e que em breve será entregue. Afirma que o prédio atende aos elevados fins do ensino secundário sergipano e que a sua construção foi acompanhada de perto por ele (Alcebíades Correia Paes), e que o Atheneu estava bem servido com um magnífico prédio. Contudo, ressalta que ainda faltam-lhe complementos essenciais como mobiliário condigno e material pedagógico indispensável a um ensino eficiente e exigido como condição <i>sine qua non</i> para a manutenção da equiparação pelo Departamento Nacional de Ensino. Afirma que o Instituto Coelho e Campos a quem ficou a incumbência de produção do mobiliário, não havia ainda iniciado os trabalhos e que a inauguração do prédio estava comprometida devida a esta falta. Ressalta a urgência de medidas reparadoras, pois brevemente o secretário do Departamento Nacional de Ensino, Dr. Paranhos da Silva viria ao Estado realizar inspeção que estava a fazer no norte do país, verificando as condições das instituições de ensino secundário e superior. Diante da situação, afirma que a equiparação pode ficar ameaçada caso providências urgentes não sejam tomadas no sentido de dotar o Atheneu de gabinetes de Física, Química, História Natural, Geografia e Cosmografia, pois em relatório anterior um delegado do mesmo departamento havia reconhecido a deficiência da instituição. Reforma do Ensino: Decretos nºs 912, de 12 de janeiro de 1925 e 940, de 2 de julho do corrente. Afirma, então, que a comissão designada para fazer a adaptação do Regulamento do Atheneu Sergipense à reforma do ensino, decreto nº 16.782^a, de 13 de janeiro de 1926, desobrigou-se da incumbência, apresentando ao governo novo estatuto, que foi mandado observar pelo decreto nº 912, de 12 de dezembro. Contudo, o estatuto não estava condizente com o regimento do Colégio Pedro II, o que, segundo Alcebíades era uma contradição, pois deveria seguir o		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				parâmetro dessa instituição. Diante da situação, o presidente do estado nomeou nova comissão para rever o regulamento de 12 de dezembro de 1925 (há uma contradição, pois no início do tópico, o diretor afirmou que o regulamento tinha sido instituído em 12 de janeiro de 1925), porém Alcebíades diz ter sido contrário a tal atitude, pois o Pedro II ainda não havia oferecido o modelo para que os equiparados pudessem seguir. Como não podia ser diferente, a comissão deu como provisório o novo regulamento, baixado em 2 de julho de 1926, apresentando vários artigos em antagonismo com o regimento interno do Pedro II. Solicita, então, urgência do governo providenciar para que o regulamento siga os parâmetros estabelecidos pelo Pedro II. – Fiscalização: Afirma que a fiscalização do estabelecimento continua sob a incumbência de Otaviano Vieira de Melo, que se tem mostrado pontual no cumprimento de suas funções. Pessoal Administrativo: informa que o regulamento de dezembro de 1925 alterou o corpo administrativo, criando o cargo de vice-diretor, aumentando o número de inspetores de alunos de um para quatro e acrescentando mais um servente. Sobre a escolha do vice-diretor, o presidente do estado passou a incumbência para a congregação do Atheneu que escolheu Lenadro Diniz de Faro Dantas, nomeado por ato de 2 de janeiro de 1926 e empossado no dia 5 do mês. Para o cargo de servente foi indicado pela diretoria Justiniano José dos Santos, que assumiu o exercício no dia 29. O cargo de inspetor, vago pela exoneração de Florival de Loureiro Tavares foi preenchido por Francisco Vieira de Freitas, nomeado por ato nº 29 de 6 de fevereiro de 1926. Em síntese, o corpo administrativo do Atheneu Sergipense ficou assim constituído: 1. Dr. Alcebíades Correia Paes, diretor; 2. Dr. Leandro Diniz de Faro Dantas, vice-diretor; 3. Clinio Bastos, secretário; 4. Péricles Hora, escriturário-arquivista; 5. Eliezer das Chagas Muniz, escriturário-bibliotecário; 6. Homero Guerra Fortes, porteiro-		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				contínuo; 7. José de Souza Junior⁵¹, conservador dos gabinetes; 8. Augusto da Paixão Pavão, bedel; 9. Francisco Vieira de Freitas, inspetor de alunos; 10. Julieta Santos, inspetora de alunas; M. José Bispo dos Santos, servente; 12. Justiniano José dos Santos, servente. Acham-se vagos três lugares de inspetores de alunos, fato que ainda não estava prejudicando o andamento das atividades do Atheneu Sergipense, o que, segundo o diretor, não poderia continuar na nova sede, pois seria um grande prejuízo para o estado deixar o novo prédio apenas sob a fiscalização de um único inspetor, pois o ideal é que cada classe de alunos esteja sob a vigilância de um inspetor, a quem foi dada a obrigação de fazer anotações nas cadernetas de aulas. Informa ainda que no período de janeiro a abril de 1926, Alcebíades Correia Paes esteve no Rio de Janeiro a serviço do governo, assumindo o cargo de diretor, o vice-diretor Leandro Diniz de Faro Dantas. – De 24 de agosto a 23 de setembro de 1925 esteve em licença para cuidar da saúde o bedel Augusto da Paixão Pavão, que foi substituído pelo inspetor de alunos Florival de Loureiro Tavares. Informa ainda que a 1º de junho imprimiu pena de suspensão por oito dias ao servente Justiniano José dos Santos, em virtude de desídia manifestada no cumprimento de seus deveres. – Disciplina Escolar: fala que foram aplicadas penas de repreensão aos alunos que infringiram o regulamento e que o serviço de polícia escolar estava exigindo de imediato a contratação dos inspetores de alunos. – Corpo Docente: alterações na sua constituição, licenças, afastamento do exercício e remoções. Neste tópico, o diretor aponta a anormalidade da situação dos professores de Desenho, professor de ginástica e evoluções militares. Explica que em decorrência do desdobramento, provocado pelo regulamento de 12 de dezembro de 1925, nas cadeiras de História Universal		

⁵¹ Em nota do relatório, é informado o falecimento deste funcionário, em 9 de agosto, quando esta parte do relatório já havia sido escrita.

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				e do Brasil, Física, Química e Desenho, foram por decreto de 6 de março de 1926 foram promovidos a professores catedráticos de História do Brasil, Química e Desenho, respectivamente, os então substitutos, bacharel Luís José da Costa Filho (empossado dia 08 março), farmacêutico José da Costa de Carvalho e Sr. Rubens de Figueiredo Martins (empossados dia 10 de março), ficando os antigos catedráticos, professores Arthur Fortes e Dr. Aristides Fontes, como proprietários das novas cadeiras de História Universal e Física, resultantes daquele desdobramento. Também por decreto do dia 6 de março Abdias Bezerra (empossado no dia 26 de março) foi provido na cadeira de Álgebra, resultante do desdobramento de Aritmética e Álgebra, como foram os srs. Farmacêutico Luis de Figueiredo Martins (empossado no dia 10 de março) e cirurgião- dentista José de Magalhães Carneiro (empossado no dia 16 de abril), antigos catedráticos de Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia empossados, o primeiro, na de Geografia Geral e Corografia do Brasil e, o segundo, na de Noções de Cosmografia. Para suprir a nova cadeira de Português criada pelo regulamento de 2 de julho de 1926 foi nomeado no dia 03 de julho, o então substituto bacharel Clodomir de Souza e Silva, tomando posse no dia 07 de julho. Já o professor Quintino Marques promovido como catedrático da disciplina por decreto de 6 de março, assumiu o exercício em 29 de abril. Assim sendo, informa que o corpo docente do Atheneu Sergipense ficou assim constituído: 1. Bacharel Manuel Cândido dos Santos Pereira; 2. Manuel José dos Santos Melo e 3. Bacharel Clodomir de Souza e Silva, de Português; 4. Francisco Antonio Garcia Rosa e 5. Engenheiro Civil Leandro Diniz de Faro Dantas, de Francês; 6. Pe. Possidônio Pinheiro da Rocha e 7. Monsenhor Adalberto Sobral, de latim; 8. Dr. Alcebíades Correia Paes, de Inglês; 9. Farmacêutico Odilon de Oliveira Cardoso, de Aritmética; 10. Abdias Bezerra, de		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				Álgebra; 10 Manuel Franco Freire, de Geometria e Trigonometria; 12. Quintino Marques e 13 Rubens de Figueiredo Martins, de Desenho; 14. Farmacêutico Luiz de Figueiredo Martins, de Geografia Geral e Corografia do Brasil; 15. Cirurgião dentista José de Magalhães Carneiro, de Noções de Cosmografia; 16. Artur Fortes, de História Universal; 17. Bacharel Luís José da Costa Filho, de História do Brasil; 18. Aristides da Silveira Fontes, de Física; 19. Farmacêutico José Andrade de Carvalho, de Química; 20. Farmacêutico Tancredo de Souza Campos de História Natural; 21. Jucundino de Souza Andrade, de Alemão; 22. Bacharel Leonardo Gomes de Carvalho Leite de Instrução Moral e Cívica; e 23. Bacharel Virginio Sant'Ana, de Filosofia e História da Filosofia. Além destes são professores sem função: Bacharel Joaquim do Prado de Sampaio Leite (psicologia e lógica), engenheiro civil Gentil Tavares da Mota (Noções de Geometria Descritiva), e o Dr. Augusto Cesar Leite (Noções de Higiene Geral). Professor substituto: Adolfo Valadão (Noções de Geometria Descritiva). Assistente de Química, Física e História Natural, Farmacêutico Alvaro da Silveira Brito. No período, informa que entraram em gozo de licença: Virginio Sant'Ana, de 28 de julho a 27 de novembro; Manuel Candido dos Santos Pereira, de 15 de setembro a 18 de outubro; Odilon de Oliveira Cardoso, de 19 de abril a 26 de maio, sendo substituídos, respectivamente, pelos professores Joaquim do Prado Sampaio Leite, Manuel José dos Santos Melo e Abdias Bezerra. Estiveram afastados do cargo Pe. Possidonio Pinheiro da Rocha, Monsenhor Adalberto Sobral, Alcebíades Correia Paes – sendo substituídos pelo Pe. Alberto Bragança de Azevedo e Artur Fortes, os três primeiros em comissão no governo e o último no desempenho do mandato de deputado à Assembléia Legislativa do Estado. Também manteve-se afastado da sua cátedra em comissão no governo, José de Magalhães Carneiro, que entrou em licença logo em		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				seguida por motivo de doença, sendo substituído por Luis de Figueiredo Martins. Por moléstia estava afastado o professor Virgínio de Sant'Ana sendo substituído por Joaquim do Prado de Sampaio Leite. Anomalia na cadeira de Desenho. Apresenta a discrepância entre a nomeação dos professores de Desenho como catedráticos, quando, de acordo com o Decreto Federal nº 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925, que reformou o ensino no país, os referidos professores não poderiam ser nomeados como tal, sendo apenas professores. Conclui afirmando que era o seu dever esclarecer ao governo esse pequeno lapso, a diz que esperará as providências cabíveis. A Outra questão apresentada é em relação à cadeira de ginástica. Outra Anormalidade- Afirma que foi “riscado” do externato do Colégio Pedro II, o ensino de Ginástica e que, no entanto, Adolfo Valadão, professor substituto de Noções de Geometria Descritiva, continuava a acumular com este cargo o de professor interino daquela matéria. Assim sendo, afirma o diretor, o estado estava despendendo com um professor de uma disciplina que não mais existia, a quantia de quatro contos e quinhentos mil réis, sendo que, então, o referido professor estava recebendo como substituto e como catedrático. Conclusão do curso. Informa que concluiu o curso ginásial, em dezembro de 1925, o aluno Nelson Rocha. Instrução Militar. Afirma da deficiência da instrução militar, obrigatória para os alunos acima de 16 anos, pelas constantes mudanças de instrutor e falta de armamento, sendo que há muito tempo o Ateneu não formava um reservista. Informa que o instrutor militar era Aristoteles Viana da Silva, sargento do 28 BC, que só iniciou as aulas no dia 10 do corrente mês, devido a uma missão de defesa das fronteiras sergipanas, então ameaçadas por parte dos rebeldes. Armamento recolhido. Informa que em 28 de fevereiro de 1926 foi mandado recolher armamento do Ateneu à intendência do B. P.M. Plano de uniforme dos alunos. Informa da necessidade de mudança do nome do		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				Atheneu no fardamento dos alunos, afirmando que para não dar mais gastos aos pais dos alunos, convém que a mudança apenas se dê na substituição das iniciais que figuravam nos quepes e na gola dos dólmãs, sendo que a diretoria da escola já fez retirar. Arquivo. Informa que, não obstante os esforços do funcionário responsável por este departamento, o prédio que abrigava a instituição não dava condições para armazenamento da documentação que malograva, sempre que chovia, com goteiras que danificavam alguns documentos. Biblioteca. Informa que a biblioteca do estabelecimento não está atendendo à demanda, devido à deficiência dos livros didáticos e de um salão de leitura. Sugere que no próximo orçamento, já que o Atheneu iria para uma nova sede, fossem destinados recursos para a aquisição de livros adotados nos cursos e que muitos dos que estão disponíveis foram adquiridos com os poucos recursos do expediente. Expediente. Informa que os recursos disponibilizados para o expediente no ano foi de 1:200\$000. Diz ser humanamente impossível, devido ao serviço exigir cada vez mais uma quantidade inumerável de fórmulas impressas e o serviço das aulas e dos exames “um cem número de livros”. Afirma que nem 2 contos de réis cobriria as despesas, mas que fica a critério do governo, determinar a quantia da verba. Portaria. Informa que, no período de 21 de julho de 1925 a 30 de junho de 1926 foi recebida a seguinte correspondência oficial: 6 ofícios da Secretaria Geral, 19 da Inspetoria Fiscal do Atheneu, 7 do departamento Nacional do Ensino, 17 de funcionários do estabelecimento, 143 de diversas procedências e 588 requerimentos. Concursos. Trata dos concursos de Latim (3ª), Sociologia e Literatura Brasileira e das Línguas Latinas, criadas pelo decreto nº 912 de 12 de dezembro de 1925, que deu novo regulamento ao Atheneu. Informa que para a cadeira de Latim, candidatou-se apenas o Padre Alberto Bragança de Azevedo. Para tanto, montou-se comissão examinadora pelos		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				professores: Padre Possidonio Pinheiro da Rocha, Monsenhor Adalberto Sobral e bacharéis Manuel Cândido dos Santos Pereira e Leonardo Gomes de Carvalho Leite, definindo como início do concurso o dia 02 de agosto. Para os outros dois concursos apresentaram-se candidatos únicos também: Florentino Teles de Menezes para Sociologia e Ranufo Hora Prata para a de Literatura e Línguas Latinas. Trata do equívoco de terem também chamado candidatos para a cadeira de Desenho, sendo corrigido, em tempo o engano. Exames de 1ª época. Trata das instruções complicadas que foram impostas com o regulamento implementado, pois as mesmas foram ensejadas no decorrer da organização dos exames. Assim sendo, faltando poucos dias para encerramento das inscrições, novas orientações chegaram do Departamento Nacional de Ensino. Contudo, os exames correram com regularidade, tanto assim que lograram a aprovação do departamento. Explica, em seguida, que de acordo com as orientações recebidas, os exames se dividiram em: a) de promoção; b) finais; c) de preparatórios. Os de promoção ainda se dividiram em dois grupos: a) dos alunos matriculados no Atheneu Pedro II; b) dos candidatos estranhos ao estabelecimento. Para o primeiro grupo, informa que houve 152 inscrições: 60 do primeiro ano, 74 do segundo, 10 do terceiro e 8 do quarto. Realizado este exame, foi obtido o seguinte resultado: 1 aprovação com distinção, 40 aprovações plenas, 50 simples e 40 reprovações, deixando de comparecer 41 candidatos. Para o segundo grupo, qual seja, de estudantes estranhos ao Atheneu, houve 78 inscrições, tendo como resultado: 5 aprovações com distinção, 23 plenas, 15 simples e 15 reprovações, sendo que 20 deixaram de comparecer. Para os exames finais, aplicados aos alunos do Atheneu, houve 54 inscrições, tendo como resultado: 24 aprovações plenas, 18 simples, 8 reprovações e 4 desistências. Por fim, para os exames de Preparatórios houve um total de 216 inscrições. Em síntese, para as três espécies de		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				exames houve 500 inscrições, que deram o seguinte resultado: 8 aprovações com distinção; 150 aprovações plenas; 148 aprovações simples; 121 reprovações; e 73 desistências. Exames de Segunda Época. Informa que apenas houve 62 inscrições, distribuídas da seguinte maneira: 10 para exames de promoção de alunos matriculados no estabelecimento, 4 para promoção de estranhos, 1 para exames final e 47 para exames de preparatórios. Informa que estes exames começaram no dia 3 de março, de acordo com outras instruções do Departamento Nacional de Ensino, chegadas nas vésperas, faltando apenas as provas orais de Aritmética, Álgebra e Geometria, até que o inspetor fiscal Otaviano Vieira de Melo, recebeu do Dr. Rocha Vaz telegrama determinando que suspendesse os trabalhos, até a chegada do delegado que ia ser mandado a Sergipe. Desta forma aconteceu, e o delegado que veio foi Bernardino José de Souza, da faculdade de Direito da Bahia, no dia 14, iniciando os seus trabalhos, logo no outro dia. Contudo, Alcebíades enfatiza a falta de consideração da parte do governo em relação ao Atheneu, exemplificando com o telegrama enviado por Rocha Vaz para Bernardino José de Souza convocando-o para exercer a função. No referido documento o Diretor Geral do Ensino pede para normalizar e moralizar o serviço dos exames aqui em Sergipe. Diante dos termos utilizados no telegrama – que teve circulação na Bahia –, os quais ofendiam a dignidade profissional, reuniram-se os professores do Atheneu em Congregação e deliberaram que não mais iriam tomar parte nas comissões examinadoras, do que deram conhecimento, por telegrama, a Rocha Vaz. Este, por sua vez, nega qualquer que tivesse a intenção de ofender, mas fazendo questão em manter a expressão “para conseguir normalizar e moralizar serviço de exame”. A Congregação, por sua vez, retrucou declarando que não concorreria com seus membros para o serviço dos exames. Diz que Bernardino queria arruinar os créditos do ginásio, afirmando que “de um		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				argueiro, saberia fazer um [cavaleiro]”. Antes de dar prosseguimento aos exames, procurando novos examinadores para três provas orais de Matemática, o delegado deliberou examinar as provas escritas dos já efetuados e abrir devassa pouco escrupulosa a respeito da maneira como se realizaram. Assim, Alcebiades enfatiza porque o delegado, na ânsia de tornar o seu plano realidade não se limitou a examinar os documentos (as provas escritas e os programas) e inquirir o inspetor fiscal, mas levou a sua indagação a pessoas que assistiram os exames e a alunos. Com um espírito acusativo, na tentativa de desacreditar o Atheneu, o delegado não tardou em encontrar “argueiros” que não pudesse transformar em [cavaleiros]. Assim sendo, os casos mais graves argüidos pelo delegado foram relativos ao exame de latim do candidato Osvaldo Vaz Vieira dos Santos, ao de História Universal de João de Oliveira Leite e ao programa de História Natural. Sobre o primeiro caso, Alcebiades explica que o candidato foi aprovado com grau 6,33 e que fizera a prova escrita em apenas 25 minutos, traduzindo um trecho da Eneida de Virgílio, assim como fizera Odorico Mendes. O delegado, relata Alcebiades, denunciou em telegrama ao Departamento Nacional de Ensino que houve fraude na prova do referido aluno, afirmando que a tradução do não fora feita por ele, mas de outrem, afirmando ter suspenso o certificado, até que seja dado o aval do Departamento. Rocha Vaz, por sua vez, julgou honesta a resposta do aluno, concedendo-lhe o certificado. O outro caso, da prova de História Universal, deveu-se ao aluno João de Oliveira Leite ter tirado zero na prova escrita e 8,8 na prova oral, sendo aprovado pela banca examinadora. Disso decorreu que o delegado desconfiou da aprovação do aluno e constou o caso como irregular em seu relatório. A terceira irregularidade consistiu em não compreender cada ponto do programa de História Natural, nenhum assunto de geologia e de mineralogia. Nesse sentido, Alcebiades afirma que Bernardino		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				de Souza estava com a razão e que ninguém poderá condená-lo por ele ter anulado os respectivos exames e mandado fazer nova chamada dos candidatos, que não quiseram se submeter à avaliação. Por fim, Alcebíades relata que no relatório do referido delegado ele deu a conhecer o número de aprovações, que em síntese consistiu em 62 inscrições, com 19 aprovações plenas, 29 simples, 13 reprovações e 1 desistência. – Exames de admissão: informa que inscreveram-se 27 candidatos, sendo que na véspera da execução dos mesmos, o delegado determinou que não se realizassem antes que fosse paga a taxa de matrícula de 15\$000. Assim sendo, 26 alunos puderam prestar os exames, sendo que nem todos compareceram e dois deixaram de responder a chamada. Examinados os 24 restantes, obteve-se o seguinte resultado: 13 aprovados plenamente, 5 simplesmente e 6 foram reprovados. Matrícula- Informa o número baixo de matrículas, no ano de 1926, não ultrapassando o número de 47. Em relação ao ano anterior, informa que houve uma diferença para menos de 28 alunos. Os 47 alunos foram distribuídos da seguinte maneira: 21 no primeiro ano, 15 no segundo, 8 no terceiro, 1 no quarto e 2 no quinto. Sendo que um dos dois do quinto ano segue em regime parcelado e os outros 46 restantes são seriados. Diante dos dados, Alcebíades faz o seguinte questionamento: Como explicar diferença tão notável da matrícula do presente ano comparada com o do ano anterior? Informa que no ano de 1925 apenas um aluno concluiu o curso e em 1926 nada menos que 18 estranhos habilitaram-se a matricular-se no Atheneu Pedro II, sendo natural que houvesse, presentemente maior número que no passado. Assim, evocando Tobias, explica as causas: a) as reprovações espalhadas nos exames de promoção; b) dificuldades de vida, que fizeram muitos alunos não promovidos, desistirem e procurarem trabalho para garantirem sua manutenção; c) a passagem de algumas alunas para a Escola Normal e de alguns alunos para a escola do Comércio;		

CATÁLOGO DOS RELATÓRIOS DO ATHENEU SERGIPENSE						
Código	NOTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	AUTOR	DESTINATÁRIO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	DATA LIMITE	OBSERVAÇÕES
				d) o atordoamento causado pela reforma do ensino, ainda não compreendida por muitas pessoas; e) e é possível que a mudança de algum professor de alguma cadeira. Finaliza dizendo que muito tem refletido sobre a questão e que ainda não pode descobrir outros fatores.		